

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA. CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO - AREA DE CONCENTRAÇÃO EM
ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO

A IMPLANTAÇÃO DE UMA MODERNIDADE:
O Processo de verticalização da área central de Campinas

Aluno: **Waldir Vilalva Dezan**
Orientadora: **Prof^a. Dr^a. Silvia A. Mikami G. Pina**

Campinas, SP
Janeiro / 2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA. CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO

A IMPLANTAÇÃO DE UMA MODERNIDADE:
O Processo de verticalização da área central de Campinas

Aluno: **Waldir Vilalva Dezan**

Orientadora: **Prof^a. Dr^a. Silvia A. Mikami G. Pina**

Dissertação apresentada à comissão de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Engenharia Civil, na área de concentração em Arquitetura e Construção.

Campinas. SP
Janeiro / 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE - UNICAMP

D533i Dezan, Waldir Vilalva
A implantação de uma modernidade: o processo de
verticalização da área central de Campinas / Waldir
Vilalva Dezan.--Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador: Silvia A. Mikami G. Pina.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e
Urbanismo.

1. Arquitetura moderna. 2. Modernidade. 3.
Edifícios altos. I. Pina, Silvia A.Mikami. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Titulo em Inglês: The introduce from a modernity: the process through the
vertical development in the downtown area of Campinas.

Palavras-chave em Inglês: Building, Vertical development, Modernity.

Área de concentração: Arquitetura e Construção

Titulação: Mestre em Engenharia Civil

Banca examinadora: Leandro Silva Medrano e Eugênio Fernandes Queiroga.

Data da defesa: 30/01/2007

Programa de Pós-Graduação: Engenharia Civil

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENG^a. CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO

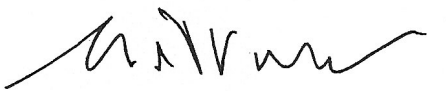
A IMPLANTAÇÃO DE UMA MODERNIDADE:
O Processo de verticalização da área central de Campinas

Aluno: Waldir Vilalva Dezan

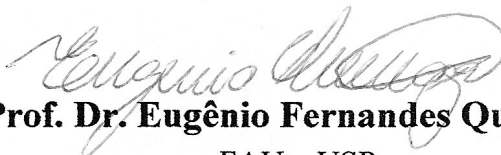
Dissertação de Mestrado aprovado pela Banca Examinadora constituída por:



Prof.ª Dr.ª Silvia A. Mikami G. Pina
Presidente: Orientadora / FEC – Unicamp



Prof. Dr. Leandro Silva Medrano
FEC – Unicamp



Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga
FAU – USP

Campinas, SP
Janeiro / 2007

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família, Sabrina Carneiro Ferraz Cunha, Mila, Lara e Dirce Vilalva, pela compreensão da importância deste trabalho, apoio e incentivos constantes;

A todos os funcionários e bibliotecários dos arquivos consultados, em especial à Maria Joana Tonon, do Arquivo Histórico Municipal e ao Jair Domingues Leonardo, do Departamento de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campinas, sem os quais não teria sido possível conseguir todos os dados e processos necessários;

Aos colegas e amigos que sempre contribuíram com seus conhecimentos, especialmente Ana Maria Reis de Góes Monteiro, Débora Frazatto Verde e Siomara Barbosa de Lima, pelas inúmeras vezes que leram e opinaram sobre o tema e os textos;

Aos professores que muito ajudaram no desenvolvimento desta dissertação, quer sejam nas aulas, assessorias, conversas ou na Banca de Qualificação, entre eles, Eugenio Queiroga, Francisco Borges Filho e Leandro S. Medrano;

Finalmente agradeço à minha orientadora Silvia A. Mikami G. Pina, por ter acreditado e conduzido este trabalho.

SUMÁRIO

Índice de Figuras.....	IV
Índice de Tabelas.....	XIII
Resumo.....	XIV
Abstract.....	XV
1.Introdução.....	01
2. Revisão Bibliográfica	
2.1 A Implantação da Modernidade do século XX.....	05
2.2 A Chegada da Modernidade em Campinas.....	18
2.3 Iniciativas Urbanísticas para Campinas.....	23
2.4 Referências Culturais e Formais para Campinas.....	41
2.5 O Processo de Verticalização das Edificações.....	65
3. Materiais e Métodos.....	75
4. Modernidade e Verticalização: análise documental em Campinas..	89
5. Considerações Finais.....	159
Referências.....	165
Bibliografia Consultada.....	168
Apêndices.....	171

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 - Imagem cidade inglesa 1850.	
Fonte: Raeburn, Michael. Arquiteture of the western world. New York: Rizzoli International Publications, 1980. p.229.....	05
Figura 02 - Imagem urbana de Londres - 1927	
Fonte: Raeburn, Michael. Arquiteture of the western world. New York: Rizzoli International Publications, 1980. p. 228.....	05
Figura 03: Cidade de Pittsburgh, EUA. Início do século XX.	
Fonte: ATLAS de Historia Mundial. Rio de Janeiro: Reader's Digest Brasil Ltda, 2001. p.221.....	05
Figura 04 - Gravura de Londres em 1872	
Fonte: Gravura de Gustave Doré In: Benevolo, Leonardo. Historia da Cidade. São Paulo:Editora Perspectiva, 2003. p. 560.....	06
Figura 05 - Gravura de Londres em 1872	
Fonte: Gravura de Gustave Doré In: Benevolo, Leonardo. Historia da Cidade. São Paulo:Editora Perspectiva, 2003. p. 560.....	06
Figura 06 - Gravura de Londres em 1872 (Bishopsgate Street)	
Fonte: Gravura de Paul Pindar. Picture Library, Museum of London. Ref. 904 www.museumoflondon.org.uk - acessado em 16/05/06.....	06
Figura 07 - Plano de Paris, 1851-1870 – Georges Eugène Haussmann.	
Fonte: Benevolo, Leonardo. Historia da Cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. p. 591.....	07
Figura 08 - Edificação Eclética - Ópera de Paris (1862/1875)	
Autoria: Charles Garnier	
Fonte: www.pegue.com/artes/romantismo - acessado em 16/05/06.....	07
Figura 09 - Palácio de Cristal - Londres, 1851. Autoria: Joseph Paxton	
Fonte: TIETZ, Jürgen. Historia da Arquitetura do século XX. Colônia: Konemann, 2.000. p.7.....	08
Figura 10 - Torre Eiffel. Paris, 1889. Autoria: Gustave Eiffel	
Fonte: www.culturageneral.net - acessado em 16/05/06.....	08
Figura 11 - Estilo Art Nouveau - Entrada Metrô – Paris 1900	
Autor: Hector Guimard	
Fonte: TIETZ, Jürgen. Historia da Arquitetura do século XX. Colônia: Konemann, 2.000. p.11.....	08
Figura 12 - Casa da Sesseção – Viena, 1896	
Autor: Joseph Maria Olbrich.	
Fonte: www.culturageneral.net - acessado em 16/05/06.....	09
Figura 13 – Cartaz da Exposição Mundial Dèco.	
Autor: Robert Bonfil	
Fonte: Guia da arquitetura Art Dèco no Rio de Janeiro. Org.: Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da cidade de Rio de Janeiro, 2000.....	09

Figura 14 -Foto e Implantação edifício da Bauhaus em Dessau. Autor: Walter Gropius, 1926. Fonte: BENEVOLO, Bernardo. Historia da Cidade. São Paulo: Ed,Perspectiva,,2003.p.621.....	10
Figura 15 – Edifício da Bauhaus em Dessau. Autor: Walter Gropius, 1926. Fonte: TIETZ, Jurgén. Historia da Arquitetura do século XX. Colônia: Konemann, 2.000. p.33.....	10
Figura 16 –Croqui de sessão de um edifício Autor: Le Courbusier. Fonte: BENEVOLO, Bernardo. Historia da Cidade. São Paulo: Ed,Perspectiva,,2003.p.632.....	11
Figura 17 – Projeto do novo centro. Esplanada do Castelo. RJ Autor: Donat Alfred Agache (1925-1930). Fonte: SEGRE, Roberto. Rio de Janeiro metropolitano: saudades da Cidade Maravilhosa Disponível em < www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq046/arq046_01.asp >. Acesso em 20 dez 2006.....	12
Figura 18 e 19 – Ilustrações Plano de avenidas – São Paulo Autor: Prestes Maia (1930). Fonte: TOLEDO, Benedito Lima de. Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderna em São Paulo. São Paulo: Empresa das Artes,1996.....	12
Figura 20 – Edifício A Noite - RJ Autor: Joseph Gire e Elisário Bahiana (1930). Fonte: INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em < http://www.inpi.gov.br-conheca_inpi-imagens-noite01_jpg_arquivos\edificio.htm >. Acesso em 20 mar 2006.....	13
Figura 21 – Edifício Oceania - BA Autor: Freire & Sodré - (1930/1940). Fonte: SEGAWA Hugo. Arquitetura no Brasil 1900 – 1990. São Paulo: EDUSP, 1997.....	13
Figura 22 – Edifício Columbus - SP Autor: Rino Levi - (1930/1934). Fonte: ANELLI, Renato; GUERRA Abílio; KON Nelson. Rino Levi – arquitetura e cidade. São Paulo: Romanão Guerra Editora, 2001.....	13
Figura 23 – Edifício Associação Brasileira de Imprensa - RJ Autor: Marcelo e Ilton Roberto - (1936). Fonte: Guia da arquitetura Art Dèco no Rio de Janeiro. Org.: Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da cidade de Rio de Janeiro, 2000.....	14
Figura 24 – Edifício Ester Autor: Álvaro Vital Brasil (1936). Fonte: Viva o Centro – São Paulo. Disponível em: < http://www.vivaocentro.org.br/bancodados/centrosp/imagens_do_centro.htm >. Acesso em 20 dez 2006.....	14

Figura 25 – Pavilhão Brasileiro na Feira Mundial de Nova Iorque (1938/1939)	
Autor: Lucio Costa e Oscar Niemeyer	
Fonte: Guia da arquitetura Art Dèco no Rio de Janeiro. Org.: Jorge Czakowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da cidade de Rio de Janeiro, 2000.....	14
Figura 26 – Capa da Exposição obras da arquitetura brasileira.- MoMA - Nova Iorque (1943)	
Fonte: SEGAWA Hugo. Arquitetura no Brasil 1900 – 1990. São Paulo: EDUSP, 1997.....	15
Figura 27– MAM – Rio de Janeiro (1953)	
Autor: Affonso Reidy	
Fonte: Guia da arquitetura Art Dèco no Rio de Janeiro. Org.: Jorge Czakowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da cidade de Rio de Janeiro, 2000.....	15
Figura 28 – MASP – São Paulo (1957)	
Autor: Lina Bo Bardi	
Fonte: Disponível em < http://www.sampaonline.com.br/ >. Acesso em 04 jan 2007.....	15
Figura 29 - Teatro São Carlos - 1899	
Autor: Desconhecido	
Fonte: MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas.....	19
Figura 30 - Colégio Culto à Ciência-1880	
Fonte: REVISTA COMEMORATIVA do Bicentenário de Campinas. Campinas:Tipografia Comercial Ltda, 1939.....	19
Figura 31 – Colégio Culto à Ciência- 1955	
Fonte: AMARAL, Plínio do. Campinas – Monografia. Editada sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Campinas 1955. São Paulo: Habitat Editora Ltda, 1955.....	19
Figura 32 - Santa Casa de Misericórdia - Campinas	
Fonte: MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas.....	19
Figura 33 – Bonde tração animal	
Fonte: MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas.....	20
Figura 34 – Instituto Agrônomo	
Fonte: MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas.....	20
Figura 35 - Campos Salles	
Fonte: CORREIO POPULAR. Encarte Especial: Campinas século XX - 100 anos de história. Campinas: editor Mario Evangelista, 11 de fevereiro de 2.000.	21
Figura 36 – Francisco Glicério	
Fonte: CORREIO POPULAR. Encarte Especial: Campinas século XX - 100 anos de história. Campinas: editor Mario Evangelista, 11 de fevereiro de 2.000.....	21
Figura 37 - Rua Francisco Glicério – Igreja do Rosário ao fundo.	
Autor: Desconhecido	
Fonte: CAV – Centro de Áudio Visual – FAU/PUCCampinas.....	24
Figura 38 - Rua Conceição (1920)	
Fonte: Biblioteca Municipal de Campinas.....	24

Figura 39 - Rua Barão de Jaguará	
Fonte: CAV – Centro de Áudio Visual – FAU/PUCCampinas.....	24
Figura 40 - Rua Dr. Quirino (1898)	
Fonte: CAV – Centro de Áudio Visual – FAU/PUCCampinas.....	24
Figura 41 - Benjamim Constant (1930)	
Fonte: CAV – Centro de Áudio Visual – FAU/PUCCampinas.....	24
Figura 42 - Beco do Rodovalho (Década de 40)	
Fonte: CAV – Centro de Áudio Visual – FAU/PUCCampinas.....	24
Figura 43 – Carlos William Stevenson	
Fonte: CORREIO POPULAR. Encarte Especial: Campinas século XX - 100 anos de história. Campinas: editor Mario Evangelista, 11 de fevereiro de 2.000.....	27
Figura 44 - Capa do Documento lançado pelo Rotary.	
Fonte: STEVENSON, Carlos Willian. Conferência a cerca do Urbanismo na cidade de Campinas. In: CONFERÊNCIA NO ROTARY CLUBE DE CAMPINAS, 1933, Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1934.....	27
Figura 45 - Proposta do Eng. Carlos Stevenson.	
Fonte: STEVENSON, Carlos Willian. Conferência a cerca do Urbanismo na cidade de Campinas. In: CONFERÊNCIA NO ROTARY CLUBE DE CAMPINAS, 1933, Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1934.....	29
Figura 46 – Capa do Código de Obras de 1934	
Fonte: CAMPINAS. Código de Construções - “Separata” do Código de Posturas Municipais. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1935.....	30
Figura 47 - Mapa com localização dos eixos propostos.	
Base: Levantamento Aerofotogramétrico – TerraFoto S/A de 1983 Pref. Municipal de Campinas – Secr. Planejamento e Coordenação	
Fonte: Desenho do autor.....	34
Figura 48 – Capa do Código de Obras de 1959	
Fonte: CAMPINAS Código de Obras e Urbanismo do Município de Campinas. Campinas, 1962.....	40
Figura 49 - Monumento da Campos Salles	
Fonte: Foto do Autor –2001.....	43
Figura 50 - Mausoléu aos Voluntários e Mortos na Revolução 1932	
Fonte: Revista Comemorativa do Bi-Centenário da Fundação da Cidade de Campinas, 1939.....	44
Figura 51 - Praça Visconde de Indaiatuba (1934)	
Fonte: Museu da Imagem e Som – PMCampinas.....	46
Figura 52 - Praça Visconde de Indaiatuba (1935)	
Fonte: Museu da Imagem e do Som – PMCampinas.....	46
Figura 53 - Projeto Praça Visconde de Indaiatuba - 1934 – Art Nouveau	
Fonte: CONDEPHAC - PMCampinas.....	46
Figura 54 - Projeto Praça Visconde de Indaiatuba - 1935 – Art Dèco	
Fonte: CONDEPHAC – PMCampinas.....	46

Figura 55 - Foto da Casa de Mário Penteadó 1934	
Fonte: Revista Comemorativa Bicentenário de Campinas de 1939.....	47
Figura 56 - Imagem Fórum 1960	
Fonte: MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas.....	49
Figura 57 - Fórum.Pronto – Igreja do Rosário ainda não está demolida.	
Fonte: MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas.....	50
Figura 58 - Desenho de divulgação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas	
Fonte: Revista Comemorativa Bicentenário de Campinas de 1939 – Área do Futuro da cidade.....	50
Figura 59 - Projeto do Fórum. Autoria: José Maria da Silva Neves.	
Fonte: Revista Comemorativa Bicentenário de Campinas de 1939 – Área do Futuro da cidade.....	50
Figura 60 - Canteiro de Obras para Forum. – Década de 1940	
Fonte: MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas.....	50
Figura 61 – Fórum em Obras. – 1952	
Fonte: Arquivo fotográfico da Biblioteca Municipal de Campinas.....	50
Figura 62 - Desenho do Pavilhão	
Fonte: Encarte Campinas Século XX - 100 Anos de história Rede Anhanguera de Comunicações (CORREIO POPULAR, 2000).....	51
Figura 63 - Desenhos de Divulgação do Plano de Melhoramentos de Campinas	
Fonte: Revista Comemorativa Bicentenário de Campinas de 1939 – Área do Futuro da cidade.....	52
Figura 64 Nova sede do CCLA – Av. Fco Glicério, esquina R. Bernardino de Campos.	
Fonte: Foto do autor – 2001.....	53
Figura 65 - Primeira sede do CCLA - Av. Fco Glicério, esquina R. Conceição	
Fonte: Revista Comemorativa Bicentenário de Camps de 1939.....	53
Figura 66 - Ed. Hotel Términus – Av. Francisco Glicério 1075	
Projeto: Arq. José Maria da Silva Neves (1943) - Construção: Hoche Segurado	
Fonte: Foto do Autor – 2000.....	54
Figura 67 -.Correios e Telégrafos – Prédio restaurado no ano de 1999	
Fonte: Foto do autor.....	55
Figura 68 - Fotos publicadas na imprensa.	
Fonte: Jornal Correio Popular de 18 de junho de 1949.....	56
Figura 69 -.Praça Indaiatuba – cortada pela avenida Francisco Glicério (1959)	
Fonte: Guia de Campinas de 1959.....	58
Figura 70 - Igreja do Rosário – Rua Francisco Glicério (1950)	
Foto : Gilberto de Biasi	
Fonte: Biblioteca Municipal de Campinas.....	59
Figura 71 - Igreja do Rosário em demolição – Rua Francisco Glicério (1956)- Foto : V8	
Fonte: Encarte Campinas Século XX - 100 Anos de história Rede Anhanguera de Comunicações (CORREIO POPULAR, 2000).....	60

Figura 72 - Desenho praça Indaiatuba – Projeto: Renato Righetto (1958)	
Fonte: CONDEPHAC – Campinas.....	61
Figura 73 - Paço Municipal de Campinas – cortada pela avenida Anchieta	
Fonte: Biblioteca Municipal de Campinas.....	62
Figura 74 - Desenho vencedor Paço Municipal (1957)	
Fonte: Jornal Folha da Manhã de 27 de Outubro de 1957.....	63
Figura 75 – Obras do Paço Municipal de Campinas	
Fonte: Encarte Campinas Século XX - 100 Anos de história	
Rede Anhanguera de Comunicações (CORREIO POPULAR, 2000).....	64
Figura 76 - Ed. Home Insurance Building.	
Autoria: William Le Baron em 1883/1885	
Fonte: http://em.wikipedia.org/wiki/Home Insurance Building . Acessado em 09/05/06.....	68
Figura 77 - Ed. Woolworth Building (1913)	
Autor: Casss Gilbert	
Fonte: TIETZ, Jurgén. Historia da Arquitetura do século XX. Colônia: Konemann, 2.000.....	69
Figura 78 - Ed. Chryesler Building (1930)	
Autor: William van Alen	
Fonte: < www.howardmodels.com/Architectural-Renderings/Chrysler/index.html >. Acessado em 03/01/2007.....	69
Figura 79 - Ed. Sampaio Moreira (1924)	
Autor: Cristiano Stockler das Neves	
Fonte: www.piratininga.org/sampaio_moreira/sampaio_moreira.htm . Acessado em 03/01/2007.....	70
Figura 80 - Ed. Martinelli (1924/29)	
Fonte: http://veja.abril.com.br/vejasp/150206/imagens/memorial.jpg . Acessado em 03/01/2007.....	70
Figura 81 - Vista geral da cidade – Vários edifícios em construção R. Conceição (1955)	
Fonte: Revista Comemorativa da Prefeitura Municipal de Campinas de 1955.....	72
Figura 82 - Vista Aérea – 29/Outubro/1950	
Autor: Gilberto de Biasi	
Fonte: MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas.....	72
Figura 83 - Vista Aérea – Aproximadamente de 1960	
Autor: Ney	
Fonte: MIS – Museu de Imagem e Som de Campinas.....	72
Figura 84 - Propaganda Imobiliária – Edifícios construídos e em construção	
Fonte: Revista Comemorativa da Prefeitura Municipal de Campinas de 1955.....	73
Figura 85 – Desenhos do Edifício Conceição	
Fonte: Processo da Prefeitura Municipal.....	88
Figura 86 – Desenhos do Edifício Conceição	
Fonte: Processo da Prefeitura Municipal.....	88

Figura 87 - Ed. Santana -R. Barão de Jaguará - Foto de 1939 Fonte: Revista Comemorativa do Bi-Centenário de Campinas.....	94
Figura 88 - Desenho do projeto para construção térrea. Fonte: Arquivo do Escritório HNSegurado Engenharia.....	95
Figura 89 - Desenho para construção de edifício verticalizado Fonte: Arquivo do Escritório da HNSegurado Engenharia.....	95
Figura 90 - Desenhos Edifício Santana Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	97
Figura 91 - Desenhos Edifício Santana Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	98
Figura 92 – Ed. Ass. Comercial. Fonte: Foto do Autor – 2003.....	99
Figura 93 – Foto dos Desenhos Original do Processo PM – 1940 Fonte: Foto do autor.....	100
Figura 94 - Desenho da Implantação do Ed. Ass. Comercial. Fonte: Desenho do autor.....	100
Figura 95 - Desenhos das plantas do Ed. Associação Comercial Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	101
Figura 96 – Ed. Conceição Fonte: Foto do Autor – 2003.....	102
Figura 97 – Foto do Desenho Original do Processo PM – 1941 Fonte: Foto do autor.....	103
Figura 98 - Desenhos do Edifício Conceição Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	104
Figura 99 – Ed. Banco Noroeste do Estado de São Paulo Fonte: Foto do Autor – 2003.....	105
Figura 100 - Desenhos das plantas do Edifício Banco Noroeste do Estado de São Paulo Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	107
Figura 101 – Ed. Santa Teresa Fonte: Foto do Autor – 2003.....	108
Figura 102 - Desenhos do sub-solo do Ed. Santa Teresa Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	109
Figura 103 - Desenhos das plantas do Edifício Santa Teresa Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	110
Figura 104 – foto do Ed. Euclides A. Camargo Fonte: Foto do Autor – 2003.....	114

Figura 105 - Imagem Campinas, 1954	
Fonte: GUIMARÃES, Alaor Malta. Campinas em 1954. Publicado pela Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas: Oficinas Gráficas “A Tribuna”, 1954.....	115
Figura 106 - Desenhos das plantas do Edifício Euclides A. Camargo	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	116
Figura 107 - Desenhos das plantas do Edifício Euclides A. Camargo	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	117
Figura 108 – foto do Ed. Anchieta	
Fonte: Foto do Autor – 2003.....	118
Figuras 109 e 110 - Vistas da área do Ed. Anchieta em dois períodos	
Fonte: Revista Comemorativa da Prefeitura Municipal de Campinas de 1955.....	119
Figura 111- Desenhos das plantas do Edifício Anchieta	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	120
Figura 112 – foto da Galeria Trabulsi – Rua Barão de Jaguará	
Fonte: Foto do Autor – 2003.....	122
Figura 113 - Desenhos das plantas do Edifício Galeria Trabulsi	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	124
Figura 114 - Desenhos das plantas do Edifício Galeria Trabulsi	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	125
Figuras 115 e 1106 - Fotos do Ed. Itatiaia	
Fonte: Fotos do Autor -2003.....	126
Figura 116 - Desenhos das plantas do Edifício Itatiaia	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	128
Figura 117 - Desenhos das plantas do Edifício Itatiaia	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	129
Figura 118 – foto do Edifício Catedral	
Fonte: Foto do Autor – 2003.....	131
Figura 119 - Desenhos das plantas do Edifício Itatiaia	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	133
Figura 120 – foto do Edifício Barão do Rio Branco	
Fonte: Foto do Autor – 2003.....	138
Figura 121 - Desenhos das plantas do Edifício Barão do Rio Branco	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	140
Figura 122 - Desenhos das plantas do Edifício Barão do Rio Branco	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	141
Figura 123 – foto do Edifício José Guernelli / Ângela Marta	
Fonte: Foto do Autor – 2003.....	142

Figura 124 - Desenhos das plantas do Edifício José Guernelli / Ângela Marta	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	144
Figura 125 – foto do Edifício Anhumas/ Atibaia	
Fonte: Foto do Autor – 2003.....	145
Figura 126 – foto do Edifício Anhumas sem o Ed. Atibaia	
Fonte: Guia de Campinas de 1959.....	146
Figura 127 - Desenhos das plantas do Edifício Anhumas / Atibaia	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	147
Figura 128 - Desenhos das plantas do Edifício Anhumas / Atibaia	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	148
Figura 129 – foto do Edifício Vertical	
Fonte: Guia de Campinas de 1959.....	149
Figura 130 - Desenhos das plantas do Edifício Vertical	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	151
Figura 131 – foto do Edifício Mesbla	
Fonte: Guia de Campinas de 1959.....	152
Figura 132 - Desenhos das plantas do Edifício Mesbla	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	154
Figura 133 - Desenhos das plantas do Edifício Mesbla	
Fonte: Desenhos do autor em CAD.....	155

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01- Exemplo de Edifícios organizados por Endereço.....	79
Tabela 02- Exemplo de Edifícios organizados por data de Aprovação na Prefeitura Municipal de Campinas.....	81
Tabela 03- Exemplo de Edifícios organizados por Período/Função/Altura.....	83
Tabela 04- Quadro Geral dos edifícios do período de estudo.....	85

RESUMO

No início do século XX houve esforços políticos e administrativos com a intenção de alterar a imagem e as características urbanísticas de Campinas – SP. Um dos instrumentos utilizados para implantar a imagem de modernidade na cidade foi o Plano de Melhoramentos Urbanos, desenvolvido pelo Engenheiro Arquiteto Francisco Prestes Maia na primeira metade do século XX. A intenção de adequar a cidade às novas necessidades econômicas e estéticas em desenvolvimento expressou-se na modificação da configuração do centro urbano através de legislações, alteração de eixos viários, alargamento de ruas e reconstrução de edificações públicas e particulares, principalmente verticalizadas. Este trabalho analisa como o processo de verticalização da área central de Campinas espelhou a visão de modernidade revelando, além de evoluções tecnológicas e formais, novos programas e maneiras de morar e trabalhar. Através de um levantamento documental realizado nos arquivos municipais, construtoras atuantes e publicações da época é possível verificar a evolução das construções verticalizadas. Complementarmente, foi realizado levantamento de campo para identificar os endereços das edificações e posterior localização dos dados cadastrais junto a Prefeitura Municipal, possibilitando sua organização em períodos de 10 anos, de acordo com as funções e alturas. Com o panorama geral das construções edificadas é possível compreender como se deu a implantação e evolução dos edifícios na área central e destacar aqueles que melhor representaram a verticalização do centro, bem como as tipologias arquitetônicas aplicadas. A análise da evolução das edificações construídas no centro da cidade em seu processo de reforma e verticalização, permitiu verificar como o urbanismo e a arquitetura contribuíram para a nova vida e imagem urbana pretendida no início do século XX, permitindo ainda a compreensão do papel e importância das decisões políticas e econômicas na alteração do desenho da cidade.

ABSTRACT

In the beginning of the XX century political and administrative efforts were made with the intention of change the image and the urban characteristics of Campinas, in the state of São Paulo. One of the means by the image of modernization on the city was the “Plan of Urban Development,” created by engineer and architect Francisco Prestes Maia in the first half of the XX century. The goal to adapt the city to the new economic and aesthetic needs of urban development was achieved through modifications in the configuration of the urban center through laws, creation of alternate highways network systems, widening of streets, and the reconstruction of public and private buildings. The reconstruction of these buildings was mainly in the vertical direction. This work analyses the process through the vertical development in the downtown area of Campinas that reflects the vision of modernity revealing, beyond the formal and technological evolutions, new programs and ways to work and live. Through a documental research of the Municipal archives, the construction firms, and the publications of that era, it was possible to study the evolution of the vertical constructions. In addition, a field research was conducted to determine the addresses of these buildings and subsequent location of the files at the Municipal Hall, allowing for its organization by periods of 10 years, according to height and function. With the background of these constructions it is possible to understand how the implementation and evolution of these buildings occurred in the downtown area and identify those that better represent this vertical development of downtown and the different architectural styles implemented. The analyses of the evolution of these downtown buildings and the process of rebuilding and vertical development will confirm that urbanism and architecture have contributed to build a new life and urban image envisioned in the beginning of the XX century, still permitting an understanding of the role of political and economical decisions in altering the design of the city.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Com o desenvolvimento do sistema capitalista e da industrialização, as cidades sofreram profundas alterações em suas configurações. O aumento populacional e a adequação para as novas formas de produção, comercialização e escoamento de mercadorias passaram a ser o foco central das organizações urbanas.

No Brasil, essas transformações se acentuaram a partir da virada do século XIX para o XX, na medida em que sua economia procurava mudar de puramente agro-exportadora para industrial. A Proclamação da República e as posteriores alterações políticas, que resultaram no período da 2ª República, demonstravam o interesse em uma mudança rumo a uma modernização que refletia tanto em suas relações produtivas quanto nas organizações espaciais de suas cidades. O surto desenvolvimentista industrial atravessou o século XX no país, impondo um ritmo de alterações e adaptações aos novos padrões e imagens urbanas. Com incentivo governamental foram realizadas obras e edifícios que tiveram o objetivo de demonstrar um país em desenvolvimento deixando a imagem de atraso agrícola e de subdesenvolvido. Profissionais brasileiros e até estrangeiros, puderam demonstrar e implantar suas visões de arquitetura e mundos modernos nas obras governamentais.

Campinas, atuante que era na organização política nacional, também procurou se organizar e se adequar a esses novos rumos adotados para o país. A partir das primeiras décadas do século XX, surgiu a necessidade da organização do crescimento urbano de Campinas. Para que isso ocorresse, foram criadas diretrizes para contemplar os interesses econômicos e imobiliários bem como alterar a configuração urbana existente no centro da cidade. Se de um lado pretendia-se a ordenação e manutenção dos investimentos feitos na área do saneamento, realizados no período das epidemias (1889-1897), por

outro lado existia a intenção de transformar Campinas em uma cidade que refletisse o ideário urbano da época.

Várias ações foram encaminhadas com o intuito de ordenar e controlar a cidade, como a contratação, em 1929, do urbanista Luís de Anhaia Mello para executar análise e propostas urbanísticas, a aprovação do Código de Construções em 1934, que implicou em profundas alterações na cidade. Em 1934, o engenheiro arquiteto Francisco Prestes Maia foi convidado para elaborar um plano de urbanismo para cidade, o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas. Uma Comissão de Urbanismo composta por elementos da direção política e social da cidade contribuiu para as decisões finais do Plano aprovado em 1938, bem como suas posteriores revisões. Apesar da proposta inicialmente apresentada prever um planejamento global para o município, as maiores intervenções ocorreram na área central. Juntamente com o Plano de Melhoramentos Urbanos foram implantadas legislações que valorizavam, e em alguns momentos até exigiam, o processo de verticalização das edificações na área central da cidade. Dessa maneira, as alterações do sistema viário e o incentivo à verticalização das edificações permitiram a implantação dos principais ícones de uma cidade moderna daquela época: o automóvel e o arranha-céu.

A arquitetura dos novos edifícios, tanto os públicos quanto os particulares, revelavam novos programas e maneiras de morar e trabalhar. Construídos com o incentivo da nova configuração do centro, esses edifícios utilizavam o repertório novo de construções verticalizadas vinculado a uma linguagem modernizadora com as alterações formais e programáticas adotadas para cada momento. Nas edificações construídas ao longo desses anos, verifica-se a aplicação de soluções cada vez mais racionais, partindo-se de soluções vinculadas a uma imagem Dèco até o racionalismo do Protomodernismo. As distribuições espaciais internas também sofrem alterações no decorrer

do período demonstrando a evolução do pensamento sobre edificações habitacionais e de serviços na área central.

Assim, o objetivo deste trabalho foi identificar as realizações e ações adotadas para a implantação dessa visão de modernidade que permitissem a compreensão do desenvolvimento da área central de Campinas e seus resultados na malha urbana. O trabalho buscou ainda, analisar a contribuição das edificações verticais no atendimento ao objetivo dos dirigentes daquela época, os agentes dessas obras, as tecnologias empregadas, as legislações aplicadas, os programas e estéticas utilizados para tanto.

Para isso, foi realizada pesquisa documental junto às principais fontes na cidade de Campinas, como arquivos públicos e particulares, para obtenção de dados e materiais, paralelamente à pesquisa bibliográfica em temas pertinentes. O material coletado recebeu tratamento para posterior avaliação e permitiu o estabelecimento das edificações a serem analisadas em detalhe. Os resultados desse levantamento documental e sua análise permitiram o entendimento do processo de verticalização e da colaboração da produção arquitetônica à cidade de Campinas em seu processo de reestruturação urbana realizado até a segunda metade do século XX, por meio de alterações nos programas e linguagens arquitetônicas empregados que correspondessem à visão moderna e progressista que a vinculasse em um contexto mais amplo – o da renovação urbanística e arquitetônica presente nas principais cidades.

O trabalho estrutura-se em cinco capítulos principais: introdução, revisão bibliográfica, materiais e métodos, análise documental e considerações finais. O capítulo 2 aborda os argumentos históricos e teóricos – conceituais da implantação da modernidade no Brasil e especialmente em Campinas. A metodologia de trabalho adotada encontra-se detalhada no capítulo 3, onde descreve-se também os

critérios de escolha e os edifícios selecionados para pesquisa documental. O capítulo 4 apresenta a análise documental em si realizada no contexto da perspectiva moderna de cidade, da verticalização como principal vetor da consolidação dessa perspectiva, bem como seu desdobramento na arquitetura, nos programas, tecnologias e soluções formais dos edifícios projetados e construídos no período de estudo. As considerações finais, apresentadas no capítulo 5, apresentam uma visão sintética e organizada das ações realizadas em cada período para a implantação da visão de modernidade pretendida e sua repercussão e vínculos com a arquitetura e cidade contemporâneas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A implantação da modernidade do século XX.

A cada período da história da humanidade, alterações e adaptações são necessárias para a melhor adequação e relacionamento dos indivíduos dentro da sociedade. Neste processo de organização social, a implantação dos meios de produção industrial foram as que mais rapidamente trouxeram transformações nas relações sociais, comerciais e culturais, fazendo dos séculos XIX e XX período de efervescência em busca do novo modo de viver.

Ao ser alterado o processo de produção agrícola e artesanal do período da Idade Média, as relações comerciais deixaram de estar vinculadas aos feudos, senhores feudais e realeza e passaram a ser definidas pela burguesia emergente com outra organização. A revolução Francesa de 1790 espelhou este conflito, e se somado as novas teorias e práticas como o Liberalismo, o Positivismo, a Industrialização, a Revolução Tecnológica, etc. se encadearam para a formação da sociedade moderna pretendida pelo sistema capitalista.

A definição de termos como modernidade ou moderno, apesar de serem definidos como uma qualidade dos tempos atuais ou próximos daquele que está discursando, e/ou pertencente aos dias atuais, passa a representar e identificar a sociedade no momento em que o processo de industrialização se torna o definidor das relações de produção e comércio, ou seja, a sociedade moderna e vinculada ao pensamento de desenvolvimento é aquela vinculada ao sistema de produção Capitalista implantada a partir século XIX. Como descreve Antônio Heliodário Lima Sampaio, moderno como opositor ao tradicional, ao clássico, como ruptura do pensamento medieval, ou ainda, *“no arco mais amplo da modernidade é que surgem as idéias de progresso e renovação, derivados da crença na libertação do indivíduo da*



Figura 01
Imagem cidade inglesa 1850.



Figura 02
Cidade Inglesa fotografia de 1927

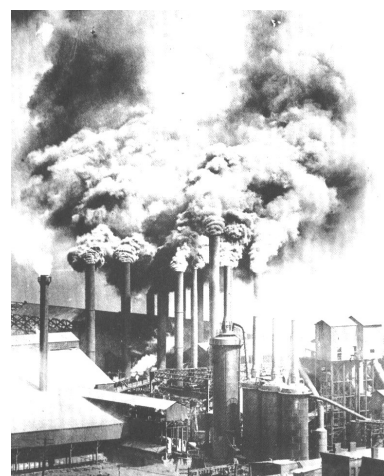


Figura 03
Cidade de Pittsburgh, EUA. Início do século XX.

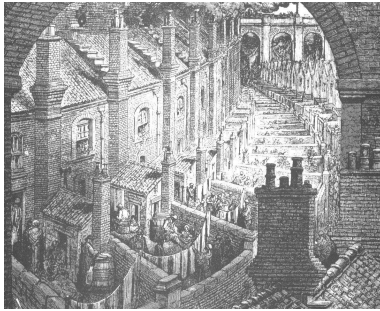


Figura 04
Gravura de Londres em 1872



Figura 05
Gravura de Londres em 1872

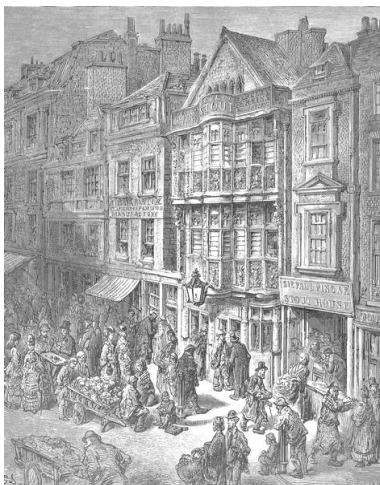


Figura 06
Gravura de Londres em 1872

ignorância e do obscurantismo medieval através da ciência, da técnica e da cultura". (SAMPAIO, 1977).

O desenvolvimento deste processo de transformações alterou a vida dos cidadãos cada vez com mais intensidade e frequência. Como pontuou Marshall Berman (BERMAN, 1986), as descobertas nas ciências físicas, a industrialização da produção, a explosão demográfica, o aperfeiçoamento do sistema de comunicação de massas, o surgimento de Estados nacionais fortes, o surgimento dos movimentos sociais de massa e o mercado capitalista mundial, contribuíram para as alterações ocorridas neste processo.

Naquele momento de transformações e alterações da sociedade, os pensamentos sobre como esta deveriam ser e se organizar tanto socialmente quanto fisicamente, dividiram e propiciam propostas diversas. Disputas pelo aumento na produção industrial, definição de mercados consumidores e busca de melhores condições de vida para a população passaram a ser a tônica das discussões. As guerras mundiais (1ª Grande Guerra – 1914/1918 e 2ª Grande Guerra – 1941/1945) e a Revolução Russa (1917) entre outros, demonstraram estes embates ideológicos.

O desenvolvimento do capitalismo e da industrialização crescente a partir do final do século XIX provocou profundas alterações nos espaços urbanos. A captação de mão de obra fez com que a população migrasse do campo para as cidades em quantidades cada vez maiores, alterando suas configurações e exigindo suas reestruturações. O desafio era a construção da sociedade do futuro e tinha como base o desenvolvimento, a evolução tecnológica, a produção em série e seu escoamento para o mercado consumidor. O pensamento corrente estava pautado na racionalidade e funcionalidade, que alteravam completamente a configuração urbana exigindo modernizações em suas estruturas, com novas soluções arquitetônicas para atender as

necessidades de infra-estruturas urbanas e alojamentos para a população ampliada.

Após a primeira Guerra Mundial as discussões espaciais da cidade e do edifício passaram a focar as questões de funcionalidade, praticidade, rapidez de construção e economia. O aumento da população urbana em virtude da produção industrial, a necessidade de reconstruções das cidades pós-guerras somados a um pensamento voltado para as questões sociais, contribuíram e deram o impulso necessário para a alteração do espaço construído.

Tomando-se como base o ideário de desenvolvimento atrelado ao processo de modernização da produção e da sociedade, a imagem de cidade moderna e funcional passa por ter sua estrutura alterada para ruas largas com o intuito de resolver problemas de circulação e escoamento de produção. Como um exemplo e ícone de cidade moderna ficaram as intervenções realizadas em Paris (Fig. 07) por Georges Eugène Haussmann já no final do século XIX (BENEVOLO, 2003). Nas construções físicas, alterações no edifício também ocorrem na busca desta identidade com o desenvolvimento e modernidade. Através das novas tecnologias também foi permitida outra solução para os edifícios, que passam a ganhar em altura e imponência, impondo uma nova implantação e impacto visual.

Como toda alteração cultural de uma época, surgiram as necessidades de demarcações destas mudanças, bem como uma clara diferenciação com aquilo que já não representavam o momento vivido. Além da necessidade real da organização das cidades e dos edifícios se adequarem a nova realidade, a arquitetura também passou por esta discussão representativa, surgindo as teorias que foram denominadas de Arquitetura Moderna.

Para reforço das evoluções tecnológicas, estes também deveriam ter seus reflexos na cidade, principalmente através de seus edifícios. Na

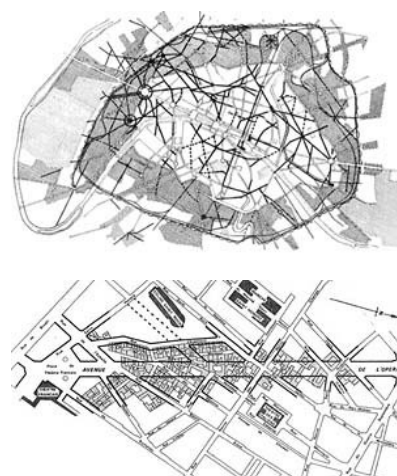


Figura 07
Plano Urbanístico para Paris - 1850/1870
Autoria: Georges Eugene Haussmaan



Figura 08 - Edificação Eclética
Ópera de Paris (1862/1875)
Autoria: Charles Garnier



Figura 09 - Palácio de Cristal
Londres, 1851.
Autoria: Joseph Paxton



Figura 10 – Torre Eiffel. Paris, 1889.
Autoria: Gustave Eiffel



Figura 11 – Linguagem ArtNouveau
Entrada Metrô – Paris 1900
Autor: Hector Guimard

arquitetura, o Ecletismo (Fig. 08), ou seja, uma fase da história da arquitetura onde coexistiram nas construções várias referências formais anteriores, como por exemplo, o Neoclássico, o Neogótico, o Neobarroco, dentre outros, era representativo da aristocracia agrícola, agentes dominantes da política e da economia anterior ao processo de industrialização. Valorizar organizações e formas passadas e principalmente manter as características dos agentes dirigentes anteriores que não espelhavam as novas conquistas tecnológicas, o desenvolvimento e as evoluções em curso, não combinavam com os novos anseios.

Uma das mais importantes evoluções tecnológicas e que trouxe modificações significativas para o desenvolvimento das cidades e das edificações se encontra na utilização do ferro. Um grande símbolo de modernidade foi a evolução do sistema de transporte ferroviário que possibilitou a ligação de regiões e escoamento da produção.

Grandes obras de arquitetura passaram a se valer desta tecnologia em obras de pontes, estações ferroviárias e novos edifícios. Obras realizadas para as exposições mundiais que passaram a acontecer, como o Palácio de Cristal de Joseph Paxton de 1851 em Londres (Fig. 09) e a Torre Eiffel de Gustave Eiffel de 1889 em Paris (Fig. 10), tornaram-se símbolo de evolução e desenvolvimento, consagrando o que ficou conhecido como Arquitetura do Ferro.

A linguagem que utilizou as novas técnicas, materiais e processo produtivo deste período foi o Art Nouveau. Um movimento que trabalhou com a unificação de todas as artes, maiores ou menores, puras ou aplicadas, da vestimenta, artes gráficas, publicidade, decoração, arquitetura ao urbanismo, podendo ser considerado o início do Movimento Moderno. Um dos materiais que se desenvolveu com a industrialização e foi largamente estudado e aplicado na arquitetura Art Nouveau foi o ferro trabalhado em estruturas e caixilharias (Fig. 11).

Segundo Renato De Fusco (1981), esta tendência teve várias interpretações e evoluções iniciadas Bélgica, demonstrando um clima de progresso, renovação, otimismo e desenvolvimento industrial; na Áustria com uma variante do estilo Secessão utilizando-se de formas mais geométricas e puras (Fig. 12) e, a partir de 1910, a Alemanha assume uma posição de “país guia do Movimento Moderno”, com as escolas de arte aplicada – industrial.

A França participou deste movimento com a “Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais Modernas” em 1925 (Fig. 13), onde discutiu as relações formais que estavam sendo adotadas. Este movimento foi amplamente difundido e ficou conhecido com Art Déco.

Pode-se dizer que o Art Déco transformou-se em um estilo, uma vez que possuiu características próprias e foi amplamente utilizado em lugares e usos diferentes. Simplificação de adornos, linhas puras e linhas curvas, motivos marinhos e navais, composição de volumes escalonados com alternância de planos e frisos baseados em figuras geométricas e uso de ordens estilizadas riscadas nas fachada, foram aplicados em sua linguagem visual. Conforme define Luís Paulo Fernandez Conde no 1º Seminário Internacional Art Déco na América Latina: *“Cabe ainda mencionar algumas características dessa arquitetura que a tornam reconhecível e com identidade própria: as composições axiais, a valorização das esquinas, a tripartição vertical dos edifícios em base, corpo e coroamento, a predominância de cheios sobre os vazios, as varandas semi-embutidas, a articulação e escalonamento de planos e volumes, a contenção decorativa, a integração arquitetura/interiores/design, a valorização dos acessos e portaria, o uso de tecnologias construtivas modernas (concreto armado, elevadores, sistemas hidráulicos e elétricos), os embasamentos revestidos em mármore ou granitos, os acabamentos*



Figura 12 – Casa da Sesseção – Viena, 1896
Autor: Joseph Maria Olbrich



Figura 13 – Cartaz da Exposição Dêco, 1925
Autor: Robert bonfils

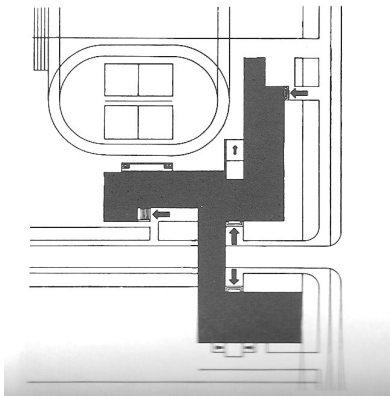
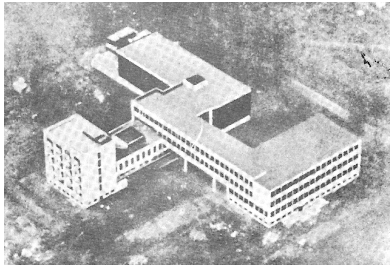


Figura 14 – Foto e Implantação edifício da Bauhaus em Dessau.
Autor: Walter Gropius, 1926.



Figura 15 – Edifício da Bauhaus em Dessau.
Autor: Walter Gropius, 1926.

altos em pó-de-pedra, as persianas de enrolar, a iluminação feérica e os maravilhosos trabalhos de serralheria artística”. (CONDE, 1997).

Na Alemanha, no período entre guerras, escolas de artes e ofício como a Bauhaus (Figs. 14 e 15) também refletiram o pensamento de um novo mundo, propiciando discussões que vão além das obras edificadas, procurando entender e garantir melhorias a sociedade, sua estruturação, modos de vida e organização. Com os problemas urbanos e sociais aflorados com o desenvolvimento industrial, as artes e arquitetura, procuram a busca da sociedade ideal, igualitária e engajada aos novos tempos, com o intuito de dar respostas e soluções que melhorassem a vida da grande maioria da população. Imaginou-se que através da organização espacial e funcional fosse possível implantar a visão de um mundo melhor utilizando-se dos princípios do processo industrial em voga. Surgem, junto à idéia de igualdade, conceitos de modelo, padronização e conseqüentemente racionalização, que se ajustariam perfeitamente à industrialização e às teorias de arquitetura e urbanismo na buscar a nova cidade e edifícios ideais.

Inicia-se a realização dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). Temas como a harmonia entre o social e o econômico, habitação mínima, urbanização racional, cidade funcional, centros urbanos e habitat, foram debatidos durante os anos da primeira metade do século XX ditando os caminhos pelas quais a arquitetura deveria percorrer. (CIAM I – 1928, CIAM II – 1929, CIAM III – 1930, CIAM IV – 1933, CIAM V – 1937, CIAM VI – 1947, CIAM VII - 1949, CIAM VIII – 1951, CIAM IX – 1953 e CIAM X - 1956).

Surgiram nomes importantes e influentes para as definições da arquitetura como Le Corbusier (Charles-Edouard Jeanneret) que contribuiu para a visão funcionalista e racionalista da organização espacial urbana e edificada. Como conceito para as edificações preconizou em 1926 “os cinco pontos da arquitetura nova”: 1. Volume

construído elevado sobre pilotis, 2. Planta livre com estrutura independente, 3. Fachada livre, 4. Janelas dispostas na horizontal e 5. Teto jardim (Fig. 16). Estes pontos foram norteadores para o surgimento e execução da Arquitetura Modernista, defendendo a existência de uma arquitetura internacional que alterasse a existente e que trouxesse melhorias e evolução para o habitat humano.

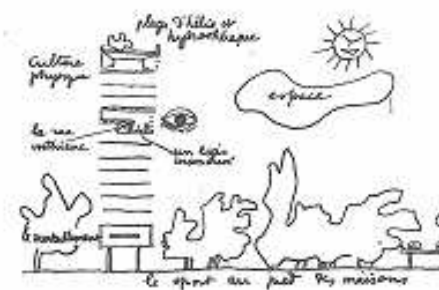


Figura 16 – Croqui para habitação coletiva.
Autor: Le Courbusier

Estas discussões e preceitos foram aplicados no decorrer do século XX com o intuito de dar respostas aos problemas urbanos e habitacionais que se acumularam, procurando avançar rumo ao futuro de desenvolvimento e evolução proporcionados pela implantação do sistema capitalista, como resume Otilia Beatriz Fiori Arantes: “A utopia reformadora na origem da Arquitetura Moderna é, portanto, inseparável do processo capitalista de modernização, e sua aposta no processo tecnológico. Ou seja, o avanço das forças produtivas haviam de levar a uma racionalização crescente da vida, à qual a arquitetura viria se associar e, quem sabe, até liderar – afinal a famosa afirmação de Courbusier “Arquitetura ou Revolução” não era mera bondade. Mas para isto justamente era preciso romper com qualquer resquício passadista – a Tabula Rasa não era um simples equívoco contornável, mas a premissa necessária de uma arrancada para frente”. (ARANTES, 1997).

No Brasil, algumas cidades organizadas a partir da economia agrícola, iniciaram seu processo de industrialização com o capital gerado pela produção cafeeira. Desde a Proclamação da República (1889) se instaurou um espírito de desenvolvimento e progresso. O sentido modernizador da administração brasileira desta época faz-se sentir nas grandes cidades, onde projetos de saneamento, infraestruturas e reordenações urbanas são desenvolvidos, tomando-se como base as cidades européias (LEME,1999).



Figura 17 – Projeto do novo centro
Esplanada do Castelo. RJ
Autor: Donat Alfred Agache (1925-1930).

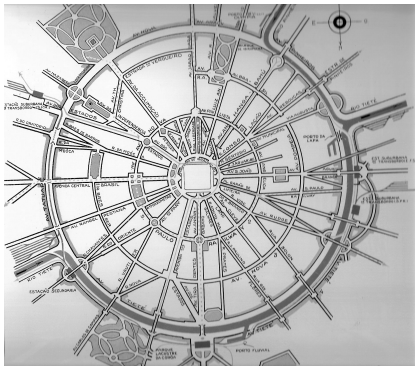


Figura 18 – Plano de Avenidas – São Paulo
Autor: Prestes Maia (1930).

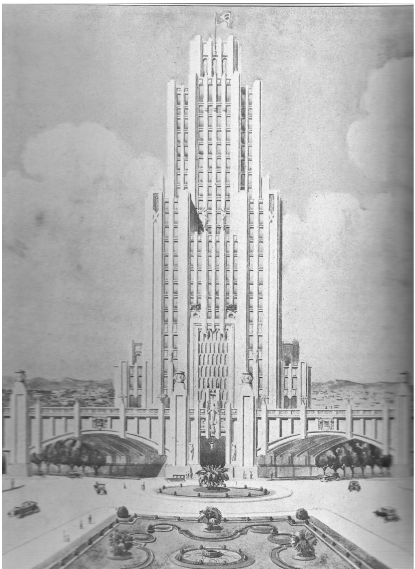


Figura 19 – Ilustração de
Plano de Avenidas – São Paulo
Autor: Prestes Maia (1930).

Projetos de alargamento de ruas e avenidas adaptando-as aos novos meios de transporte e escoamento de mercadorias nas primeiras décadas do século XX, e as reformas e ampliações dos portos como os do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Niterói foram as primeiras iniciativas no país.

É no período posterior a 1ª guerra mundial que se inicia efetivamente o processo da industrialização brasileira e se acentuam as necessidades de adequar as cidades para o novo processo econômico, procurando passar de uma economia puramente agro-exportadora para uma economia industrial. As propostas de intervenções no Rio de Janeiro (Fig. 17) por Alfred Agache e o “Plano de Avenidas” em 1930 de Francisco Prestes Maia para São Paulo (Figs. 18 e 19) são alguns exemplos destas intenções.

Os projetos para modernizar as cidades buscando provocar alterações em seus aspectos funcionais e formais e adequando-as aos interesses econômicos e políticos aconteceram em várias cidades do Brasil e como pontua Hugo Segawa, “...constituíram verdadeiras cirurgias urbanas que tentaram varrer as referências da cidade colonial ou imperial, substituindo-se a paisagem “atrasada” do casario antigo por largas e arejadas avenidas ou bulevares e construções vistosas de arquitetura modernizantes ou modernas.” (SEGAWA, 1998).

As referências formais da arquitetura brasileira seguiram as discussões internacionais. As edificações ecléticas deixaram de representar os anseios dos novos dirigentes políticos e econômicos no país. Art Nouveau e Art Déco definiram melhor a imagem de desenvolvimento, funcionalidade e progresso pretendidos, perdurando esta tendência estética por boa parte da primeira metade do século XX no Brasil.

Foi amplamente divulgada a imagem Déco na arquitetura nacional até os anos de 1930/1940. Como alguns exemplos temos o ocorrido no Rio de Janeiro, então capital do Brasil: o edifício a Noite (1930) de Joseph

Gire e Elisário Bahiana (Fig. 20), bem como a escultura do Cristo Redentor com característica de estátua Déco; em Salvador o Edifício Oceania (1930-1940 - Fig. 21) e o Elevador Lacerda (1929); em São Paulo o viaduto Boa Vista (1930) projetado por Oswaldo Arthur Bratke e o edifício Columbus (1932 - Fig. 22) de Rino Levi. (SEGAWA, 1998).

Assim como desenvolvimento da história não é linear, na história da arquitetura existiram outras teorias, pensamentos e tendências de interpretações arquitetônicas acontecendo ao mesmo tempo. Havia o aprofundamento das discussões sobre a racionalidade na construção, ou seja, a tendência Racionalista para a Arquitetura e o Urbanismo, tratando-se do início do *Movimento Modernista* com todas as suas características e envoltórios sócio-cultural-político.

No Brasil do pós-guerra, principalmente a década de 1920 foi de grandes transformações e agitações nas áreas econômicas, políticas e culturais. Comemorou-se o centenário da independência de 1822, surgindo a necessidade de se pensar qual Brasil estava sendo construído.

Realiza-se o Movimento Modernista na Semana de Arte Moderna de 1922. Mais do que um agrupamento de intelectuais a romper com os conceitos e normas do passado, tratou-se de um momento de reflexão da produção cultural nacional. Deste movimento nasceu o respeito e registro do que já havia sido produzido artisticamente no país. O Barroco Brasileiro é valorizado através das “viagens exploratórias” feitas pelo grupo dos Modernistas: Mario e Oswald de Andrade, Ronald de Carvalho, Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Villa Lobos, Victor Brecheret, Antônio Maya entre outros.

A arquitetura participou pouco da Semana de Arte Moderna, mas contribuiu posteriormente para a efervescência das discussões novas a serem implantadas no Brasil. Muitos historiadores colocam como a



Figura 20 – Edifício A Noite - RJ
Autor: Joseph Gire e Elisário Bahiana (1930).



Figura 21 – Edifício Oceania - BA
Autor: Freire & Sodré (1930 - 1940).



Figura 22 – Edifício Columbus - SP
Autor: Rino Levi (1930/34).

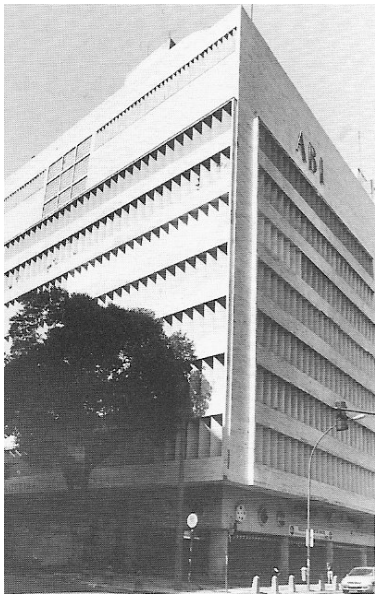


Figura 23 – ABI – Ass. Bras. Imprensa
Autor: M.M.Robertos (1936).



Figura 24 – Edifício Esther
Autor: Alvaro Vital Brasil (1936).

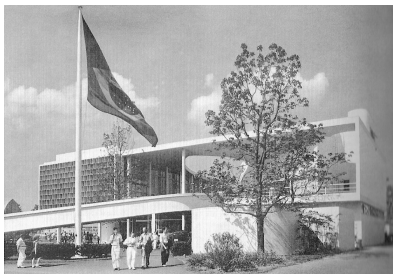


Figura 25 – Pavilhão Brasileiro Feira Mundial
Nova Iorque (1938/1939)
Autor: Lucio Costa e Oscar Niemeyer

primeira manifestação Modernista na arquitetura, a obra residencial de Gregori Warchavichik, na vila Mariana em São Paulo, em 1928.

A contribuição efetiva para a Arquitetura Modernista Brasileira, inclusive por ter tido o aval governamental, foi o prédio do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro. Este projeto, realizado por uma equipe de profissionais ligados ao movimento Modernista e dirigido por Lúcio Costa, ocorreu no ano de 1936 contando inclusive com a colaboração de Le Courbusier, convidado para vir ao Brasil ser consultor desta obra.

Para uma maior compreensão da implantação desta nova linguagem na arquitetura brasileira, cabe destacar algumas obras, com suas respectivas datas e autores que serviram de referência nacional:

- **1936**, os irmãos Roberto projetam a sede da ABI - Associação Brasileira de Imprensa (Fig. 23) ;
- **1936**, em São Paulo, Álvaro Vital Brasil projeta o edifício Ésther (Fig. 24);
- **1938/39**, foi executado o Pavilhão Brasileiro para a Feira Mundial de Nova York, obra de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer que coloca a arquitetura nacional no cenário internacional (Fig. 25);
- **1940**, Oscar Niemeyer é contratado para desenvolver o projeto da Pampulha em Belo Horizonte, que passaria com suas obras a ser um marco importante para a arquitetura nacional;
- **1943**, o Museu de Arte Moderna, MoMA de Nova York, monta uma exposição da arquitetura brasileira – Brazil Builds, imprimindo um reconhecimento internacional a obra arquitetônica brasileira (Fig. 26);
- **1953**, ano do projeto de Affonso Reidy para o Museu de Artes Modernas – MAM do Rio de Janeiro (Fig. 27);

- **1957**, Lina Bo Bardi projeta o Museu de Arte de São Paulo – MASP (Fig. 28);
- **1960**, inaugura-se Brasília, obra característica da Arquitetura Modernista, tanto nos edifícios de Oscar Neimeyer quanto no Urbanismo de Lúcio Costa.

Estes, entre muitos outros exemplos, foram contribuições para o desenvolvimento e implantação da linguagem Modernista na Arquitetura do Brasil. Porém, como todos os movimentos da história, o processo não é contínuo, linear e nem mesmo consensual.

A Arquitetura com a linguagem e mesmo conceitos Modernistas não foram implantados consensualmente em todas as obras no Brasil. Existiu uma grande produção arquitetônica ocorrida neste período que vai de 1930 a 1960 que não se encaixaram necessariamente nas características da Arquitetura do Movimento Modernista. Trata-se de um período que muitas obras foram construídas, tanto entre as grandes guerras mundiais como no pós-segunda grande guerra, pois foi um momento de desenvolvimento e de euforia na intenção de criar um país novo.

No Brasil, em pleno processo de incremento de seu parque industrial, com o crescimento acelerado das cidades e os investimentos do mercado imobiliário, a produção arquitetônica passa a ser acentuada, porém, não necessariamente seguindo os preceitos da Arquitetura Modernista. Como identifica o professor Luis Paulo Conde na publicação de sua pesquisa *“Protomodernismo em Copacabana – Uma arquitetura que não está nos livros”* (CONDE, 1988), existiu uma produção arquitetônica que possui suas características e história própria ainda não estudada e registrada suficientemente, sendo mesmo classificada como um movimento autônomo, ao qual chamam de Proto-Modernismo.



Figura 26 – Capa da Exposição obras brasileiras MoMA - Nova Iorque (1943)



Figura 27– MAM – Rio de Janeiro (1953)
Autor: Affonso Reidy



Figura 28 – MASP – São Paulo (1957)
Autor: Lina Bo Bardi

Compartilha a mesma opinião o arquiteto Paulo Raposo Andrade que justificando a necessidade de ser uma produção que tenha uma nomenclatura particular.

“Aqui surge uma incoerência fundamental. Enquanto na Europa o Proto-Racionalismo antecede e de certo modo origina o Racionalismo, no Brasil só após a implantação do Movimento Moderno surge essa arquitetura dita Protomodernista que, a partir daí, se desenvolve paralelamente à arquitetura Moderna. As experiências pioneiras de Warchavichik, Lúcio Costa e Luiz Nunes, entre outros, sinalizavam uma orientação para o Movimento já a partir do fim da década de 20, enquanto as primeiras obras Protomodernistas só aparecem na década de 30”. (ANDRADE, 1994).

Estas pesquisas admitem ser uma produção que não faz parte da Historiografia Oficial da Arquitetura, período que fica entre o Barroco e o Modernismo na mesma categoria que localizado o Ecletismo e o Neoclassicismo, porém pode ser considerada uma arquitetura aceita e aprovada:

Algumas das características levantadas nestes trabalhos para esta arquitetura Protomodernista são:

1. Quanto ao Caráter Urbano:

- Busca de unidade compositiva, um *continuum* edificado e respeito à tradição;
- Permanece a idéia de Rua-Corredor;
- Edifício pensado levando em consideração ao contexto da vizinhança;
- Respeito aos gabaritos, construções na testada do lote e divisas coladas.

2. Quanto aos Programas:

- Alturas de 8 a 12 pavimentos, apartamentos com tipologia variada;

- Térreo utilizado por lojas;
- Fachada tripartida na vertical, segundo as regras de composição clássica com base, corpo e coroamento;
- Revestimentos nobres nos pavimentos mais baixos (mármore, granitos ou pedras) e corpo com pó de pedra;
- Portarias num plano mais elevado protegidos por marquises;
- Cheios predominando sobre vazios (proteção solar);
- Varandas incorporadas ao bloco do edifício e com peitoris de alvenaria, inversamente aos atuais em balanço e grades;
- Utilização da tecnologia para sua execução: concreto armado, elevadores, instalações, etc. (CONDE, 1988).

Todas estas características foram encontradas também na cidade de Campinas neste mesmo momento (meados do século XX), aplicados com a intenção de transformá-la em uma cidade moderna e adequada aos interesses econômicos vigentes.

2.2 A chegada da modernidade em Campinas

A cidade de Campinas iniciou-se vinculada a Vila de Jundiaí, como pouso a caminho da mineração de Mato Grosso e Goiás em 1722. Desenvolveu-se como local de pequenas propriedades com atividades agrícolas de subsistência e troca de excedentes.

Em 1774, o bairro formado pelo agrupamento conseguiu concessão para construção de templo religioso (capela), iniciando o seu desmembramento de Jundiaí.

No mesmo ano de 1774, seguindo a orientação colonizadora do governador Morgado de Matheus (Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão – Governador da Capitania de São Paulo), foi nomeado Francisco Barreto Leme como diretor e fundador do povoado Campinas do Mato Grosso. Foram determinadas regras a serem seguidas para a implantação urbana do povoado criando seu traçado reticulado.

Nas últimas décadas do século XVIII, a agricultura de subsistência foi substituída pela produção de cana de açúcar promovendo uma alteração no processo produtivo e conseqüentemente na economia local, registrando-se a formação de grandes latifúndios e engenhos na região.

Em 1797 o povoado foi elevado a condição de Vila com o nome de São Carlos, que passou a ser dirigida pela oligarquia desenvolvida na cultura do açúcar.

No espaço urbano, este desenvolvimento agro-exportador foi sentido em sua estruturação. Apesar das fazendas serem auto-suficientes com relação a sua subsistência, os fazendeiros e suas famílias mantinham casas na vila, onde se desenvolveram as funções administrativas, o comércio, os serviços, o lazer e a cultura.

A partir das primeiras décadas do século XIX, outra cultura agrícola inicia seu ciclo: o café. Os bons preços atingidos na Europa atraíram os senhores de engenho, que encontraram facilidades para sua implantação e produção. Como destaca Kleber Pinto Silva: *“Em verdade, a pre-existência de uma economia açucareira paulista, tornou possível a rápida expansão do café, que se utilizou e posteriormente aperfeiçoou, de toda a infra-estrutura criada e mantida por aquela economia”* (SILVA, 1996).

A riqueza produzida na produção agrícola, quer seja com o açúcar que possibilitou o desenvolvimento da região, quer seja com o café que em 1842 a qualificou como cidade, garantiu-lhe ser uma referência no cenário paulista. Esta situação, além de propiciar a Campinas uma série de melhoramentos materiais e uma preocupação de ordem artística, cultural e religiosa, também trouxe para a cidade novos habitantes e investimentos que só contribuíram para o seu crescimento e desenvolvimento.

A configuração de Campinas como o Centro Regional no Oeste Paulista e com uma vida urbana bem definida, pode ser demonstrada através de alguns empreendimentos surgidos após sua elevação a categoria de cidade:

- 1850 - Inauguração do Teatro São Carlos (Fig. 29)
- 1857 - Início da instalação de indústrias
- 1863 – Funda-se o Colégio Florense para meninas
- 1867 – Inicia-se o serviço de correspondência diária entre
Campinas e São Paulo
- 1867 – Funda-se a Loja Maçônica Independência
- 1872 – Estabelecimento de Banco comercial e agrícola
- 1872 - Implantação das Ferrovias
- 1874 – Funda-se o Colégio Culto à Ciência (Figs. 30 e 31)
- 1875 – Inicia-se a Companhia de Iluminação e Gás
- 1876 – Inaugura-se a Santa Casa de Misericórdia (Fig. 32)

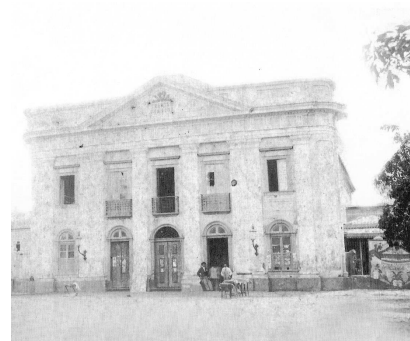


Figura 29
Teatro São Carlos - 1899

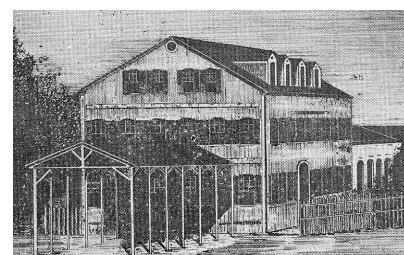


Figura 30
Colégio Culto à Ciência- 1880

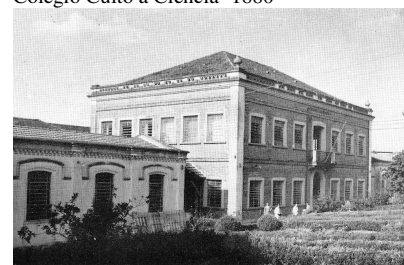


Figura 31
Colégio Culto à Ciência- 1955



Figura 32
Santa Casa de Misericórdia - Campinas



Figura 33
Bonde de Tração Animal

1879 - Entram em funcionamento linhas de Bonde a tração animal; (Fig. 33)

1884 – Instalado o Primeiro sistema de Telefonia

1887 - Companhia Campineira de Água e Esgoto

1887 - Estação Agronômica (Fig. 34) - Origem do atual Instituto Agrônômico de Campinas (MENDES, 1963).



Figura 34
Instituto Agrônômico

Destes itens cabe destacar a grande importância promovida pela implantação do sistema ferroviário. O primeiro trecho instalado (Companhia Paulista) ligava a Jundiaí e posteriormente ao porto de Santos escoando a produção cafeeira de Campinas e de toda a região.

Pouco depois se fundou a Estrada de Ferro “Mogiana”, vindo a atingir Minas Gerais e Goiás, transportando por Campinas as produções destas áreas. Outras três foram instaladas: a “Sorocabana”, procedente de Mairinque, o “Ramal Férreo Campineiro” ligando o Arraial dos Souzas e as fazendas da região de Cabras e a “Funilense” ligando as fazendas e a atual cidade de Cosmópolis. Com este complexo, formou-se um entroncamento ferroviário pela qual passavam toda a produção de café do interior do estado.

No cenário político, Campinas possuía grande influência com a oligarquia cafeeira participando ativamente da política local, estadual e nacional. Campineiros tiveram grande atuação na formação do Partido Republicano desde as primeiras reuniões em 1887. Nomes como Jorge Miranda, João Quirino, Francisco Glicério, Quirino dos Santos, Tomaz Alves, Alberto Sarmiento, Julio de Mesquita, Orozimbo Maia entre outros, trabalharam para a Proclamação da República de 1889 e a instalação da política chamada “Café com Leite”, onde políticos de São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder político e econômico do país.

Tamanha foi a participação dos campineiros na implantação da 1ª República do Brasil que o advogado Miguel Ferraz de **Campos Salles**

(Fig. 35), após ter sido vereador de Campinas entre 1873 e 1880 e várias vezes deputado estadual, assumiu a Pasta do Ministério da Justiça do governo provisório em 1889, a presidência do estado de São Paulo em 1896 e na virada do século XX, em 1898, passa a ser Presidente da República.

Outro indicio da importância política da oligarquia cafeeira de Campinas, além da instalação da Estação Agronômica (atual Instituto Agronômico) responsável por pesquisas e melhoramentos agrícolas, foi a presença de **Francisco Glicério** de Cerqueira Leite (Fig. 36) como Ministro da Agricultura do governo provisório da chamada República Velha.

Tais características colocaram Campinas no final do século XIX e início do século XX, como uma cidade em franco desenvolvimento, captador de recursos e investimentos.

Em 1889 aconteceram as Epidemias da Febre Amarela que causou varias modificações na vida social, cultural e econômica de Campinas.

Verificou-se grande redução no numero populacional, quer seja pelas mortes ocorridas, quer seja pelo êxodo, onde as pessoas transferiram-se para novas áreas agrícolas ou mesmo para a capital São Paulo, levando consigo suas moradias e seus recursos financeiros. A população urbana que no período possuía cerca de 20.000 habitantes passou a não mais do que 5.000 habitantes (BADARÓ, 1986).

Este, portanto, era o quadro da cidade de Campinas, que deixou de ser o Centro Regional, ou ainda a “Princesa D’Oeste” , como a chamavam os campineiros da época, causando uma ruptura no desenvolvimento que estava tendo (MATOS, 1988).

Para superar esta crise, trabalhos de saneamento básico e higiene, foram realizados para o combate as epidemias. Implantou-se legislação exigindo solidez e higiene nas construções, ruas foram pavimentadas, abastecimento de água tratada, coleta de esgotos, córregos canalizados



Figura 35
Campos Salles



Figura 36
Francisco Glicério

e áreas pantanosas foram aterradas. O governo estadual participou desses investimentos, contando com a orientação do engenheiro sanitário Saturnino de Brito a partir de 1896.

Após o desenvolvimento do saneamento e a reativação econômica no início do XX, sua configuração urbana foi muito pouco alterada, atendo-se a ocupar as áreas existentes e abandonadas na época das epidemias. Seu crescimento físico somente voltaria a ocorrer após a década de 20.

Assim, apesar dos surtos epidêmicos terem acontecido no decorrer de nove anos - 1889 a 1897 - Campinas superou a crise que, somando ao seu desenvolvimento anterior às benfeitorias saneadoras realizadas, permitiu ser implantado o desenvolvimento econômico em andamento no país, tornando-se nas décadas de 30 e 40 o segundo núcleo manufatureiro do estado, perdendo apenas para a região metropolitana de São Paulo. (SEMEGUINE, 1988).

A partir do ano de 1930, Campinas sentiu os reflexos das alterações políticas que estavam em curso em todo o país. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciara-se a Nova República com agentes diversos daqueles da República Velha, ou seja, dos campineiros ilustres como Campos Salles, Francisco Glicério.

Outras forças políticas, outra economia, outro momento cultural, logo: procurou-se outra imagem para a cidade que passou vários anos estagnados em virtude das epidemias. Retornou Campinas a ter seu crescimento acelerado, constituindo-se um grande mercado imobiliário. Com este desenvolvimento urbano e a implantação de novos loteamentos, fez surgir a necessidade de normatizar e dirigir este crescimento.

2.3 Iniciativas Urbanísticas para Campinas

Para Campinas o período de 1930 a 1940 foi o de retomada do seu crescimento urbano. A cidade saía de um período de estagnação em sua evolução com as mortes e êxodos de sua população em virtude dos surtos de febre amarela ocorridos no final do século anterior.

A implantação de novos empreendimentos imobiliários necessitando de infra-estruturas básicas e o desejo de revitalizar e modernizar a cidade, fizeram com que várias ações surgissem com a preocupação em normatizar ou mesmo dirigir o crescimento urbano em Campinas pelos seus dirigentes. Na conjuntura nacional mudou o cenário político-econômico. Getúlio Vargas assumiu o poder alterando as relações políticas até então reinante no país. Procurou-se passar de uma economia puramente agroexportadora para uma economia industrializante, já em desenvolvimento nas principais cidades do Brasil.

A nova composição de forças políticas organizada entre a oligarquia campineira com o capitalista urbano, industrial, comercial e financeiro, procuraram traçar novas formas de organizar a cidade para o desenvolvimento de seus negócios imobiliários, a partir do momento em que a terra urbana adquire valor e passa a ser uma alternativa para investimentos. (SANTOS, 1998).

Somado a isto, existia também a intenção de colocar Campinas novamente como expoente entre as cidades paulistas necessitando, para tanto, seguir os projetos urbanos modernizantes que foram aplicados no Rio de Janeiro e São Paulo como destacou Ricardo Badaró, *“O sentimento bairrista, profundamente ofendido com a destruição e a estagnação consequentes da epidemia, associado às questões concretas que então se colocava, traduziu-se no empenho das autoridades municipais em fazer de Campinas a Cidade mais limpa e salubre do país”* (BADARÒ, 1986).

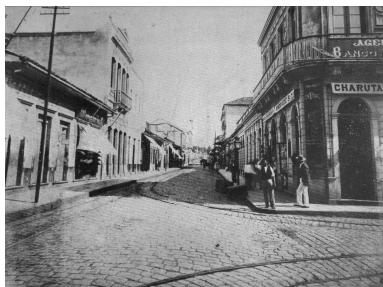


Figura 39
Rua Barão de Jaguará



Figura 40
Rua Dr. Quirino (1898)



Figura 41
Rua Benjamim Constant (1930)



Figura 42
Beco do Rodovalho (Década de 40)

Com o desenvolvimento industrial que se impulsionou em Campinas a partir da virada do século XX, outras necessidades urbanas passaram a existir. As ruas estreitas e o aspecto colonial das edificações não estavam de acordo com o espírito moderno de desenvolvimento e progresso que pretendia a elite campineira (Figs. 37 a 42).



Figura 37
Rua Francisco Glicério – Igreja do Rosário ao fundo.



Figura 38
Rua Conceição (1920)

Tendo este quadro, em 1927 o prefeito Orosimbo Maia contratou os serviços para execução da Planta da Cidade demonstrando a preocupação do poder público em conhecer e controlar o desenvolvimento urbano. A Planta ficou pronta, na escala 1:10.000 em 1929.

As necessidades da aplicação de conhecimentos urbanísticos para a ordenação da cidade começaram a ser discutidas politicamente neste período. Em 1929 o vereador Waldemar Rangel Belfort de Mattos faz discurso onde defende a “*necessidade de se elaborar um plano, de acordo com os preceitos do urbanismo, para a remodelação de Campinas*”. (Apud: SANTOS, 1998) O vereador além de relacionar vários pontos da cidade a serem melhorados, recomenda Luiz de Anhaia Mello, professor de urbanismo na Escola Politécnica de São Paulo, como referência de urbanista a ser contratado.

Ainda em 1929, foi contatado Anhaia Mello que esteve em Campinas e emitiu um relatório preliminar sobre urbanismo. Neste relatório define as bases fundamentais a serem adotadas para a realização dos trabalhos de urbanização, sendo: 1. A organização de uma comissão do Plano da Cidade, 2. Contratar um urbanista para consultor e orientador dos trabalhos da comissão, 3. Proporcionar a divulgação e publicidade dos trabalhos e 4. Manter a comissão após a realização do plano para acompanhar sua execução. Defende ainda a realização de um inquérito cívico (*civic survey*) para melhor conhecimento das necessidades e para a realização de um *Master Plan* para a cidade. (MELLO, 1929). A continuação dos trabalhos do urbanista não aconteceu em virtude das questões políticas nacionais. Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e alterou a direção municipal.

Em 1931, sendo o prefeito municipal José Pires Netto, foi retomado o assunto sobre a urbanização de Campinas e seguindo as orientações

dadas por Anhaia Mello, cria a Comissão de Urbanismo pelo decreto nº 11 de 19 de fevereiro de 1931 (CAMPINAS, 1932). As atribuições desta Comissão seriam a de auxiliar a Prefeitura Municipal quanto aos planos de remodelação e expansão da cidade, abertura de ruas e avenidas, extensão e disposição de praças, jardins e parques, serviços de água e esgoto e serviços de eletricidade, bonde, radio, telefone, etc. Na composição desta Comissão de Urbanismo estavam presentes os representantes da sociedade com 16 membros com a seguinte composição:

- “ 1. Prefeito Municipal*
- 2. Chefe do Tráfego da Cia Paulista de Estrada de Ferro*
- 3. Inspetor geral da Cia Mogyana de Estrada de Ferro*
- 4. Superintendente Geral da Cia Campineira de Tração Luz e Força*
- 5. Gerente da Companhia Telephonica Brasileira*
- 6. Engenheiro Chefe da Repartição de Obras e Viação*
- 7. Engenheiro Chefe da Repartição de Aguas e Exgottos*
- 8. Chefe da Delegacia de Saude*
- 9. Presidente da Associação Commercial de Campinas*
- 10. Representante da classe dos advogados*
- 11. Representante da classe dos medicos*
- 12 Representante da classe dos engenheiros*
- 13/14. Dois Representantes da classe dos proprietários*
- 15/16. Dois Representantes da imprensa”.* (CAMPINAS, 1932).

Os trabalhos desta Comissão não se desenvolveram, pois, com o Movimento Constitucionalista de 1932, novamente a cidade de Campinas foi afetada. A posição assumida pelos dirigentes foi derrotada por Getúlio Vargas, e as questões de ordenações e remodelações urbanas ficaram proteladas.

No ano seguinte, a partir de setembro de 1933, assume a prefeitura o Eng. Perseu Leite de Barros que trabalhava na prefeitura como diretor do Departamento de Obras e Viação. Em sua administração (até agosto de 1934), muitos encaminhamentos foram dados para a execução de um plano de urbanismo e sua implantação em Campinas.

Em 17 de novembro de 1933, o engenheiro Carlos William Stevenson (Fig. 43) cidadão ativo da sociedade, proferiu palestra no Rotary Clube, defendendo a necessidade de remodelação da cidade e a importância de ser realizado um plano urbanístico como o em desenvolvimento na cidade de São Paulo.

“O caso, entretanto, é que o problema de Campinas empolga todos os que aqui vivem e laboram. Cidade das mais belas de São Paulo, cidade de feição universitária, com cerca de 20 mil alunos nos seus cursos, cidade residencial, confortável, intelectual, centro médico – hospitalar só comparável ao de São Paulo, importante centro de viação do Estado, centro industrial e agrícola, ...” (STEVENSON, 1933).

Define ainda urbanismo como a ciência e arte que além da ordenação do conjunto de elementos para melhor circulação, higiene, conforto e recreio dos habitantes da cidade, e também o de coordenar *“aos mais exigentes preceitos de estética e elegância próprios das cidades moderna”*. (STEVENSON, 1933).

A avaliação e os comentários feitos sobre a cidade de Campinas daquele período reflete a imagem que os cidadãos dirigentes e atuantes

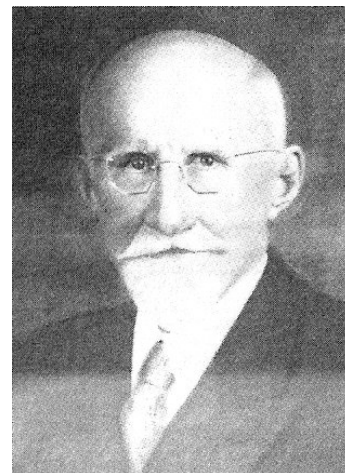


Figura 43
Carlos William Stevenson



Figura 44
Capa do Documento lançado pelo Rotary.

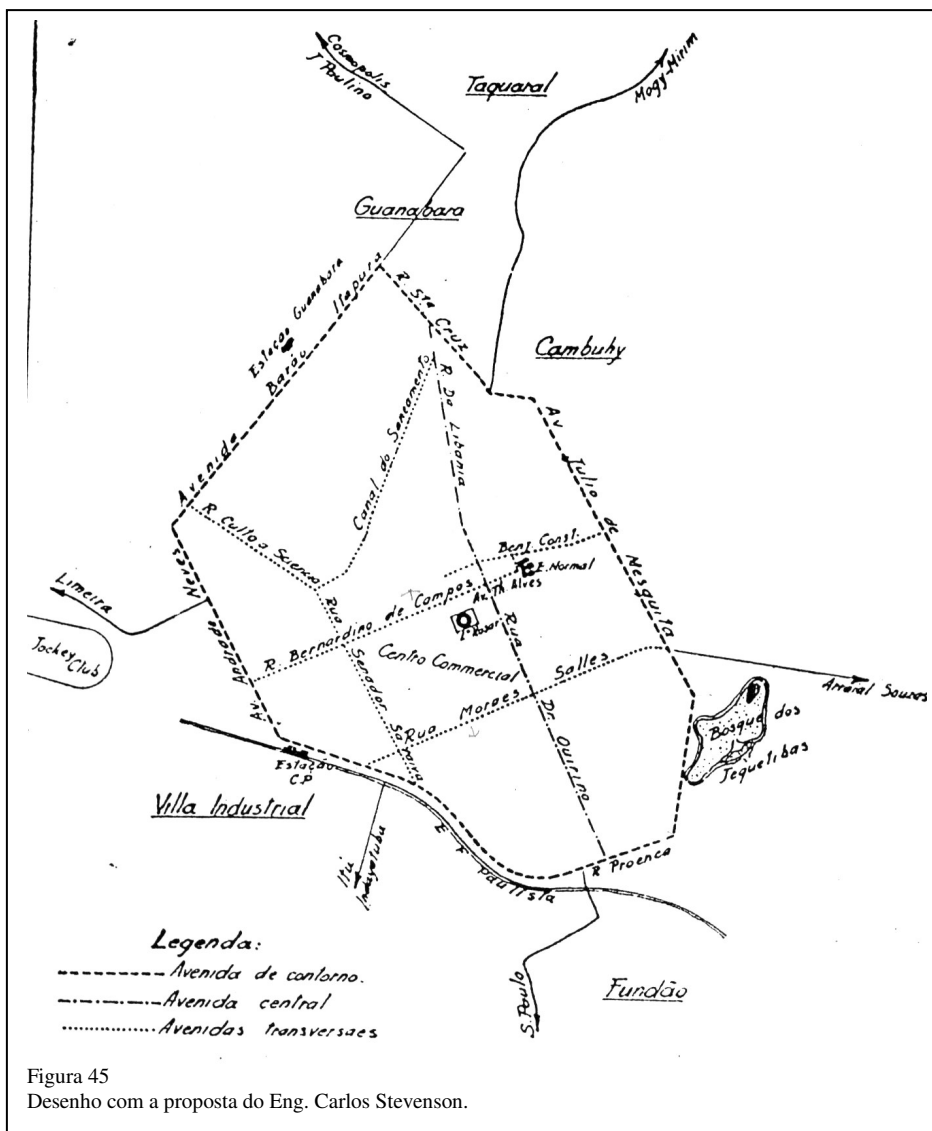
tinham. Viam sua configuração urbana e seu aspecto formal como destoante de uma cidade moderna e em desenvolvimento.

“Campinas de hoje, ao receber as ilustres personagens que a visitam e honram – tradicional Princesa que é e será – não tem para apresentar-se senão os antiquados trajes, quase andrajosos, da dificilmente transitável urdidura das suas ruas deselegantes, estreitas, mal edificadas, cortadas de incomodas sargetas e que, em pontos mais centrais da cidade, se transformam em desordenado conjunto de vielas com aspecto desolador...”

“...Campinas entretanto, somente pode oferecer, a circulação intensa da sua vida urbana, ruelas impróprias e destituídas das qualidades mais essenciais aos fins que lhes cabe satisfazer. A solução dos seus problemas de “urbanismo” se impõe. Não há como adia-la.” (STEVENSON, 1933).

Nesta palestra o Eng. Carlos Stevenson fez algumas sugestões para a remodelação da área central de Campinas. Propões abrir avenidas sendo uma ao longo da via férrea que chamou de Avenida Ferroviária, outra partindo da estação ferroviária em direção ao centro chamada de Avenida do Comercio que possuiria uma praça retangular para ser o Centro Cívico. Propões ainda a criação de mais uma avenida chamada Avenida Transversal, que passando pelo Centro Cívico seria uma paralela a Avenida Ferroviária. Complementou suas sugestões com a criação de uma avenida de contorno que envolvesse a cidade.

Houve uma ilustração destas propostas, definindo quais seriam as ruas transformadas em avenidas. Cabe ressaltar que o Plano de Melhoramentos Urbanos desenvolvido alguns anos depois contemplou muitas destas propostas.



Com este discurso estavam lançadas as propostas de remodelação da cidade. As verbas necessárias para as execuções dos serviços de ampliação da cidade foram articulados pelos dirigentes da nova república que se instaurara no poder. Autorizado por Getulio Vargas a devolução dos fundos municipais encaminhados pelo prefeito Orosimbo Maia ao movimento contra-revolucionario. (SANTOS, 1998).

No ano de 1934 foram criadas varias condições para a implantação das remodelações pretendidas em Campinas. Em 15 de fevereiro é publicado o decreto nº 71 dividindo a cidade em quatro zonas

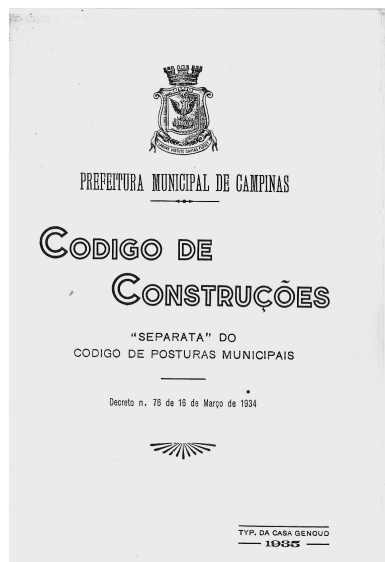


Figura 46
Capa Código Obras de 1934

concêntricas (CAMPINAS, 1935a), e em 16 de março 1934 a prefeitura municipal lança a seu Código de Construções (Fig. 46), através do decreto nº 76, reafirma para a cidade 4 zonas: 1ª zona - Centro Comercial, 2ª zona - Área já Edificada, 3ª zona - Novos Loteamentos e 4ª zona - Área de Expansão (CAMPINAS, 1935b). Cabe registrar que a comissão que elaborou o Código de Construções era composta pelos engenheiros Carlos William Stevenson, Hoche Segurado e Lix da Cunha, os dois últimos profissionais atuantes na cidade com suas obras e que serão responsáveis por muitos dos projetos executados no centro reformado.

O novo Código de Construções de 1934 trouxe em seus artigos normas que colaboraram para a implementação do aspecto modernizador pretendido a saber:

Pelo Artigo 223º que define a altura máxima dos prédios com relação a largura das ruas na zona central ficou estabelecido:

- ruas com largura de 9,00m – altura de 2 vezes a largura da rua;
- ruas com largura entre 9,00m a 12,00m – altura de 2,50 vezes;
- ruas acima de 12,00m – altura de 3 vezes a largura da rua.

Com estas definições seria possível construir prédios de 66 metros de altura na área central da cidade, tão logo as ruas fossem alargadas para 22,00m, conforme propostas posteriores.

Na Secção VII da arquitetura das fachadas, artigo 232º determina: “*O estilo arquitetônico e decorativo é livre, dentro dos limites do decoro público e das regras de arte, a juízo da Prefeitura, ficando para tal fim, instituída a censura estética dos edifícios*”.

E o artigo 237º define

“As linhas mestras da arquitetônicas, constituídas por cornijas, etc., serão estabelecidas de modo tal que: a) formem o mesmo motivo arquitetônico, entre dois prédios contíguos; b) quando não for possível a coincidência exigida na alínea anterior, os motivos arquitetônicos

terão, no limite dos prédios, remate conveniente, de modo que se evite o mau efeito de diferenças bruscas de nível, exigindo-se também o torneamento das saliências para que não se dê a terminação das mesmas em plano vertical normal à fachada”. (CAMPINAS, 1935 b).

Observa-se a preocupação com o conjunto de obras a serem executadas na cidade.

E procurando definir um gabarito para a área central, determinou este Código no Artigo 334ª exigência de construções de no mínimo dois pavimentos: *“Nenhum prédio poderá ser construído, reconstruído ou reformado, sem ter, no mínimo dois pavimentos...”*. (CAMPINAS, 1935 b).

As repartições municipais também sofreram reorganização neste ano de 1934 pelo decreto nº 97. Em seu artigo 5º divide a Diretoria de Obras e Viação em 2 sessões, sendo a de Engenharia Civil e a de Arquitetura e Urbanismo, cuja função seria a de *“collaborar com o Urbanista, contratado pela Prefeitura, na organização do Plano da Cidade; zelar pela execução do plano; confeccionar parte architectonica de todos os projetos municipais; reforma, execução e conservação dos serviços de parques, jardins e cemitério; fiscalização das construções particulares; aprovação de plantas, censura de fachadas, etc; padrão de construção.”* (CAMPINAS, 1935 b).

Em 1934 também foi contratado o engenheiro arquiteto Francisco Prestes Maia, conhecido urbanista que desenvolveu o Plano de Avenidas para São Paulo, referência para as alterações pretendidas pelos campineiros. Ficou responsável por elaborar um plano de remodelação urbana para Campinas: O Plano de Melhoramentos Urbanos.

Ainda em 1934, Prestes Maia apresenta uma exposição preliminar sobre os estudos e serviços que iria desenvolver. Inicia seu documento dizendo: *“Na antiguidade a fundação duma cidade era uma solenidade religiosa e não se realizava antes de afirmarem os augures que os Deuses eram propícios. Podemos fazer um paralelo: hoje é a inauguração dos estudos urbanísticos que pode ser considerada solenidade cívica, porque marca o início da vida urbana consciente e perfeitamente organizada”*. (MAIA, 1934).

Definiu ser necessário o plano ter amplitude na sua abrangência, ser técnico e científico, prático com relação as propostas e aplicabilidade, prevendo sua implantação para um período de 20 a 50 anos e relacionou as etapas de um trabalho urbanístico. Esclareceu ainda neste documento, as atuações do profissional urbanista, da prefeitura e da sociedade: *“O plano será elaborado sob a responsabilidade do urbanista, que ouvirá a Prefeitura, a Comissão do Plano ou outro órgão a quem incumba cuidar da iniciativa, afim de apresentar as desiderata gerais. Conservará porém uma liberdade técnica. A cidade, por seus poderes, aprovará integralmente ou não o plano, ou utilizá-lo-á como julgar mais acertado”*. (MAIA, 1934).

Em 1935, o prefeito nomeado José Pires Neto (1934 a 1936), pelo decreto nº 135 de 12 de agosto de 1935 criou a Comissão de Urbanismo, com praticamente a mesma composição da anterior, sendo acrescidos representantes dos Engenheiros-Arquitetos (fazendo a divisão de engenheiro-civil e engenheiro-arquiteto), representante da Agricultura e representante da Sociedade Amigos da Cidade, entidade recentemente criada (06 de junho de 1935).

No mesmo ano de 1935, Prestes Maia encaminha seu Plano Preliminar para análise da Comissão de Urbanismo, que tinha como responsabilidade as adequações e aprovação junto ao Conselho Consultivo, bem como a divulgação e propaganda do Plano.

Neste documento, faz uma análise dos diversos aspectos para o melhoramento e adequação da cidade de Campinas, fazendo sugestões sobre vários tópicos como: Entrada da Cidade, Perimetral Externa, Parques e Jardins, Grandes Radiais, Unidades Residenciais, Plano Escolar, Radiais Internas, Perimetral Média, Centro da Cidade, Melhoramentos Centrais Suplementares, Edifícios Públicos e Semi Públicos, Perimetral Interna e Estrada de Ferro. (MAIA, 1935).

Mesmo julgando pouco necessárias intervenções maiores na área central da cidade, Prestes Maia analisou e fez propostas para sua remodelação. Ao ponderar ter a cidade de Campinas uma implantação reticulada uniforme e de ruas estreitas, sugeriu o alargamento de algumas ruas que se tornariam avenidas principais.

Grande parte das intervenções propostas e aprovadas para a área central por Prestes Maia estavam muito próximo do sugerido por Carlos Willian Stevenson em 1933. Propôs a abertura de duas avenidas centrais e ortogonais entre si, circundadas por um anel viário que denominou de perimetral interna.

Depois de estudos optou pelas ruas Campos Salles, que se transformaria em avenida e ligaria a Estação Ferroviária ao centro na praça Visconde de Indaiatuba e Francisco Glicério perpendicular a esta passando pela mesma praça, formando o Centro Cívico da cidade na Praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário), reforçando a característica que já possuía. Outras ruas da área central seriam alargadas para completar o sistema viário desta região.

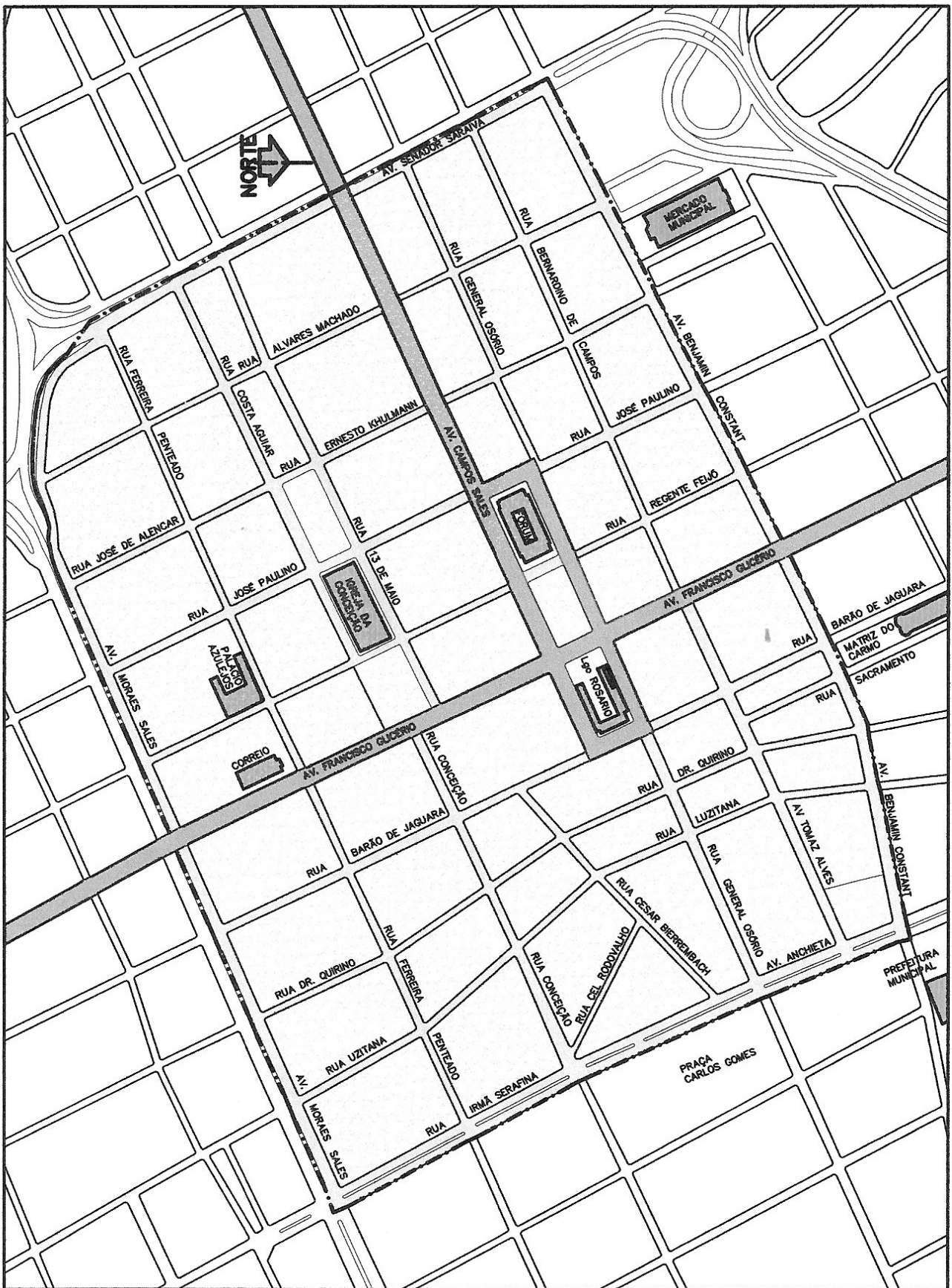


Figura 47
Mapa com localização dos eixos propostos.

Cabe ainda destacar a importância dada ao tema Edifícios Públicos e Semi Públicos sugeridos por Prestes Maia a serem implantados em um raio de 300 a 400 metros na área central, sendo “*sempre que possível ocupar pontos focaes, eixos, pontos dominantes*”. Foram sugeridos:

- a) Paço Municipal.
- b) Fórum e repartições estaduais.
- c) Correios e telégrafos.
- d) Hotel.
- e) Centro de comunidade.
- f) Igreja do rosário, a remover. (MAIA, 1935).

A Comissão de Urbanismo composta em 1935 também não concluiu seus serviços sendo destituída com as novas eleições constitucionais após a promulgação da nova Constituição. Através da Lei nº 490 de 23 de novembro de 1936 o prefeito nomeado João Alves dos Santos (administração no período 1936-1938) determinou a criação da Comissão de Melhoramentos Urbanos, com uma composição diferente das anteriores. Passaria a ser composta pelo “*prefeito e dois vereadores, estes de escolha da Câmara, dois funcionários municipais e por cidadãos de notoriedade e idoneidade, até no máximo seis, uns e outros nomeados pelo prefeito*” (CAMPINAS, 1937).

Reforçando a intenção pela transformação da imagem urbana deste período, em 14 de Dezembro de 1936 é promulgada a Lei nº 496 onde a Câmara Municipal de Campinas autorizou a isenção de impostos prediais pelo período de cinco anos, os prédios com mais de três pavimentos construídos até julho de 1939. Fica claro por esta lei, o incentivo e a importância dada ao processo de verticalização para a cidade de Campinas.

A Comissão de Melhoramentos Urbanos (a terceira comissão para assuntos urbanísticos a ser constituída desde o ano de 1931),

concluindo os estudos da proposta feita por Prestes Maia, encaminhou para o legislativo municipal o que denominou de “Plano de Remodelação da Cidade” em 19 de abril de 1937.¹ Mais uma vez não foi possível a aprovação pela Câmara Municipal por ter sido dissolvida por Getúlio Vargas com publicação da nova Constituição do Brasil em 10 de novembro de 1937.

Somente em 1938 foi restabelecida a Comissão de Melhoramentos Urbanos com o Ato Municipal nº 115 de 18 de março de 1938 e no mês seguinte, em 23 de abril de 1938, passado quatro anos do início dos estudos, foi aprovado pelo Ato nº 118 o Plano de Melhoramentos Urbanos da Cidade de Campinas.

O Plano aprovado diferiu daquele previsto por Prestes Maia. A interferência da Comissão de Melhoramentos colocaria as atenções no sistema viário e a reformulação da área central, excluindo as preocupações abrangentes para a cidade propostas pelo consultor, como descreve Ricardo Badaró:

“As comissões, ao marginalizarem propostas importantes para o planejamento global do município – entre as quais as de zoneamento – e, ao centrarem ênfase nas questões viárias e estéticas, deixaram lacunas na legislação aprovada. Por estas lacunas, mais tarde permearam os interesses dos grupos vinculados ao capital imobiliário que passaram a pressionar a administração e os poderes públicos, quando se intensificou o processo de urbanização”. (BADARÒ, 1986).

O Ato nº 118, além de descrever todas as ruas e avenidas da área central a serem alargadas, demonstra a intenção de alteração da imagem para o aspecto pretendido para esta área, ao colocar nas considerações iniciais: *“Campinas necessita da aprovação imediata de*

¹ Cópia do Plano de Remodelação da Cidade encontra-se na Biblioteca da Câmara de Vereadores de Campinas – Caixa E1-3.

um plano de urbanismo, afim de serem corrigidos os defeitos da cidade e preparar esta ultima para o progresso futuro, dentro das normas de beleza, estética e bem estar da população". O artigo 16º vem reforçar a intenção pela verticalidade das edificações ao definir:

"A Prefeitura só aprovará na Praça Visconde de Indaiatuba e seus aumentos futuros até a rua José Paulino, projetos para construções com 6 pavimentos".

Com a aprovação do Plano de Melhoramentos Urbanos para a cidade de Campinas estavam lançadas as bases legais para a reformulação da área central da cidade. Estavam contemplados os ícones da modernidade – Avenidas e Ruas largas valorizando o transporte automotivo e a possibilidade e até mesmo o incentivo da verticalização das edificações.

O Plano começou a ser implantado com as alterações previstas. Segundo Ricardo de Souza Badaró, em sua tese de mestrado (BADARÒ, 1986), a implantação do Plano de Melhoramentos ocorreu em duas fases distintas: entre 1934 e 1955 e entre 1956 e 1962. A primeira de forma mais lenta seguindo o curso normal do crescimento da cidade. A segunda fase ficaria demarcada pela implantação com um ritmo mais acelerado nas desapropriações e demolições.

O segundo período de implantação das reformas da área central, onde se intensificam e são mais radicais, coincide com a revisão do Plano de Melhoramentos aprovado em 28 de dezembro de 1951 pela Lei nº 640. (Campinas, 1951).

Este instrumento daria novas linhas de interferência no urbano. Além de definir novos trechos de alargamentos de ruas e avenidas, o artigo

11º que define parâmetros para aprovação das novas construções na área central da cidade:

“Artigo 11º - Nas Zonas C.1 e C.2 serão observadas, na aprovação de novas construções, além das exigências previstas em lei e regulamentos, mais as seguintes:

a) QUANTO AO USO:

1- As lojas serão destinadas ao comercio varejista, ficando, os estabelecimentos que nelas se instarem obrigados a apresentar aspecto condigno com a natureza da rua, sendo vedado os que se destinam ao comercio de materiais ou objetos apresentados de forma grosseira, mesquinha ou depreciativa para o local;

2- Os andares superiores poderão ser utilizados para escritórios, consultórios, etc ou apartamentos residenciais.

b) QUANTO À ALTURA:

1- Altura mínima dos prédios serão de 22,00 m e o numero mínimo de pavimentos será de 6, inclusive o térreo;

2- os andares que excederem ao mínimo obedecerão ao recuo de 2,50 m. da divisa dos lotes e 4,00 na frente da rua.

c) QUANTO ÀS ÁREAS:

1- As construções deverão ocupar toda a frente do lote;

2- Ao longo da divisa de fundos dos lotes será conservada uma faixa de 2,00 m. de largura sem construção;

3- As construções não poderão ocupar mais de 80% (oitenta por cento) do lote.

d) QUANTO AS FACHADAS:

1- As fachadas deverão, sempre que possível, obedecer às linhas gerais dos prédios vizinhos;

2- A parte da fachada correspondente às lojas deverá ser revestida de mármore ou granito natural;

3- As marquises poderão avançar até 35 cm. Aquém do prumo dos meios-fios;

4- Os corpos avançados sobre o alinhamento da rua não poderão exceder a 1,00 m. e terão uma distribuição tal que a soma das suas projeções sobre um plano paralelo ao da fachada não exceda a 1/3 (um terço) da sua área.

§ 1º - Os prédios existentes nestas zonas, que estiverem em desacordo com o ora preceituado, não poderão ser aumentados ou reformados, admitindo-se tão somente, pequenos serviços de limpeza e pintura.

§ 2º - Ficarão, a partir de 1952, os prédios situados nestas zonas, que estejam em desacordo com as exigências previstas, sujeitos à uma majoração anual de 10% (dez por cento) nos impostos e taxas que sobre eles recaem, até que se enquadrem nas exigências mencionadas.”.

Com esta Lei 640 ficou muito clara a interferência dos órgãos públicos na remodelação da área central. A incidência de multa caso o imóvel não se adequem aos novos parâmetros, forçando a verticalização para altura mínima de 22,00 metros, demonstra qual a imagem de cidade pretendida.

Seis meses depois, em 26 de Junho de 1952 pela Lei n º 713, são alterados e revogados alguns itens como “Artigo 6º - Ficam revogados, em seu inteiro teor, os seguintes dispositivos da Lei nº 640, de 28 de dezembro de 1951: letras “b” do Art. 11º; item “1” da letra “d” do Art. 11º; Parágrafo segundo do Art. 11º;.....”. Apesar das revogações, ficou clara as intenções pretendidas pelos dirigentes com relação a nova cidade em reforma.

A administração de Ruy Novaes (1956-1959) seria anos de grandes reformulações no cenário da cidade. Neste período foram derrubados 45 prédios na região central. (CORREIO POPULAR, 2000).

Completando o quadro da época, seria aprovado através da Lei 993 de 25 de janeiro de 1959 o Código de Obras e Urbanismo, constituindo assim a legislação do urbanismo e confirmando a tendência de verticalização em Campinas. Quanto a altura dos edifícios, no artigo 8.2.1.01, define:

“1- as alturas máximas dos edifícios construídos nas ruas que têm alargamento previsto na Lei 640 de 28/12/1951, serão fixadas pela expressão:

$$H = 1,5 \times L + 2,5 \times r$$

H - é a altura máxima do edifício; (em metros)

L - é a largura da rua fixada pela Lei 640 (em metros)

R - é o recuo facultativo dos andares superiores;”

(CAMPINAS, 1962)

Tomando-se por base que as avenidas foram previstas para 22,00 metros, fica permitido a construção de 33 metros de altura com o edifício sem recuos. Reforçando ainda a intenção de eliminar edificações térreas, no item 3 define a obrigatoriedade de altura mínima de 8 (oito) metros da fachada.

Com esta legislação foram executadas as reformulações da área central, alterando sua imagem para a cidade moderna e progressista imaginada na época.



Figura 48
Capa Código de Obras de 1959.

2.4 Referências Culturais e Formais para Campinas

Culturalmente Campinas sempre esteve em destaque. Era alto o nível intelectual da elite campineira no início do século XX, advindo da riqueza produzida principalmente pelo ciclo cafeeiro. A infra-estrutura cultural havia sido montada desde o final do século anterior com o Teatro São Carlos inaugurado em 1850, substituído pelo Teatro Municipal (Carlos Gomes) em 1930 que funcionou até 1965 quando foi demolido, ainda fruto das transformações do Plano de Melhoramentos Urbanos. Além do teatro, inúmeras casas de projeção de filmes funcionaram em Campinas como, por exemplo, Cine Rink e Cine República com capacidade para duas mil pessoas.

O sistema de ensino sempre foi desenvolvido, tendo sido criado escolas que estão em funcionamento até os dias atuais como o Colégio Culto a Ciência (1874) e o Colégio Progresso Campineiro (1900) entre outros.

Na área de exposições Campinas também participou ativamente das atividades nacionais. Em 1902 foi sede da Exposição de Artes e Artes Industriais demonstrando seu engajamento na modernidade propiciada pela industrialização daqueles tempos. Como outro exemplo da divulgação do movimento moderno em 1916 o Centro de Ciências e Letras e Artes – CCLA (fundado em 1901) expõe obra de Lasar Segall na segunda mostra de arte futurista da América Latina (CORREIO POPULAR, 2000).

Contando também com cinco jornais diários em circulação e uma intelectualidade atuante nos primeiros anos do século XX, Campinas encontrava-se pronta para receber os novos tempos da modernidade propiciados pelo período de industrialização em expansão.

Sendo a cidade designada por muitos de “Capital Agrícola do Estado” e “Capital Intelectual de São Paulo” (BADARÓ, 1986) esta estava aberta a novas propostas formais e arquitetônicas. No decorrer da primeira metade do século XX, muitas obras com uma linguagem moderna foram executadas, implantando uma nova imagem para a paisagem urbana. De estatuárias e exposições a edifícios públicos percebe-se no decorrer dos anos as obras modernas sendo aceitas e elogiadas. Poderiam ser citadas as seguintes obras:

01. Monumento a Campos Salles

Data: 1929(Contratação) / 1934(Inauguração) / Autor: Iolando Mallozzi

02. Mausoléu aos Voluntários e Mortos na Revolução de 1932

Data: 1932 / 1935 (Inauguração) / Autor: Marcelino Vélz.

03. Reformas Praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário)

Data: 1934 e 1935

04. “Casa Modernista” –Primeiro exemplo de Campinas

Data: 1934 / Autor: Engenheiro/Arquiteto Mário Penteado

05. Palácio da Justiça Municipal (Fórum)

Data: 1939 / Autoria: Arquiteto José Maria da Silva Neves

06. Pavilhão para Comemoração do Bicentenário de Campinas

Data: 1939

07. Centro de Ciências Letras e Artes -CCLA

Data: 1942 / Autor: Lix da Cunha

08. Hotel Términus

Data: 1943 / Autor José Maria da Silva Neves

09. Agencia de Correios e Telégrafos de Campinas

Data: 1946 (término das construções)

10. Exposições de Arquitetura IAB/São Paulo

Data: 1949

11. Praça Indaiatuba (Largo do Rosário)

Data: 1958 / Autor: Renato Righetto

12. Paço Municipal de Campinas

Data: 1957 - Concurso Público / Autor: Rubens Carneiro Gouvêa Viana

Monumento a Campos Salles

Data: 1929(Contratação) / 1934(Inauguração) / Autor: **Iolando Mallozzi**



Figura 49
Monumento da Campos Salles (2001)

Monumento erigido para homenagear *Manuel Ferraz de Campos Salles*, filho da aristocracia campineira, vereador da cidade e ministro da pasta da Agricultura do primeiro governo republicano. Na virada do século XX foi Presidente da República, demonstrando a importância da agricultura cafeeira e de Campinas neste cenário. Através da resolução nº 915 de 06 de Setembro de 1929, fica autorizada a

execução do monumento, sendo contratado o escultor *Iolando Mallozzi* que conclui os trabalhos para a inauguração em 08 de Agosto de 1934.

“...grande monumento de granito cinza apicoado com colunas simbólicas e figuras de bronze representando algumas características do governo do homenageado, isto é, a harmonia, o crédito e a abundância. Há também alegorias representando a lei, o trabalho e a vitória da República. Bem na frente está a figura em bronze de Campos Salles, em atitudes que lhe era peculiar...” (CONDEPHAC. - Monografia sobre o Monumento a Campos Salles).

A característica desta estátua representa a imagem formal que estava em voga no início da década de 1930. Percebem-se linhas retas e puras, tendências Art-Déco amplamente difundida após a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas de 1925 em Paris. Com esta obra o Poder Público assumiu como imagem oficial esta nova linguagem.

Mausoléu aos Voluntários e Mortos na Revolução de 1932

Data: **1932** (Início dos trabalhos) / **1935** (Inauguração)

Autor: Marcelino Véléz.

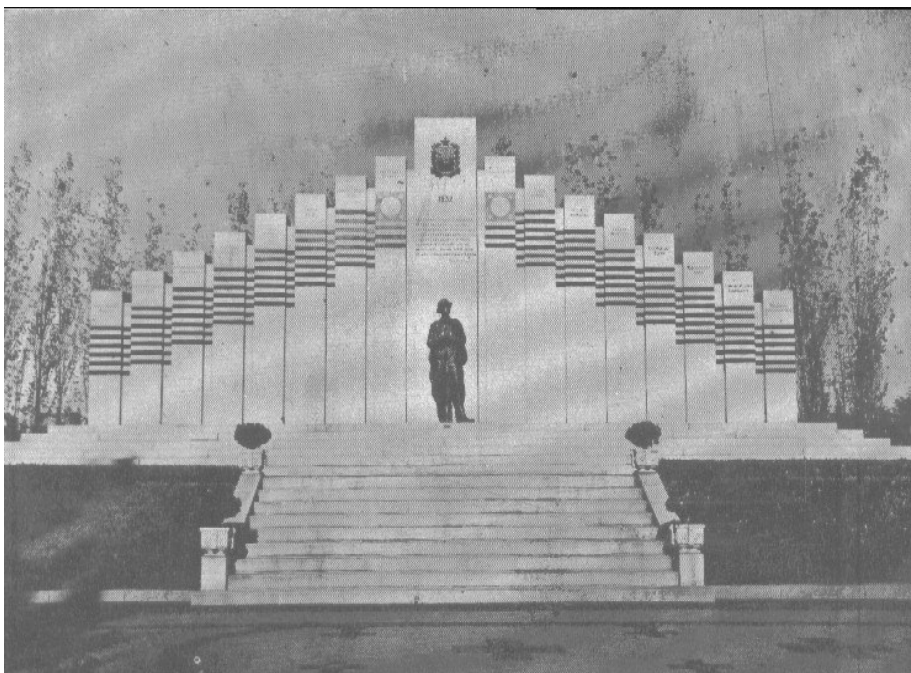


Figura 50

Mausoléu aos Voluntários e Mortos na Revolução 1932

Outro monumento erigido na cidade de Campinas foi o Mausoléu aos Voluntários da Revolução de 1932, programada a partir de outubro de 1932. Em princípios de 1934 foi aberto concurso para o projeto do mausoléu vencido pelo artista escultor *Marcelino Véléz*. O projeto consiste em lapelas representando a bandeira do Estado de São Paulo, simetricamente colocadas em torno do eixo central onde constam versos heróicos de Guilherme de Almeida.

Foi uma atividade dirigida por uma comissão de munícipes com o apoio da Prefeitura Municipal, sendo no momento prefeito o Sr. Alberto de Cerqueira Lima (1932 – 1933). As verbas seriam uma parte cedida pela Prefeitura Municipal e outra arrecadada junto a população da cidade, tal o envolvimento que se pretendeu dar a esta obra.

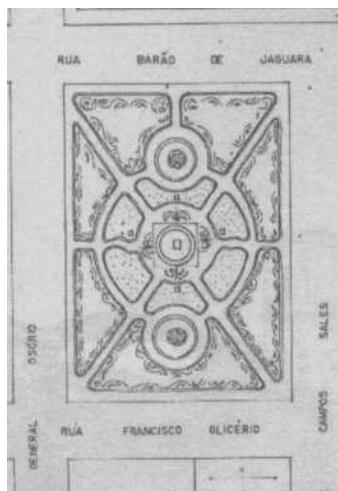
O local para a instalação do mausoléu foi ao lado do portão principal do Cemitério Municipal, local onde a construção da base foi confiada ao engenheiro e Arquiteto Lix da Cunha que, como profissional atuante na cidade e participante da homenagem, dispensou os honorários da administração da obra.

A obra envolveu de tal forma a cidade que até o Dr. Prestes Maia, urbanista contratado como consultor para o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, contribuiu com suas idéias:

“Pela frente a obra comemorativa passaria a ter um prolongamento de nove degraus em granito, descendo para a praça Voluntários de 32. Com essas modificações o Mausoléu adquiria o caráter de monumento público. Foi unanimemente aprovada a feliz idéia do Dr. Prestes Maia, que dava assim ao Mausoléu um toque de universalismo, ao mesmo tempo em que punha em incomparável realce a grandiosa obra de Marcelino Véléz.”

(REVISTA COMEMORATIVA BI-BICENTENÁRIO, 1939)

Figura 53
Projeto 1934 – Art Nouveau



Praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário)

Data: 1934 e 1935

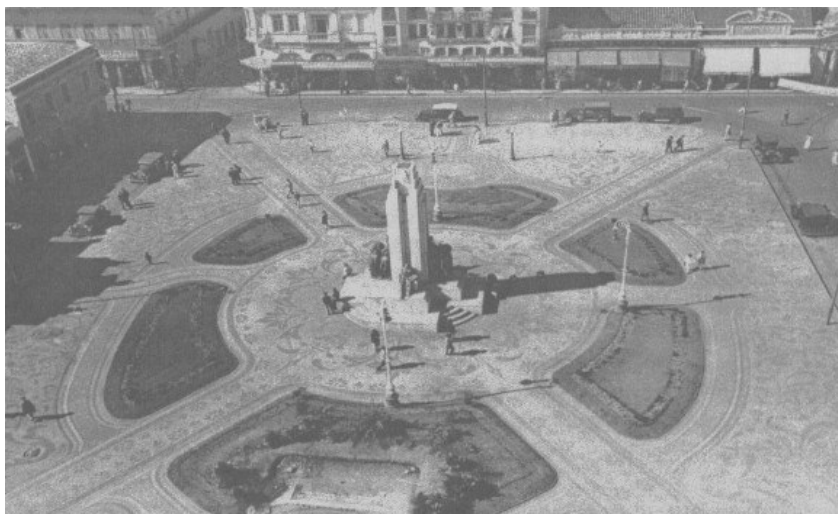


Figura 51
Praça Visconde de Indaiatuba (1934)

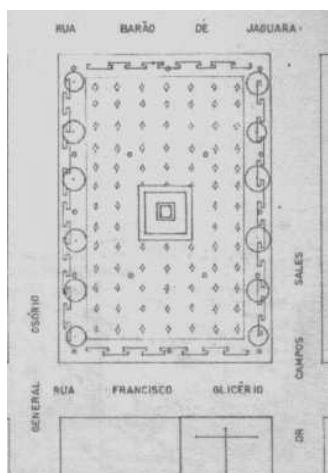


Figura 54
Projeto 1935 – Art Dèco



Figura 52
Praça Visconde de Indaiatuba (1935)

A praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário) sofreu reforma para adequá-la aos novos estilos. Em 1933, foram retiradas as árvores que existiam no local e reformada. “*O antigo local de canteiros foi preenchido com mosaico português em desenho de estilo art nouveau, e no ano seguinte foi inaugurado no centro da praça o monumento a Campos Salles, sendo o antigo chafariz removido para o Largo do Pará.*” (LIMA, 2000). Menos de um ano após esta obra, a praça sofre nova reforma, recebendo um desenho de piso mais geometrizado, aproximando-se do estilo Art Déco.

“Casa Modernista” –Primeiro exemplo de Campinas

Data: 1934 / Autoria: Engenheiro/Arquiteto Mário Pentead

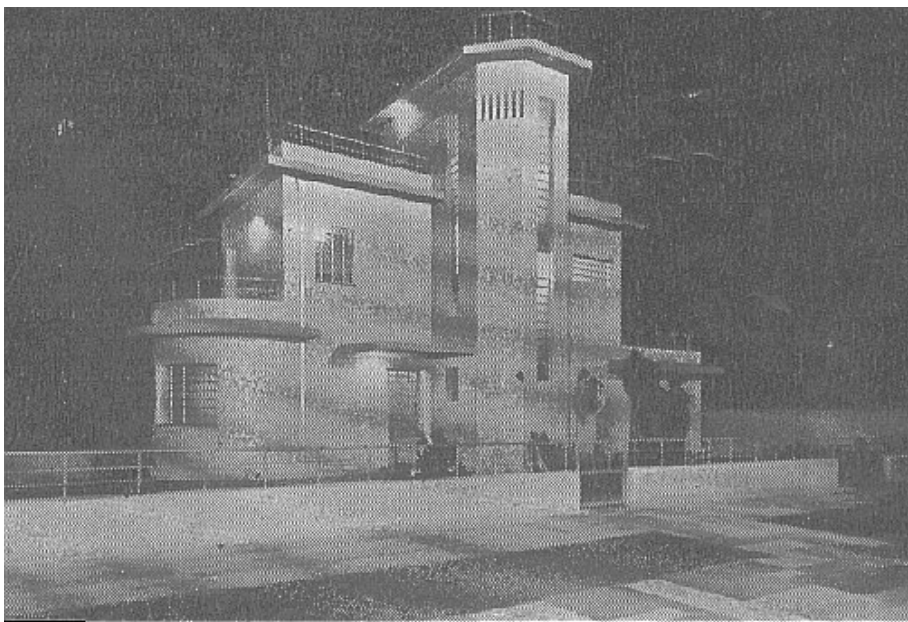


Figura 55

Foto da Casa de Mário Pentead 1934

O arquiteto Mário Pentead, formado em 1931 na Escola de Belas Artes da Universidade do Rio de Janeiro, traz para Campinas os pensamentos formais em discussão na época. No ano de sua formação, estavam sendo avaliadas as produções arquitetônicas brasileira pelos professores daquele período. Era ano em que na direção da escola estava Lúcio Costa e a implantação de suas idéias modernistas. Como estudante teve contato, tanto com Lucio Costa como com os professores por ele contratado. Foi um período de grande efervescência na Escola de Belas Artes, principalmente com a deflagração da greve ocorrida neste ano pela dispensa de todo corpo docente que divulgava idéias diferentes das produzidas até então.

Seu retorno para desenvolver trabalhos em Campinas trouxe toda estas discussões para a cidade. Aqui encontraria outros profissionais como Hoche Segurado que, mesmo formado na Escola Politécnica de São Paulo, trabalhou em seus primeiros anos de formado no Rio de Janeiro e Lix da Cunha, com formação na escola americana Rose Polytechnic

Institute, também trazendo para a cidade as imagens de nova cidade divulgada pelo cinema.

Considerada pelo arquiteto como a primeira casa moderna de Campinas, o autor após construir sua moradia em 1934, abriu para exposição pública. Seguiu o exemplo realizado pelo arquiteto Gregori Warchavchik, também professor na Escola de Belas Artes em 1931, que realizou as exposições de suas “Casas Modernistas”: em 1930 da rua Itápolis, Pacaembu, São Paulo e em 1931 a da rua Toneleiros no Rio de Janeiro.

Foram exposições que divulgaram as novas referências formais e tiveram uma grande quantidade de pessoas participando. Para a exposição de Campinas existiu um livro de registro dos visitantes com inúmeros elogios aos novos espaços criados.¹

Grande também foi a repercussão da imprensa: *“É um prédio do estylo moderno, que obedece à tendência erradamente chamada de futurista. Foi construída sob uma orientação eminentemente racional, lógica, que visou, aproveitando e economizando o espaço, dotar o prédio do máximo de conforto.”* (CORREIO POPULAR, 1934 - CAV).

Trata-se de uma obra representativa da Arquitetura Moderna, com fortes princípios Art Déco, com características náuticas. O próprio terreno de forma triangular possibilitou esta característica formal. Cabe registrar o uso do concreto armado, da laje plana na cobertura e também a caixilharia desenvolvida. Os desenhos geométricos realizados no calçamento externos confirmam ainda a preocupação do arquiteto com a nova linguagem.

¹ Documentação encontra-se no Centro de Apoio Visual da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCampinas. CAV-FAUPUCCAMP.

Palácio da Justiça Municipal (Fórum)

Autoria: Arquiteto José Maria da Silva Neves

Data: 1939



Figura 56

Imagem Fórum 1960

A execução de um prédio público no centro cívico da cidade já estava em discussão na elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas. Dizia Prestes Maia em seu Relatório:

“É inegável a reserva de terrenos para estes edifícios (Paço, Fórum e Repartições Estaduais, Correios, Hotel, centro de Comunidade)...O Paço e o edifício estadual ficariam bem na praça Indaiatuba...”
(MAIA, 1935).

Já no Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal em 1939 constava a contratação do projeto para o Fórum, demonstrando a grande importância que a obra representava para a cidade.

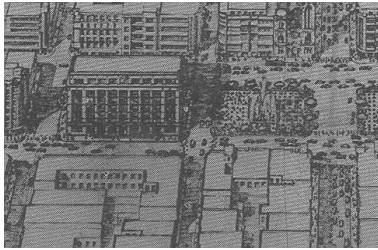


Figura 58
Desenho de divulgação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas



Figura 59
Projeto do Fórum. Autoria: José Maria da Silva Neves.



Figura 60
Canteiro de Obras para Fórum. – Década de 1940

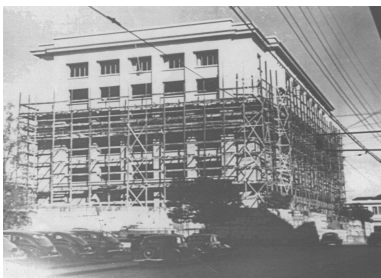


Figura 61
Fórum em Obras – 1952

“O projeto do edifício, que terá proporções monumentais, com mais de 7 pavimentos, é de autoria do Arquiteto José Maria das Neves, da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado. Tudo faz crer que o início dessas obras verifique-se em 1940”. (CAMPINAS, 1941)

Verifica-se também a semelhança que existe entre o projeto, de linhas modernas, com o prédio previsto nos desenhos do Plano de Melhoramentos de 1934.

A execução da obra demorou alguns anos para o seu início, uma vez que foram necessárias a desapropriação e demolição de quarteirões inteiros, causando grandes transformações no centro urbano da cidade. A construção ficou a cargo da construtora Lix da Cunha e as obras tiveram início em 1946.

Foi demolido todo o quarteirão para a construção do Fórum (Fig. 60). A Igreja do Rosário que ficava em frente, seria demolida em 1957 para dar lugar a praça que em conjunto com a praça Visconde de Indaiatuba formariam o Centro Cívico como indicado por Prestes Maia no Plano de Melhoramentos.



Figura 57
Fórum Pronto – Igreja do Rosário ainda não está demolida para executar Centro Cívico

Pavilhão para Comemoração do Bicentenário de Campinas

Data: 1939



Figura 62

Desenho do Pavilhão – Fonte: Encarte Campinas Século XX - 100 Anos de história

Segundo Hugo Segawa, *“O Art Déco foi o suporte para inúmeras tipologias arquitetônicas que se firmavam a partir dos anos 1930.”* (SEGAWA, 1997). Passou a ser aceito pelo público como pode ser visto nos vários projetos executados com esta imagem. Cinemas, teatros e pavilhões para exposições valeram-se desta linguagem. Isto talvez tenha ocorrido com maior facilidade por se tratar de uma obra sem detalhamentos e decorações de fachadas, pela facilidade e agilidade construtiva, ficando assim a nova imagem formal desenvolvida para as construções.

Campinas, assim como nos monumentos citados, construiu para a Exposição da comemoração de seu Bicentenário, galpões com características Déco, nos mesmos moldes que outras cidades já haviam feito: A VII Feira Internacional de Amostras de 1934 no Rio de Janeiro

e a Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha em Porto Alegre. (SEGAWA, 1998).

Mesmo sendo construções provisórias, demonstravam a nova imagem corrente e divulgavam para o grande público fazendo do Art Dèco uma forma aceita, sendo repetida depois em várias construções de diversos portes: de edifícios comerciais a casas populares.

“No dia 3 de setembro de 1939 foi inaugurado com toda a pompa, no Hipódromo Campineiro, a Exposição Comemorativa do Bicentenário da Fundação de Campinas. Foi montada uma verdadeira cidade cenográfica, indicando o perfil que os donos do poder no momento, em pleno Estado Novo, desejavam para a Campinas do século 20.” (CORREIO POPULAR, 2000).

Neste evento foram apresentados desenhos do Plano de Melhoramentos de Campinas, como forma de divulgação do projeto (Fig 63).

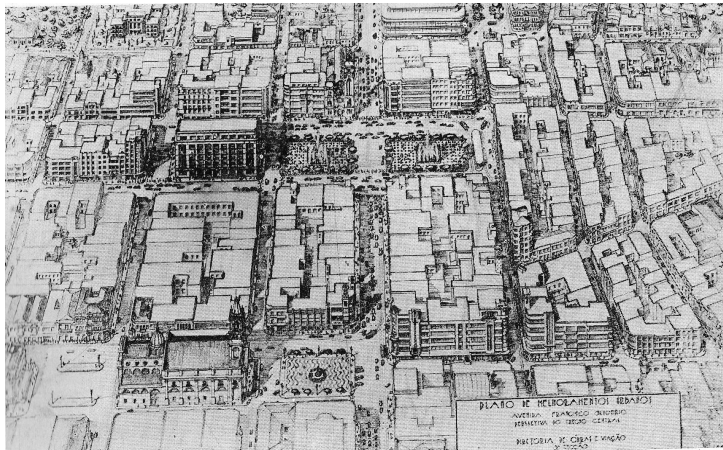
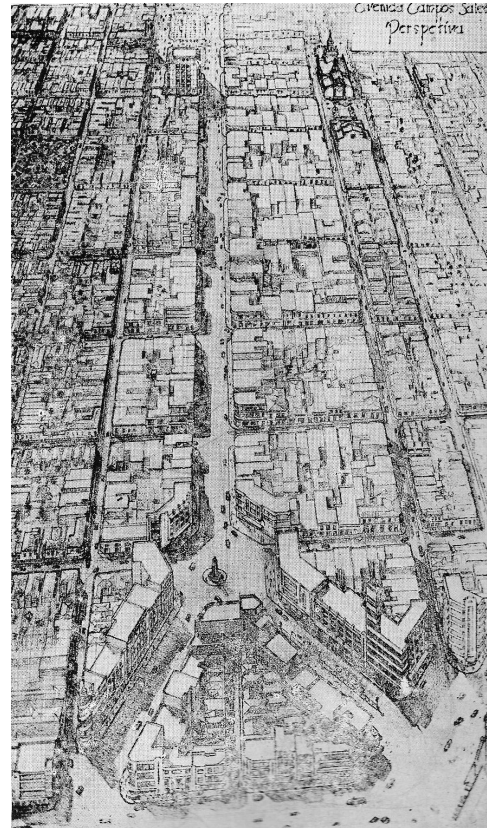


Figura 63
Imagens Divulgação do Plano de Melhoramentos



Centro de Ciências Letras e Artes -CCLA

Autoria: Lix da Cunha

Data: 1942



Figura 64

Nova sede do CCLA – Av. Fco Glicério, esquina R. Bernardino de Campos (2001)



Figura 65

Primeira sede do CCLA

O Centro de Ciências Letras e Artes (CCLA) foi inaugurado em 1901 com o intuito de promover “*um nobre convívio e um livre intercâmbio de idéias superiores sôbre as questões que constituem os seus princípios fundamentais, o CCLA apresenta-se-nos como um legítimo padrão da mais alta cultura de Campinas.*” (REVISTA COMOMORATIVA, 1939).

Foi realizada uma concorrência para a realização da nova sede, uma vez que a original seria demolida em virtude do alargamento das ruas Conceição e Glicério conforme previsto no Plano de Melhoramentos. Participaram da concorrência Lix da Cunha e Hoche Segurado, ficando a realização do projeto e a construção a cargo do primeiro. Foi projetado um prédio com linhas retas, estruturas demarcadas e sem maiores decorações, características nitidamente Déco. O prédio foi construído respeitando o novo recuo previsto para a então Av. Francisco Glicério, demonstrando a aceitação da intelectualidade campineira para com o Plano Urbanístico e com a nova linguagem formal da arquitetura.

Hotel Términus

Autoria: **José Maria da Silva Neves**

Data: **1943**



Figura 66

Ed. Hotel Términus – Av. Francisco Glicério 1075

O Hotel Términus foi projetado em 1943 por José Maria da Silva Neves, o mesmo profissional que desenvolveu o projeto do Palácio da Justiça de Campinas. Este profissional que atuava na Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo manteve contatos com os profissionais da cidade, vindo a desenvolver outros projetos de edifícios verticais com Hoche Segurado.

O prédio foi projetado verticalmente, com linhas retas, sem ornamentações e valorizando a esquina desenvolvendo-se com características marcadamente Decò.

O edifício foi bastante utilizado pela burguesia local que em suas dependências, café, doçaria e restaurante, fizeram encontros e eventos. É importante registrar que a execução de um bom hotel na área era parte dos pensamentos de Prestes Maia, quando da realização do Plano de Melhoramentos Urbanos, conforme registrou no Relatório entregue em 1935 (MAIA, 1935).

Agência de Correios e Telégrafos de Campinas

Data: 1946 (término das construções)



Figura 67

Correios e Telégrafos – Prédio restaurado no ano de 1999, ainda com a função original.

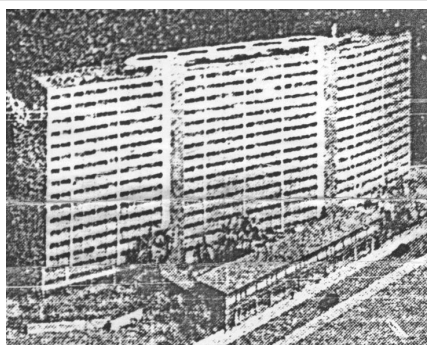
Nestes anos iniciais do século XX, principalmente após a revolução de 1930 com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas, as obras públicas aderiram a linguagem moderna, baseada em seus conceitos como funcionalidade, eficiência e economia na arquitetura.

O Departamento de Correios e Telégrafos, com o objetivo de reestruturação dos seus serviços, também adere a este processo construtivo e linguagem e executaram entre 1930 e 1940 agências em todo o Brasil, com exteriores de linha geométricas, com gosto Déco.

“São edifícios estrategicamente localizados na malha urbana (parece haver um predomínio em lotes de esquina), caracterizados por evidente separação de acesso ou por circulações independentes conforme hierarquia funcional, amplos salões de atendimento proporcionados pelo emprego de estrutura de concreto armado com grandes vãos e despojados de decoração...” (SEGAWA, 1998).

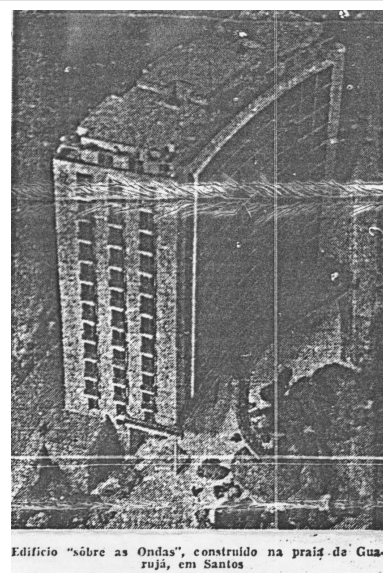
Exposições de Arquitetura IAB/São Paulo

Data: 1949



Projeto da sede do IAB, em São Paulo

Figura 68
Fotos publicadas na imprensa.
Jornal Correio Popular de 18 de junho
de 1949



Edifício "sobre as Ondas", construído na praia de Guarujá, em Santos

Em Campinas também ocorreram as mesmas discussões, pensamentos e atitudes com relação à arquitetura, por se tratar de uma cidade com sua atividade cultural bem desenvolvida. Como prenúncio do que viria a acontecer na Semana de Arte Moderna em 1922 em São Paulo, o Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas (CCLA), promoveu uma exposição de Lasar Segall, com sua arte Futurista.(CORREIO POPULAR, 2000).

Em 18 de Junho de 1949, Campinas inaugura uma exposição promovida pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - São Paulo sobre Arquitetura Moderna. Participaram da exposição arquitetos:

“Eduardo Knese de Mello, presidente do IAB sessão São Paulo, Oswaldo Bratke, Icaro de Castro Melo, Osvaldo Correia Gonçalves, Plínio Croce, J. Vila Nova Artigas, Roberto Nadalutti, Helio Modesto, Eduardo Corona, Oscar Valdetaro, Vasco Vechiarutti,

prefeito municipal de Jundiaí, Roberto Aflavo, Rino Levi, Roberto Cerqueira César, Helio Duarte, Lauro da Costa Lima, Umberto Aveniente, Valdemar Strazzacapa, Jaime Fonseca Rodrigues, Renato Righeto, Zenon Lotufo e Abelardo de Souza”.(CORREIO POPULAR, 1949).

A imprensa cobriu a exposição que foi inaugurada com festa de abertura pelo prefeito Sr. Miguel Vicente Cury, e escreveu sobre a Arquitetura Moderna em suas páginas, esclarecendo a população o pensamento arquitetônico em curso:

“A Arquitetura Contemporânea resume, na habitação, as necessidades funcionais e biológicas, e a elas tudo condiciona. Não será mais a composição a condicionar as necessidades do homem, mas as necessidades, as precisões, as soluções racionais e imprescindíveis aos homens a determinar a composição e toda a sua aparência. É a razão na Arquitetura.

“...e a impressão que se tem é de que também na arquitetura se resolve, a final, a aplicar os dados exatos e precisos da ciência. E ninguém fale da dureza de composição: a beleza se encontra, nítida, nas linhas sóbrias e justas da Arquitetura Contemporânea, no desenho racional e, sobretudo na simplicidade, que é o próprio característico essencial de tudo aí.” (CORREIO POPULAR, 1949).

A linguagem moderna nas artes e na arquitetura, como visões de desenvolvimento e modernidade foram utilizadas em Campinas.

Praça Indaiatuba (Largo do Rosário)

Data: 1958

Autor: Renato Righetto



Figura 69

Praça Indaiatuba – cortada pela avenida Francisco Glicério (1959)

Conforme observado por Prestes Maia, a Praça Indaiatuba, ou popularmente chamado Largo do Rosário, tratava-se de um espaço público, área de aglomeração e manifestações da população de Campinas. Ficou definido, então, no Plano de Melhoramentos Urbanos proposto por ele como sendo o espaço destinado como Centro Cívico, confirmando assim seu verdadeiro papel na malha urbana.

Existia no Largo a Igreja do Rosário, alvo de grande discussão quando se pretendeu transformar o espaço em Centro Cívico. Na elaboração do Plano de Melhoramentos foi previsto a retirada da Igreja para

possibilitar o alargamento da Av. Francisco Glicério, interligar a praça de frente ao Fórum, transformando o espaço todo no Centro Cívico pretendido.



Figura 70
Igreja do Rosário – Rua Francisco Glicério (1950)

Somente em 1956 após 20 anos, esta parte do Plano foi executado pelo então prefeito da época Ruy Hellmeiseter Novaes (1956 a 1959 e 1964 a 1969), considerado pela imprensa como o prefeito empreendedor:

“O período mais turbulento para o cenário urbano de Campinas aconteceu durante a administração de 1956-59 de Ruy Novaes,...Várias medidas seriam tomadas no período para modificar o espaço urbano, tendo como pano de fundo a euforia desenvolvimentista dos anos JK e como linhas orientadoras o Plano de Melhoramentos Urbanos reformulado em 1951. No período foram derrubados 45 prédios na região central, para viabilizar o alargamento de avenidas.” (CORREIO POPULAR, 2000).

Em janeiro de 1956 foi embargado o uso da Igreja do Rosário por possuir trincas verificadas em vistorias da Prefeitura. Após vários laudos e estudos, a Prefeitura Municipal define-se pela desapropriação e demolição do imóvel, uma vez que, conforme a lei nº 640 de 1951 *“não poderiam ser feitas reformas de qualquer vulto, em qualquer imóvel da Rua Francisco Glicério”*.

A Igreja foi demolida em 1956 com a opinião da população dividida entre o culto à história e o desenvolvimento da modernidade.



Figura 71
Igreja do Rosário em demolição – Rua Francisco Glicério (1956)

Abriu-se uma concorrência Pública para a apresentação do projeto para o novo espaço da Praça Indaiatuba e em 1958 foi apresentado o projeto de Renato Righetto.

Após várias discussões, inclusive pela comissão formada pela Sociedade dos Amigos de Campinas com os profissionais Carlos Stevenson, Rubens Segurado e Mário Penteado, foi executado o projeto que acabou refletindo aquelas orientações especificadas no Relatório de 1935 para o Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia:

“Constituição de arcadas em trechos da praça Indaiatuba para resolver a questão do alinhamento dos passeios, sem quebra relativamente as ruas de acesso. As arcadas (melhor diremos galerias, porque hoje adoptam-se vãos rectangulares e não arcos) são muito aconselháveis entre nós, por eshetica, clima, commodidade e economia.”(MAIA, 1935).

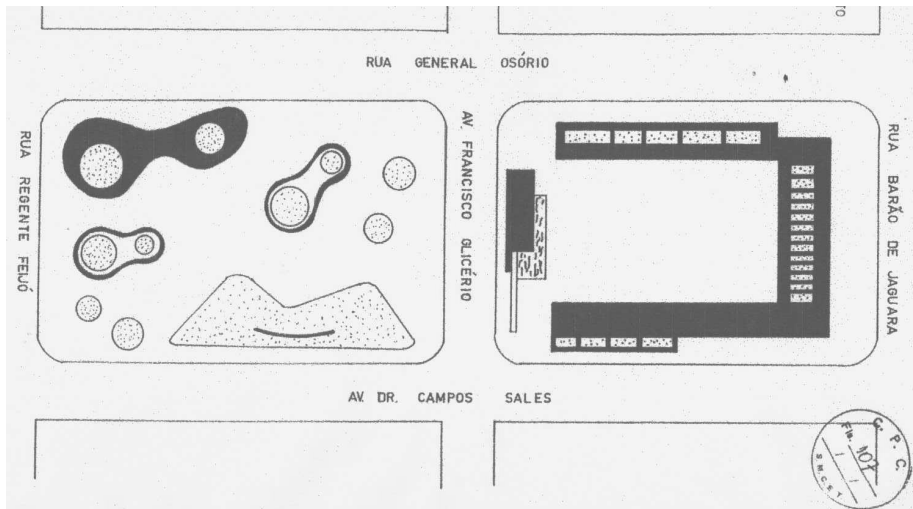


Figura 72
Desenho praça Indaiatuba – Projeto: Renato Righetto (1958)

Espaço inaugurado ainda inacabado em 23 de dezembro de 1958 e considerado *“um conjunto dos mais harmoniosos com a simetria de suas linha”* (GUIA BANYAN de CAMPINAS, 1959).

Paço Municipal de Campinas
Data: 1957 - Concurso Público
Autor: Rubens Carneiro Gouvêa Viana



Figura 73
5 Paço Municipal de Campinas – cortada pela avenida Anchieta

Também na administração de Ruy Novaes (1956-1959), foi contatado o Instituto dos Arquitetos de Brasil – IAB para organizar e lançar as diretrizes e normas para um Concurso Público do anteprojeto do Paço Municipal de Campinas. Em 10 de dezembro de 1956 abriram-se as inscrições.

Foi definida a comissão julgadora com a presença de arquitetos modernistas atuantes, ficando a presidência a cargo de Rino Levi pelo IAB-SP, auxiliado por Affonso Reidy pelo IAB-RJ e Umberto Aveniente pelo IAB-Campinas.

Foi um concurso importante para a cidade de Campinas e para a arquitetura brasileira, sendo apresentado trabalhos de vários profissionais. Inscreveram-se 42 participantes, inclusive de outros países, sendo 26 trabalhos enviados para análise.

O resultado final foi divulgado em 20 de outubro de 1957 com a seguinte classificação:

1º Rubens Carneiro Gouvêa Viana

2º Adolfo Rublo Morales

3º Jorge Wilhelm

4º Jean Carlos Gasperini

5º Salvador Roque Augusto Candia

6º Fabio Moura Penteado

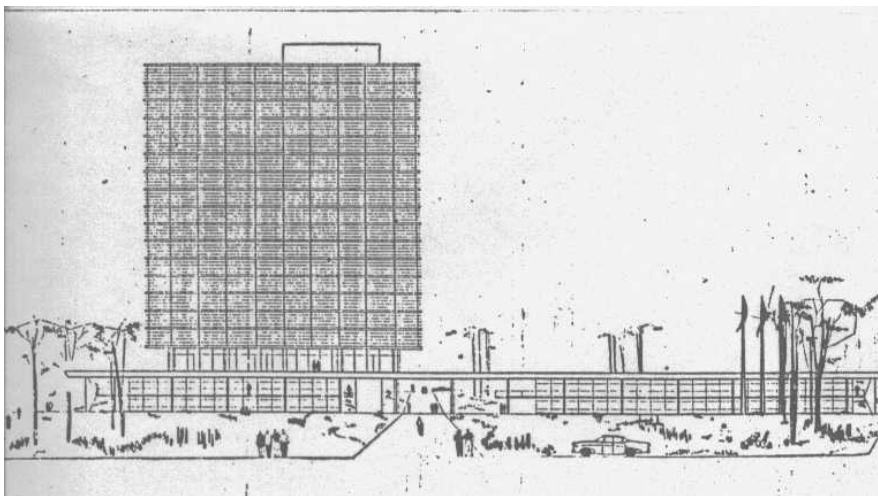


Figura 74
Desenho vencedor Paço Municipal
Data : 1957

Segundo a imprensa da época, foram apresentados trabalhos com projetos de uma grande heterogeneidade formal, porém, pela comissão julgadora e pelos classificados percebe-se a visão modernista que dominou no concurso.

“Aparece-nos então especialmente nos projetos premiados uma arquitetura despojada de adereços, sem virtuosismo, que tira daí mesmo suas maiores virtudes plásticas.....(contando com) leveza característica dos melhores exemplos da arquitetura contemporânea brasileira.” (FOLHA DA MANHÃ, 1957).

O concurso previa a necessidade de três blocos: o Poder Legislativo, o Poder Executivo e um Centro Comunal. O projeto vencedor reuniu os três blocos em um único elemento, ocupando pouca parte do lote,

deixando o restante para a execução de um jardim público como também solicitava o programa.

Em um único corpo horizontal com dois pavimentos localizam-se, além do pórtico de entrada, de um lado o Poder Legislativo e do outro o Centro Comunal. Ainda previu uma torre vertical, erguida excentricamente para acomodação do Poder Executivo.

Observe-se ainda o aparecimento dos pilotis com pé direito duplo para segurar a laje de transição, característica tipicamente da Arquitetura Modernista Brasileira, possuindo ainda o revestimento de mármore em todo o prédio horizontal e o externo da torre toda em breesões metálicos para proteção solar.

Com este projeto de 1957/58 estava consagrada a opção do poder público por uma arquitetura de linguagem Moderna e Verticalizada.

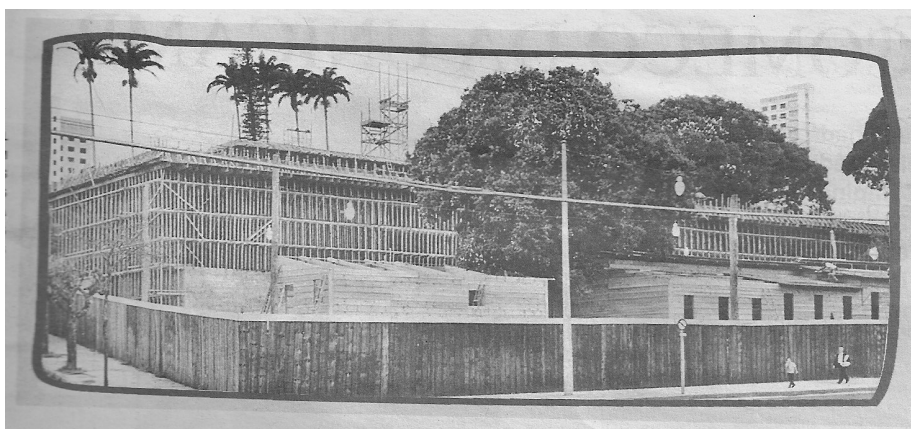


Figura 75
Obras do Paço Municipal de Campinas
Data : início anos 1960

O Paço Municipal foi inaugurado pelo prefeito Ruy Novaes em sua seu segundo mandato (1964-1968), em meio a modificações políticas que aconteceram no Brasil com o Golpe Militar de 1964.

A conclusão do Centro Cívico, as finalizações dos alargamentos das Avenidas Francisco Glicério, Moraes Sales e da rua José Paulino e a inauguração do Paço Municipal concluíam as reformas pretendidas e contempladas no Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas para a área central.

2.5 O Processo de Verticalização das edificações

O processo de verticalização das edificações nos centros urbanos, modificando suas morfologias, tomam impulso a partir da virada do século XX. Um grande número de fatores influenciaram a valorização desta tipologia construtiva e que devem ser levadas em consideração para serem analisados os motivos que fizeram do arranha-céus o imaginário de desenvolvimento e progresso para as cidades: avanços tecnológicos, aumento populacional nas cidades, valorização do solo urbano, legislações urbanísticas, reconstruções urbanas provocadas por catástrofes ou intervenções governamentais e também ao fato da tipologia vertical passar a ser um ícone de modernidade.

Primeiramente o avanço das possibilidades tecnológicas como a utilização de estruturas de ferro e posteriormente o concreto armado possibilitaram a construção de planos superpostos, cada vez mais altos, possibilitando a verticalização. Soma-se a isto o advento do elevador para as circulações verticais, possibilitadas pela difusão da energia elétrica a partir do final do século XIX, o que liberou as construções em maiores alturas.

Em cada país, de acordo com seus potenciais e disponibilidades as estruturas utilizadas variaram entre o ferro e o concreto armado. No Brasil, diferente dos Estados Unidos que utilizou a estrutura metálica, foi difundido o uso do concreto armado, por necessitar para sua execução de mão de obra não especializada, por não possuir uma grande produção de aço e pelo interesse dos produtores de cimento nacional que possuíam grande articulação política. (SOMEK, 1997).

O aumento populacional nas áreas urbanas foi sendo intensificado cada vez mais, primeiramente com o crescimento do setor comercial suporte das atividades agrícolas e posteriormente, de forma mais acentuada, com o advento da industrialização que atraiu mão de obra para suas fábricas. A necessidade de espaços para escritórios e alojamento desta

população em centros urbanos consolidados também justificou a opção pela verticalidade do solo urbano.

Em um momento inicial, as edificações verticalizadas vêm atender ao setor comercial que buscaram boas localizações para o desenvolvimento de seus negócios. Edificações verticais habitacionais ocorrem posteriormente, porém seu alvo não é a classe trabalhadora composta de população de baixa renda.

Nos Congressos de Arquitetura (CIAMs) da primeira metade do século XX surgem discussões sobre a possibilidade de soluções verticalizadas para a habitação com o intuito de resolver a carência habitacional das cidades para as populações de baixa renda. Defendiam este ponto de vista sugerindo prédios implantados de forma a garantir boa ventilação, iluminação e liberação de espaços urbanos para as atividades coletivas. Esta visão social não ocorreu porque a verticalização passou a ser tratado como um negócio imobiliário lucrativo, sendo sua produção dirigida para classe média e elites (SOMEK, 1997). Outro dado a ser registrado foi a implantação das novas edificações no sistema viário pré-existente que contavam com lotes pequenos, desenhados em outros momentos históricos, impossibilitando proposta de amplos espaços livres entre edificações.

A valorização dos lotes urbanos em áreas centrais das cidades produz outro fator que impulsionou a realização de edificações verticais. O solo urbano passando a ser tratado como mercadoria pelo investimento imobiliário busca formas de maiores ganhos com a reprodução máxima da utilização de áreas centrais. A infraestrutura existente nestas áreas garantiriam o sucesso nos empreendimentos. Os motivos econômicos impulsionaram sobremaneira a construção em altura, pois quanto mais utilizações dadas ao solo maiores seriam os lucros obtidos. (TIETZ, 2000).

A ação do Estado associado ao capital imobiliário produz condições para o processo de verticalização com legislações e planejamentos urbanos, viabilizando, permitindo e até impondo a construções de edificações verticalizadas. Se em um primeiro momento estas ações pretenderam regulamentar e controlar estas construções, em outro possibilitaram e facilitaram sua execução.

Em diversos momentos de suas histórias cidades passaram por processos de reconstruções urbanas no final do século XIX ou no início do século XX. Foram intervenções ocorridas por diversos motivos e que permitiram ser reconstruídas edificações, principalmente em suas áreas centrais, possibilitando os estudos e viabilizações de edificações verticalizadas.

Intervenções do Estados com planos urbanísticos remodeladores, ou mesmo modernizadores como sugere Nadia Somekh (SOMEK, 1997), ocorreram em todos os continentes e em diversas épocas, possibilitando e propondo novas apropriações do espaço urbano, aplicados sobre o tecido urbano consolidado, destruindo o existente e reconstruindo a cidade nova programada. Exemplos como os Planos de Haussmann para Paris, que influenciou muitos outros planos urbanísticos pelo mundo. No Brasil ocorreram, com exemplo, as intervenções de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, Prestes Maia com o Plano de Avenidas para São Paulo e o próprio Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas.

Outro motivo que possibilitou as reformulações de cidades com uma visão de modernidade foram as catástrofes que assolaram cidades, como o caso do incêndio de Chicago (1871) que necessitou ser reconstruída, possibilitando a *“montagem de uma cidade nova e moderna na qual os arranha-céus foram os componentes mais importantes na imagem da cidade”*. (TIETZ, 2000). Ou ainda, pós-guerras, partes das cidades européias bombardeadas também tiveram

que ser refeitas, abrindo espaço para o aproveitamento e adensamento do solo urbano.

Outro fator que estimulou a verticalização das edificações foi a vinculação desta tipologia construtiva como símbolo de modernidade e prosperidade. Os Estados Unidos da América, potência econômica na era industrial, passa a ser referência com sua arquitetura de pujança e poderio econômico. As evoluções das construções de edifícios em alturas traziam destaque e conseqüentemente publicidade a seus proprietários, fazendo deste período do início do século XX uma disputa pelo edifício mais alto do mundo, como é o caso dos edifícios das grandes corporações nos EUA (TIETZ, 2000). Desta maneira o imaginário registra as edificações verticalizadas como sinônimo de modernidade, fazendo com que também fossem copiados em diversas partes do mundo e conseqüentemente no Brasil e em Campinas.

Levando em consideração todos estes fatores verifica-se que o processo de verticalização está vinculado a vários componentes não sendo possível identificar uma única razão para que tenha ocorrido. Além dos interesses econômicos, que talvez tenham sido os mais fortes, vinculações a modelos de progresso e modernidade ditados por regiões de maior influência econômica e política e divulgados através de publicações e do cinema (SOMEK, 1997), causaram forte impacto nas alterações urbanas. O automóvel como meio de transporte moderno exigindo largas avenidas e edifícios altos e majestosos passam a dominar o imaginário de cidade progressista e desenvolvida.

Os Estados Unidos da América lideram a execução de altos prédios (arranha-céus) que se tornariam ícones do desenvolvimento e demonstrativos da riqueza de seus proprietários no início do século XX. Diferente da Europa, que possuía seus centros urbanos consolidados, este país estava construindo sua história e consolidando sua economia de caráter global. Além de Nova Iorque soma-se a



Figura 76
Ed. Home Insurance Building. (1883/85)
Autor: William Le Baron

necessidade de reconstruir Chicago, transformando essas cidades em berço desta nova tipologia verticalizada. Sucedem-se exemplos de edifícios que marcaram suas presenças no cenário mundial como descreve Jurgen Tietz:

- Considerado um dos primeiros arranha-céus executados em Chicago, o edifício Home Insurance Building projetado por William Le Baron em 1883/1885 lançou a tipologia e tecnologia em alturas (Fig. 76);

- O edifício Woolworth Building projetado por Cass Gilbert para Nova Iorque em 1913 foi durante 17 anos o edifício mais alto do mundo (Fig. 77);

- O concurso internacional para o projeto do Chicago Tribune (1928/29) que “segundo as condições do concurso, deveria ser o edifício mais bonito do mundo e, naturalmente, também um arranha-céu”. Este concurso contou com grande participação de arquitetos de todos os continentes;

- O edifício símbolo de um dos maiores produtores de automóvel o Chrysler Building de William van Alen projetado para Nova Iorque em 1930 (Fig. 78);

- Em 1931 surge o edifício Empire State Building projeto de Shreve, Lamb & Harmon, que ficou como símbolo de edificação verticalizada, cenário para diversos filmes;

- Apesar da crise financeira de 1929 ainda surge o edifício Rockefeller Center de Raymond Hood e outros arquitetos entre 1931 e 1940. Tratou-se mais do que um edifício vertical pois sua grandiosidade e diversidade de programas fizeram deste prédio “uma cidade na cidade” (TIETZ, 2000).

Com estas referências sendo difundidas e divulgadas, no início de século XX, o processo de verticalização no Brasil. O Rio de Janeiro, capital do país e São Paulo cidade símbolo de desenvolvimento e



Figura 77
Ed. Woolworth Building (1913)
Autor: Cass Gilbert



Figura 78
Ed. Chrysler Building (1930)
Autor: William van Alen



Figura 79
Ed. Sampaio Moreira (1924)
Autor: Cristiano Stockler das Neves

prosperidade financeira, dão início a esta nova imagem das cidades modernizadas, servindo de imaginário a outras cidades do país.

Vários são os edifícios que se identificam como um dos primeiros exemplos de verticalidade em concreto armado. Edifícios como a Casa Médici de 1912, projeto de Cristiano Stockler das Neves com 09 pavimentos ou mesmo o Edifício Guinle de 1913, projeto do eng. Hyppolyto Pujol Junior, de 07 pavimentos, ambos em São Paulo estão nesta categoria. Porém, o próprio eng. Cristiano Stockler das Neves atribui ao Edifício Sampaio Moreira (Fig. 79) o título de primeiro arranha-céu de São Paulo com seus 14 pavimentos e executado em 1924. (SOMEK, 1997).

Para este período dois edifícios se destacam como símbolo do processo de verticalização tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro: Edifício Martinelli (Fig. 80) e Edifício a Noite (Fig. 20), respectivamente (SEGAWA, 1998).

O Edifício Martinelli idealizado pelo italiano Giuseppe Martinelli para ser o edifício mais alto de São Paulo e marcar seu poder econômico na cidade foi construído entre 1924/29 com seus 25 andares, demonstrando “*com mais eloquência as novas possibilidades de crescimento vertical*” (SOMEK, 1997).

O Edifício A Noite construído em 1928 no Rio de Janeiro com projeto de Joseph Gire e Elisario Bahiana. Seus 24 andares com pé direito maior do que o convencional o iguala em altura ao edifício Martinelli de São Paulo. Foi uma edificação que marcou presença no Rio de Janeiro. Em um local – Av. Rio Branco - onde as edificações seguiam uma altura uniforme com os edifícios oficiais e uma linguagem européia, passa o edifício A Noite a se referenciar nos edifícios americanos em construção na época.

As intervenções urbanas abrem espaço para estas edificações, fazendo das décadas de 30 e 40 grandes alterações nas áreas centrais como



Figura 80
Ed. Martinelli (1924/29)
Autor: Cristiano Stockler das Neves

destaca Hugo Segawa: *“As cidades brasileiras na virada da década de 1930 e 1940 tiveram suas fisionomias alteradas sobretudo com o adensamento de seus núcleos antigos ou áreas lindeiras. Essa ocupação se processou sobretudo com a verticalização, com a construção de grandiosos volumes em concreto armado – no imaginário da época, signos de progresso e modernização....”* (SEGAWA, 1998).

A linguagem da arquitetura também começa a mudar neste período pós 1930. Antes mesmo edifícios altos seguiam em seus acabamentos uma linguagem eclética, passaram para uma limpeza das empenas com o Dèco dando início as discussões sobre o moderno na arquitetura. Rino Levi, Gregori Warchavchik trazem o questionamento da linguagem e apostam na arquitetura moderna como resposta correta para estes novos edifícios. Na observação dos edifícios construídos no decorrer dos anos é possível se perceber as alterações formais ocorridas. Fica como marco inicial o Edifício Esther (Fig. 24) de Álvaro Vital Brasil e Ademar Martinho em 1936: *“se Rino Levi esboça a arquitetura moderna em São Paulo, o Edifício Esther o introduz efetivamente”*. (SOMEK, 1997).

O Processo de Verticalização do centro de Campinas.

A verticalização das edificações foi um dos ícones da modernidade. A imagem de cidade moderna, principalmente difundida via cinema, privilegiavam a “máquina automóvel” circulando em grandes e largas avenidas, passando por prédios de grandes alturas, formando um novo cenário urbano. Campinas não ficou fora deste contexto.

Com o Plano de Melhoramentos Urbanos para Campinas, ocorreram as transformações que se buscou. As definições das ruas a serem alargadas, as áreas a serem demolidas, a localização dos prédios



Figura 82
Vista Aérea – 29/Outubro/1950

públicos e praças definiram a nova imagem e estrutura viária do centro campineiro.

Com o início de sua implantação, a cidade foi se transformando e novas edificações sendo executadas em substituição as construções antigas, seguindo as orientações do plano e as normas estipuladas pelo Código de Construções (Decreto nº 76 e 16 de março de 1934) e por legislações posteriores. (CAMPINAS, 1935b).

Percebe-se claramente pelas edificações em construção no centro em transformação a tendência à verticalidade, configurando não somente a alteração da estrutura, como também a imagem do centro de Campinas.



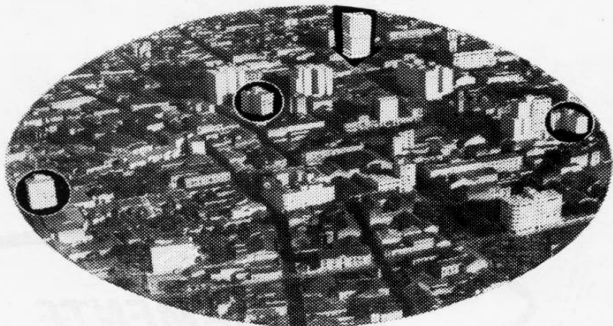
Figura 83
Vista Aérea – Aproximadamente de 1960



Figura 81
Vista geral da cidade - Rua Conceição – Vários edifícios em construção (1955)

O mercado imobiliário, embasado pela legislação, executou um grande número de obras verticalizadas na área central da cidade de forma intensa e muito valorizada pela imprensa da época. Através das propagandas colocadas nas revistas e jornais pode-se perceber a valorização das construções em alturas, relacionando-as com o progresso e a modernidade.

CONTRIBUINDO PARA O PROGRESSO DE CAMPINAS



Em apenas 8 anos de atividades, a Cia. Imobiliária Campineira vem transformando a fisionomia da cidade, plantando aqui e ali seus aranha-céus — verdadeiros marcos arquitetônicos do progresso presente, a augurar a dinâmica metrópole que será a Campinas de amanhã!

Eis algumas das realizações da CIA. IMOBILIÁRIA CAMPINEIRA:



Edifício Rosário
Rua General Osório, 939
Campinas — 5 andares
JÁ ENTREGUE



Edifício Piratininga
Rua Cesar Bierrenbach
Campinas — 6 andares
JÁ ENTREGUE

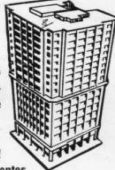


Edifício Anchieta
Praça Carlos Gomes
Campinas — 6 andares
JÁ ENTREGUE



Edifício Campinas
Rua Pindorama, 13
Gonzaga — Santos
JÁ ENTREGUE

Edifício Catedral



Largo da Catedral, esquina F. Glicerio
Campinas — o nosso mais recente empreendimento, incorporado em apenas 28 dias!
15 andares — 2 frentes.
Apartamentos e conjuntos de salas.

Dentre todas as suas iniciativas, a Cia. Imobiliária Campineira vê com especial orgulho os seus muitos loteamentos, todos bem sucedidos e nos quais já foram construídas mais de 1.500 residências, em que moram cerca de 7.000 pessoas! Ei-los: Jardim Jurema (em Valinhos), Jardim Bela Vista, Vila Anhanguera, Vila S. Sebastião (em Valinhos), Jardim Proença, Vila Santana (em Sumaré), Vila Rialto, Vila Helena, Vila Lina, Parque Taquaral, Jardim Dom Bosco, Vila Real (em Jacuba), Cidade Jardim, Jardim Boa Esperança, Parque Industrial (em São Paulo), Jardim Nazaré (em São Paulo), Vila Cambuí, Vila Lurdes, Jardim Sta. Lúcia.



Em CAMPINAS:
Rua General Osório, 939 — 2.º andar — Fones: 3967 e 3968 — Cx. Postal 743
Em SÃO PAULO: Rua Xavier de Toledo, 220 — 6.º andar — Fone: 35-8818

EDIFICA HOJE A CAMPINAS DE AMANHÃ!

Figura 84
Propaganda Imobiliária — Edifícios construídos e em construção (1955)

Ao analisarmos a alteração provocada no centro urbano de Campinas, é possível compreender como o homem, através de suas obras, foi registrando seu pensamento e sua organização urbana valendo-se dos materiais e técnicas construtivas, sua ordenação (função) e sua composição (forma).

O levantamento dos prédios do centro da cidade de Campinas, que serão demonstrados a seguir, mostrarão o uso da arquitetura moderna e sua contribuição para que se atingisse o anseio de modernidade pensado no início deste século.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para o entendimento das reformas realizadas na área central de Campinas faz-se necessário compreender o momento histórico, político e econômico por que passou a cidade no momento da realização do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas no início do século XX.

Vinculada a um processo de modernização pelo qual passava o Brasil, a pesquisa bibliográfica se inicia nas transformações urbanísticas que aconteceram em todo o país, com o intuito de adequar as cidades para o novo processo produtivo e a intenção de modernização das cidades para que deixassem a imagem de país periférico, agrícola e se igualasse às dos países desenvolvidos. Definir este período e o sentimento de modernidade e modernização foi importante para se entender quais eram as imagens que os dirigentes locais quiseram imprimir na cidade.

Estudar as propostas de urbanização, o Plano de Melhoramentos de Campinas e as legislações formuladas fizeram com que se tivesse uma visão dos encaminhamentos que se pretendia para a cidade.

As artes e arquitetura acompanharam este momento, modificando paulatinamente a linguagem formal do século anterior – principalmente o ecletismo, trazendo o uso de novos materiais construtivos, como o concreto armado. Verificar estas tendências, os novos pensamentos formais como Art Decò, Protomodernismo e Modernismo, bem como a divulgação na cidade através de obras realizadas, mostrou qual a imagem defendida e a ser aplicada.

Outro ponto analisado na pesquisa bibliográfica foi o processo de verticalização que ocorreu nos países desenvolvidos e no Brasil, sua aplicação e o ideário modernizador a que estava vinculado, passando a ser ícone de cidade desenvolvida e moderna.

A segunda parte desta pesquisa baseia-se em uma pesquisa documental, realizada junto aos arquivos dos órgãos públicos, revistas, periódicos e de escritórios de arquitetura e engenharia que atuaram em Campinas no período estudado, para mapear e organizar os edifícios construídos na área central da cidade.

Para tal foi necessário a definição da área a ser abordada, delimitando o espaço a ser estudado. Foi adotado como parâmetro a demarcação da Perimetral Interna definida pelo Plano de Melhoramentos Urbanos por entender ser o espaço definido como área central da cidade, sendo circundada pelas Rua Irmã Serafina/Av. Anchieta, Av. Benjamin Constant, Av. Senador Saraiva e Av. Dr. Moraes Sales. Trata-se da área em que foram realizados os maiores trabalhos na reforma urbana proposta.

Para serem obtidos os dados cadastrais e informações dos edifícios, primeiramente recorreu-se aos arquivos da Prefeitura Municipal. Através dos processos é possível saber-se os dados pretendidos, porém os processos estão arquivados no Arquivo Municipal pelo número de protocolo e não pelo endereço do edifício, nome do proprietário ou nome do autor do projeto. Junto ao Departamento de Urbanismo existem arquivadas fixas dos processos que deram entradas ao órgão, organizadas por endereço das obras. Para tanto, foi necessário um trabalho de campo para serem levantados os endereços dos edifícios.

Foi montado um desenho do mapa da região central de Campinas, considerando a Perimetral Interna estabelecida pelo Plano de Melhoramentos Urbanos de 1934. O mapa foi necessário para o levantamento de campo, onde foram localizados os edifícios verticalizados, organizando-os por endereço, possibilitando serem obtidos os dados cadastrais dos prédios. Neste mesmo mapa foi lançada a localização de cada edifício de acordo com os anos em que foram registrados na Prefeitura Municipal.

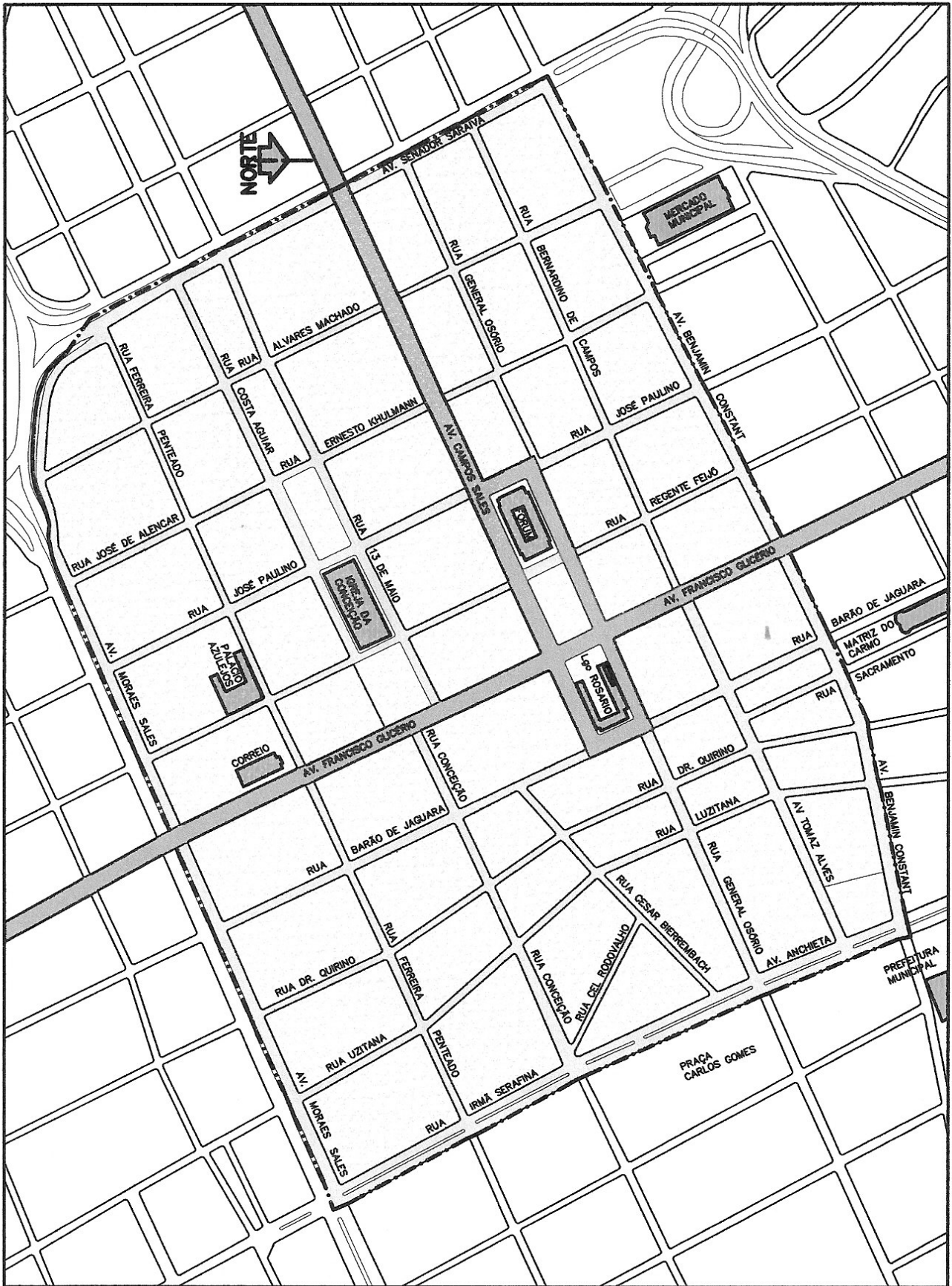


Figura 47
Mapa com localização dos eixos propostos.

Outras fontes de pesquisa sobre os edifícios são os escritórios de arquitetura e engenharia que atuaram na época e que ainda encontram-se em funcionamento, bem como publicações da época em que constem divulgações ou propagandas de lançamentos. Para a pesquisa definiu-se que edifício verticalizado é aquele construído com mais de 5 pavimentos, quando a presença de elevadores poderia ser exigida.

Preliminarmente, cada um dos edifícios foi organizado segundo os seguintes dados:

1. Endereço,
2. Nome do edifício,
3. Data da realização do projeto (data da entrada do processo de aprovação junto ao órgão público),
4. Autoria e/ou Responsabilidade Técnica,
5. Função do edifício,
6. Altura do edifício
7. N° do protocolo
8. Fontes dos dados.

Tal organização permitiu verificar a evolução da verticalização no decorrer dos anos, os aspectos formais e programáticos-funcionais, a legislação aplicada ao longo do período e os agentes/profissionais que atuaram na alteração da imagem da cidade.

A partir dos dados foi possível montar uma planilha lançando todas as informações obtidas, possibilitando organizar as edificações construídas na área central considerando diversos parâmetros:

1. Por Endereço (tabela 01)
2. Por Data de Protocolo (tabela 02)
3. Por Período / Função e Altura (tabela 03)

A planilha possibilitou ainda entender quais foram as seqüências de construções, suas localizações, quais as quantidades de obras realizadas em diversos períodos e quais alturas foram sendo executadas.

TABELA 01 - EXEMPLO DE EDIFÍCIOS ORGANIZADOS POR ENDEREÇO

Foto										
Endereço	Av. Franc. Glicério, 1458	Av. Franc. Glicério, 1395	Av. Franc. Glicério, 1329	Av. Franc. Glicério, 1326	Av. Franc. Glicério, 1314	Av. Franc. Glicério, 1249	Av. Franc. Glicério, 1247	Av. Franc. Glicério, 1101	Av. Franc. Glicério, 1100	Av. Franc. Glicério, 1075
Nome Prédio	Ed. Francisco Glicério	Ed. Guilherme Gargantini	Ed. Totó Valente	Ed. Tabatinga	Ed. Progresso Comercial	Ed. Bandeirantes	Ed. Moreira Salles	Ed. São Paulo	Ed. Banco Itaú	Ed. Hotel Términus
Data	1956	1960	1954	1968	1957	1950	1950	1946	1952	1943
Autoria	José Carlos Maya Constr. Lix da Cunha	Constr. S. B. Mendes	Constr. Lix da Cunha	Penteado de Freitas e Cia	Constr. Lix da Cunha	Paulo Izzo	Constr. Lix da Cunha	Constr. Lix da Cunha	Luiz D. Ferreira	José M. Silva Neves
Função	Residencial	Residencial	Comercial	Comercial	Misto 2 Torres Comercial	Residencial	Residencial	Comercial	Comercial	Comercial
Altura	12 Pavimentos	10 Pavimentos	09 Pavimentos	12 Pavimentos	17 Pavimentos	12 Pavimentos	08 Pavimentos	08 Pavimentos	07 Pavimentos	07 Pavimentos
Protocolo	28.764/56 21/11/56	12731/60 12/05/60	04/09/54 - 20276/54	4.688/68 02/02/68	17.743/57 06/05/57	3.365/50 ou 19/350/53	17.743/50 20/09/50	9.312/46 16/08/46	24.827/52 24/11/52	4.268/43 25/05/43
Fontes	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM	Ficha PM	Informação PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM .Escritório Construtora

TABELA 02 - EXEMPLO DE EDIFÍCIOS ORGANIZADOS POR ANO

Foto										
Endereço	R. Barão Jaguará, 1136	R. Barão Jaguará, 1251	R. José Paulino, 1111	R. Dr. Quirino, 1352	R. Conceição, 124	R. Conceição, 114	Av. Campos Sales, 968	Av. Franc. Glicério, 1075	R. Conceição, 121	R. Irmã Serafina, 1003
Nome Prédio	Ed. Santana	Ed. Columbia	Ed. Ass. Comercial	Ed. Caixa E. Estadual	Ed. Correio Popular	Ed. Conceição	Ed. Banco Noroeste	Ed. Hotel Términus	Ed. Santa Teresa	Ed. Anchieta
Data	1935	1937	1940	1940	1940	1941	1942	1943	1944	1946
Autoria	Lix da Cunha e Correia	Constr. Lix da Cunha	Constr. Hoche Segurado	José M. Silva Neves	Constr. Lix da Cunha	Constr. Lix da Cunha	Jacques Pilon Const. Hoche Segurado	José M. Silva Neves	Constr. Hoche Segurado	Constr. Lix da Cunha
Função	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Residencial	Residencial	Comercial	Residencial	Residencial
Altura	07 Pavimentos	06 Pavimentos	07 Pavimentos	04 Pavimentos	06 Pavimentos	05 Pavimento	07 Pavimentos	07 Pavimentos	10 Pavimentos	07 Pavimentos
Protocolo	20/08/35 - 5.108/35	Ver 6732 de 29/11/49 e 44.425/65 de 04/08/65	15/09/55 - 21.827/55	6.887/40 06/07/40	29/12/1940	1.397/41 08/08/41 Ver 33.263/64		4.268/43 25/05/43		Ver 15.723/46
Fontes	Ficha PM	Ver CONDEPHAC	.Processo Arquivo PM .Informe PM .Escritório Construtora	.Processo Arquivo PM .Informação PM	Arquivo Pm Escritório Construtora	Informação PM	.Processo Arquivo PM .Dados - OK	Ficha PM .Escritório Construtora	.Processo Arquivo PM .Escritório Construtora	Informe PM

TABELA 03 - EXEMPLO DE EDIFÍCIOS ORGANIZADOS POR PERÍODO/FUNÇÃO/ALTURA - 1945/1954

Foto										
Endereço	Av. Franc. Glicério, 1329	R. General Osório, 971	R. Dr. Quirino, 1319	R. Barão de Jaguará, 1022	Av. Franc. Glicério, 985	Av. Anchieta, 19 - Largo das Andorinhas	R. Alvares Penteado, 892	R. General Osório, 1268	R. Dr. Quirino, 1329	Av. Anchieta, 41 - Largo das Andorinhas
Nome Prédio	Ed. Totó Valente	Ed. Euclides A. Camargo	Ed. General Osório	Ed. Galeria Trabulsi	Ed. Catedral	Ed. Moisés Lucarelli	Prédio São Jorge	Ed. Ivaí	Ed. Dona Nicolina	Ed. Andorinhas
Data	1954	1946	1953	1948	1953	1946	1947	1952	1952	1952
Autoria	Constr. Lix da Cunha	Plínio José Chagas	S. Romeiro/Alb. Nasralla	Constr. Hoche Segurado	Constr. S. B. Mendes	Laloni & Bartus Ltda	DL Brochado de Almeida	Jandovy Lui / S. Romeiro	S. Romeiro/Alb. Nasralla	Constr. Lix da Cunha
Função	Comercial	Comercial	Comercial	Misto - 2 Torres	Misto 1 Torre	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial
Altura	09 Pavimentos	10 Pavimentos	12 Pavimentos	05 Pavimento	16 Pavimentos	06 Pavimentos	06 Pavimentos	06 Pavimentos	06 Pavimentos	06 Pavimentos
Protocolo	04/09/54 - 20276/54	15.157/46 25/11/46	14/8/1953	12.246/48 de 11/09/48	24.317/53 29/10/1953	4187/46	1.376/47 05/02/47	7.600/52 08/04/52	17.566/52	20618/52
Fontes	Informação PM	Ficha PM Arquivo PM Imprensa	Informação PM	Ficha PM Arquivo PM Escritório Autor Informação PM	Informação PM Escritório Construtora	Verificado Ficha PM Dados - OK	Informação PM Arquivo PM	Ficha PM	Informação PM	Verificado Ficha PM Dados - OK

Inicialmente optou-se, por questões operacionais, na organização dos dados pela ordem em que foram aprovados, por períodos de 10 anos, a partir do primeiro prédio vertical de Campinas, ou seja, nos períodos de 1935-1944, 1945-1954, 1955-64, 1965-1974, 1975-1984 e 1985-1994, obtendo-se um panorama total das obras realizadas na área de estudo. Ao analisar o quadro geral das edificações percebeu-se uma coincidência dos períodos com a evolução das construções vinculadas aos fatos políticos e às legislações implantadas em Campinas no decorrer do século XX, respaldando dessa maneira a periodização inicialmente propostas (tabela 04).

Tabela 04 – Quadro Geral dos edifícios do período de estudo

Períodos	Comerciais	Mistos	Residências	Total
1935/1944	06 Edifícios	01 Edifício	02 Edifícios	09 Edifícios
1945/1954	15 Edifícios	03 Edifícios	19 Edifícios	37 Edifícios
1955/1964	12 Edifícios	04 Edifícios	38 Edifícios	54 Edifícios
1965/1974	07 Edifícios		08 Edifícios	15 Edifícios
1975/1984	09 Edifícios		07 Edifícios	16 Edifícios
1985/1994	04 Edifícios			04 Edifícios
Docum. não encontrados	05 Edifícios			05 Edifícios
	58 Edif. (41%)	08 Edif. (6%)	74 Edif. (53%)	
Total de Edifícios				140 Edifícios

O primeiro intervalo de **1935/1944** compreende o período da segunda guerra mundial e a vigência da administração de Getúlio Vargas após o golpe de 1930. As obras ocorreram sob o Código de obras de 1934 e a aprovação do Plano de Melhoramentos Urbanos em 1938. Foi dado o início para as reformulações pretendidas ao centro da cidade. Neste período, os edifícios selecionados foram:

1. Edifício Santana (1935) – o primeiro verticalizado a ser executado na cidade;
2. Edifício Associação Comercial (1940) – o mais alto comercial e que previa os recuos necessários aos alargamentos das ruas;

3. Edifício Conceição (1941) – além de ser o primeiro habitacional encontrado nas pesquisas foi projetado com atividades mistas;
4. Edifício Banco Noroeste do Estado de São Paulo (1942) – edificação também mista de serviços e habitações, sendo estas com um novo programa – as quitinetes;
5. Edifício Santa Teresa (1944) – o projeto residencial mais alto projetado para o período.

O segundo intervalo de **1945/1954** coincide com o término do Estado Novo de Getulio Vargas e foram realizadas eleições diretas. Foi feita a revisão Plano de Melhoramentos com a lei 640 de 1951 incrementando a implantação das reformas pretendidas e provocando um aumento relevante nas edificações verticalizadas. Neste período, foram encontrados edifícios significativos, de uso comercial e habitacional, que marcaram a paisagem urbana da área central de Campinas. Foram selecionados:

1. Edifício Euclides A. Camargo (1946) – apesar de estar um pavimento abaixo do mais alto comercial, este edifício foi selecionado pela sua localização e aspectos formais característicos próximo ao desenvolvido no período da guerra;
2. Edifício Anchieta (1946) – edifício selecionado pelas características formais inovadoras para a época de seu projeto;
3. Galeria Trabulsi (1948) – o destaque deste projeto está em seu programa misto contando com galeria comercial, serviços e habitações, todas convivendo em único espaço explorando um programa ainda não utilizado na época;
4. Edifício Itatiaia (1952) – o edifício mais alto residencial, confirmando a tipologia para classes sociais mais abastadas;
5. Edifício Catedral (1953) – edifício mais alto com ocupação mista em uma única torre, muito comentado na imprensa da época como símbolo de modernidade;

O terceiro intervalo de **1955/1964** foi o de maior intensidade na implantação do Plano de Melhoramento e o de maior concentração de obras realizadas. Foi um período de grande euforia e afirmação nacional após a posse do presidente Juscelino Kubitschek no Brasil e

de duas administrações municipais de Ruy Novaes, reconhecido como o prefeito que mais trabalhou na reformulação do centro da cidade. Neste período, também foi implantado o novo Código de Obras em 1959, impondo novas regras para as edificações. Observou-se a ocorrência de muitos prédios de uso misto, reforçando a compreensão de multifuncionalidade da área central, pelo menos até o Código de 1959. Para verificação de tais aspectos foram selecionados:

1. Edifício Barão do Rio Branco (1955) – edifício de uso misto em uma única torre, possuindo uma galeria comercial, parte escritórios e parte residencial;
2. Edifício José Guernelli/Ângela Marta (1956) – uso misto, executado em local privilegiado – Centro Cívico, competindo com o Ed. Anhumas pela supremacia do mais alto da área central;
3. Edifício Anhumas/Atibaia (1957) – também edificação de uso duplo, sendo um lado comercial e outro residencial. Símbolo de modernidade divulgado pela imprensa da época;
4. Edifício Vertical (1964) – O mais alto edifício residencial construído sob o novo Código de Obras de 1959;
5. Edifício Mesbla (1964) – o mais alto comercial;

Em **1965** as reformas urbanas estavam consolidadas e as construções verticalizadas começaram a diminuir na área central. O momento político havia sido alterado com o golpe militar de 1964 e o objetivo de implantação de uma imagem de modernidade na área central da cidade já não era mais a tônica principal dos investimentos.

A próxima etapa apresenta os levantamentos realizados no Arquivo Municipal de Campinas. Com os números dos protocolos dos edifícios selecionados foi possível ter acesso aos processos. Dada a impossibilidade de se retirar os processos do Arquivo, para cada um deles foi realizado o registro fotográfico dos seus desenhos e leitura minuciosa do processo em si, que permitisse acompanhar o desenrolar do projeto e obra. (figuras 85 e 86). Posteriormente, foram redesenhados em CAD todos os projetos dos edifícios selecionados para a pesquisa.

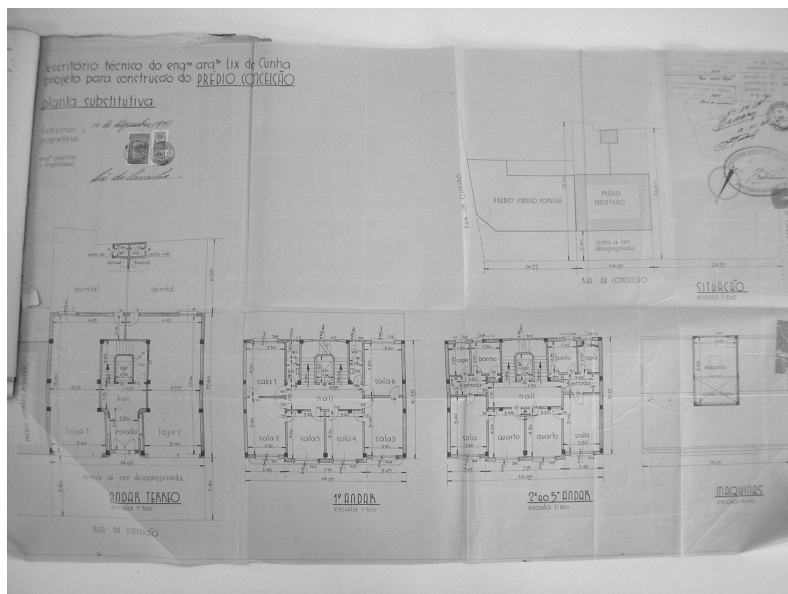
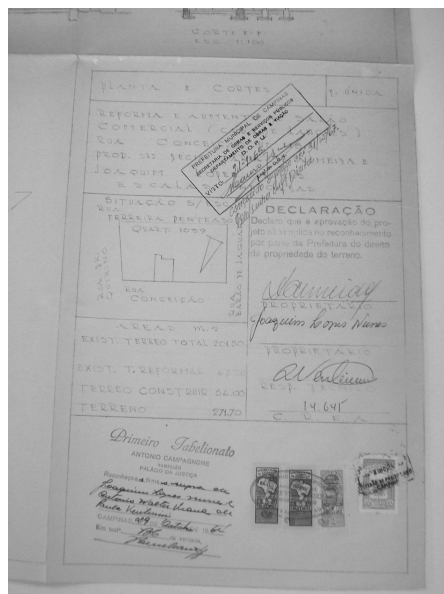


Figura 85 – Fotos dos desenhos Edifício Conceição

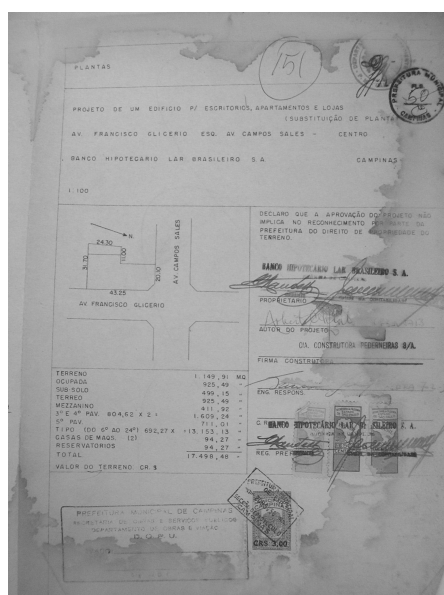


Figura 86 – Fotos dos desenhos do Edifício Anhumas

A última etapa, já com todos edifícios desenhados em CAD, foi a análise e interpretação dos espaços dos edifícios, procurando compreender as formas e maneiras do morar e trabalhar de cada período, bem como sua vinculação com o urbano e sua contribuição na implantação da imagem de modernidade no centro da cidade de Campinas.

4. Modernidade e Verticalidade: análise documental em Campinas

A análise documental detalhada é apresentada segundo os três principais períodos:

1935 – 1944

1. Edifício Santana (1935)
2. Edifício Associação Comercial (1940)
3. Edifício Conceição (1941)
4. Edifício Banco Noroeste do Estado de São Paulo (1942)
5. Edifício Santa Teresa (1944)

1945 – 1954

1. Edifício Euclides A. Camargo (1946)
2. Edifício Anchieta (1946)
3. Galeria Trabulsi (1948)
4. Edifício Itatiaia (1952)
5. Edifício Catedral (1953)

1955 – 1964

1. Edifício Barão do Rio Branco (1955)
2. Edifício José Guernelli/Ângela Marta (1956)
3. Edifício Anhumas/Atibaia (1957)
4. Edifício Vertical (1964)
5. Edifício Mesbla (1964)



EDIFÍCIO SANTANA
R. Barão de Jaguará, 1136
Autor: Lix da Cunha / Correia
Data: 1935



EDIFÍCIO COLUMBIA
R. Barão de Jaguará, 1251
Autor: Construtora Lix da Cunha
Data: 1937



ED. CAIXA ECONÔMICA
R. Dr. Quirino, 1353
Autor: J.M. Silva Neves
Data: 1940



ED. CORREIO POPULAR
R. Conceição, 124
Autor: Construtora Lix da Cunha
Data: 1940



ED. ASS. COMERCIAL
R. José Paulino, 1111
Autor: Construtora Hoche Segurado
Data: 1940



EDIFÍCIO CONCEIÇÃO
R. Conceição, 114
Autor: Construtora Lix da Cunha
Data: 1941



ED. BANCO NOROESTE
Av. Campos Sales, 968
Autor: Jacques Pillon / Const. H. Segurado
Data: 1942



HOTEL TÉRMINUS
Av. Francisco Glicério, 1075
Autor: J.M. Silva Neves
Data: 1943



ED. SANTA TEREZA
R. Conceição, 121
Autor: Const. Hoche N. Segurado
Data: 1944

1935
1944

Período de 1935 / 1944

Período entre o término da 1ª Grande Guerra (1914/1918) e a 2ª Grande Guerra (1939/1945), ocorreu com maior intensidade a implementação da industrialização e conseqüentemente a urbanização das cidades.

A crise da Bolsa de Nova Iorque de 1929 e a queda dos preços do café no mercado mundial incentivaram os investimentos de recursos no mercado imobiliário. Planos e projetos para adequação das cidades aos novos modelos urbanos têm início, especialmente nos grandes centros.

A cidade de Campinas, ativa politicamente desde a 1ª República, também passou por estas transformações estruturais. Seu caráter de centro cultural consolidou-se com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1941 (embrião da PUC-Campinas) com a expansão do seu parque industrial neste período. A instalação de indústrias como Rodhia em 1942, por exemplo, demonstram o desenvolvimento por que passava a cidade. A elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos iniciado em 1934 por Prestes Maia, trazia a intenção de adequação da cidade àqueles novos tempos.

A idealização de cidade moderna com largas avenidas e edificações verticalizadas encontrou espaço nos encaminhamentos dados para a execução e implementação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas. Sua área central sofreu radical transformação com alargamento de ruas e incentivos a construções de edificações principalmente verticalizadas. Em 1939 começaram as reformas urbanas com o alargamento do trecho inicial da Rua Conceição e em 1941 a Av. Francisco Glicério.

O primeiro exemplar de edificações verticais data de 1935, localizado na área central de Campinas com a construção do Edifício Santana.

Edifício Santana (Comercial)

Autoria: **Correia e Lix da Cunha**

Local: Rua Barão de Jaguará, 1136

Data: **1935**



Figura 87 - Foto de 1939 - Ed. Santana -R. Barão de Jaguará

Autoria do Projeto: Eng./Arq. Lix da Cunha

Fonte: Revista Comemorativa do Bi-Centenário de Campinas

Para esta obra de escritórios comerciais foram realizados três projetos para o mesmo lote, sendo um mais horizontal e dois verticais,

deixando transparecer a incerteza inicial do empreendedor quanto as tipologias das edificações verticalizadas (Figs 88 e 89).

A análise realizada dos projetos também revelou as discussões sobre o aspecto formal da edificação a ser construída, explicitando a transição do período entre o Eclético e o Moderno. Das propostas elaboradas, participaram dois profissionais da cidade: Lix da Cunha e Hoche Segurado que, como se verificou posteriormente, foram responsáveis por projetos de diversos edifícios na área central da cidade na época.

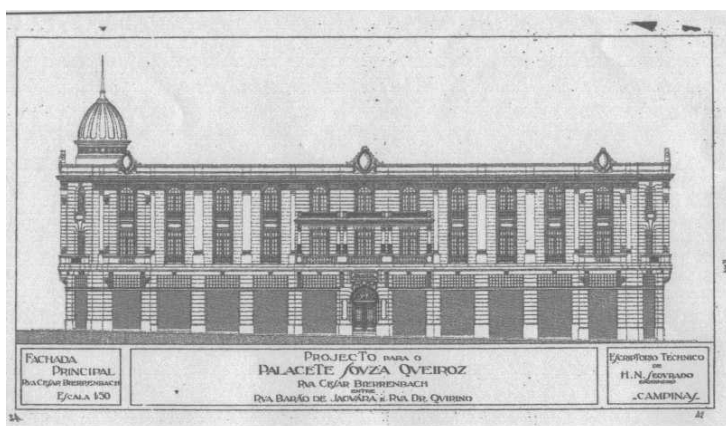


Figura 88 - Desenho para construção térrea.
Autoria: Hoche Segurado
Fonte: Arquivo do Escritório HNSegurado Engenharia

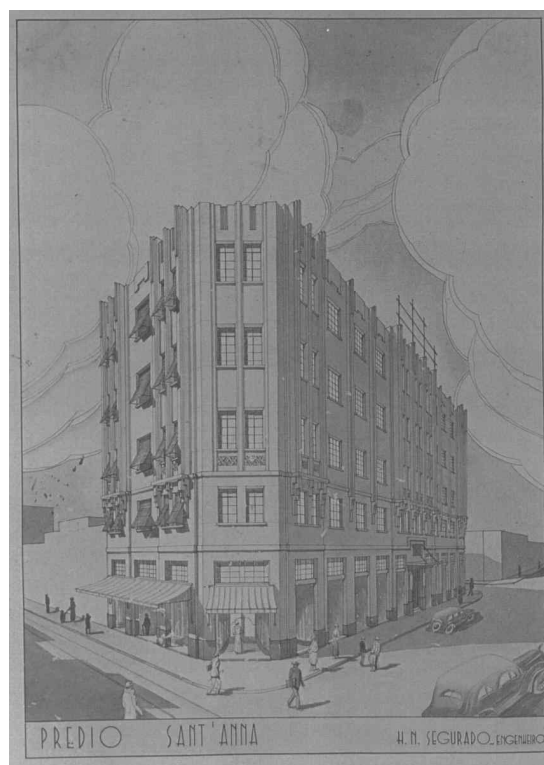


Figura 89 - Desenho para construção de edifício verticalizado
Autoria: Eng. Hoche Segurado
Fonte: Arquivo do Escritório da HNSegurado Engenharia

A proposta predominantemente térrea com características ecléticas foi descartada pelo proprietário, que fez opção por construir um edifício verticalizado, com maior aproveitamento do lote da área central. Hoche Segurado propôs ainda um prédio com linhas geométricas e estruturas demarcadas com cinco pavimentos, com estética *Déco* corrente nos anos 1930.

Outro estudo com sete pavimentos foi realizado por Lix da Cunha, sendo o projeto vencedor. Este possuía linhas limpas e sem

ornamentações, demonstrando a influência da linguagem moderna na arquitetura em Campinas.

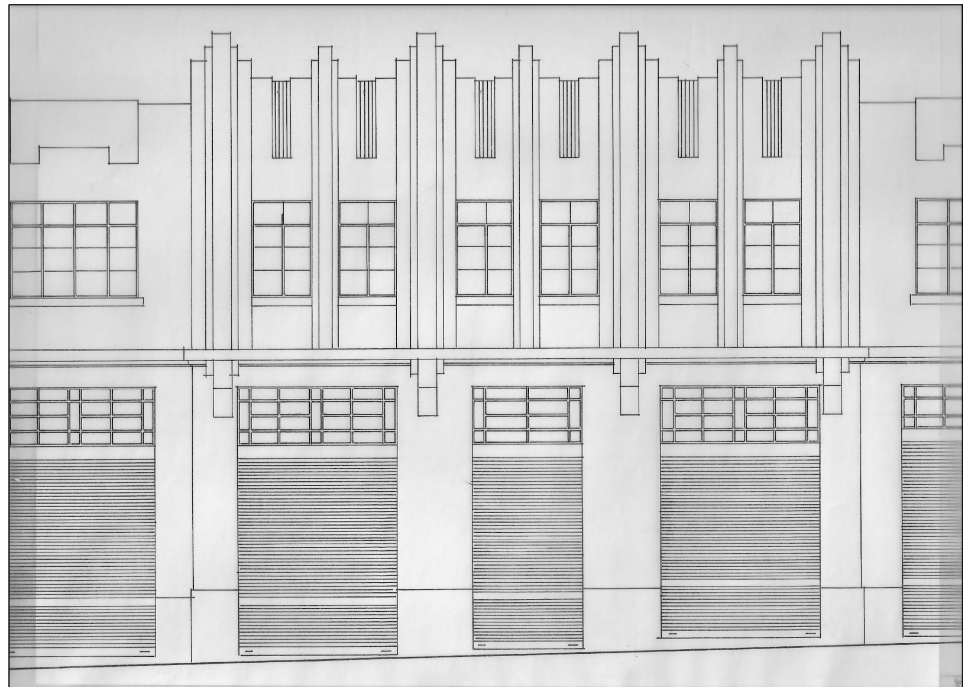
Assim, implantava-se a utilização dos materiais que possibilitaram a verticalização: o Concreto Armado e o Elevador. Cabe registrar que o elevador como circulação vertical já existia em Campinas desde 1925 no prédio do Jockey Clube Campineiro (MONTEIRO, 2001).

Este edifício teve muita importância para a cidade, tanto que na publicação do Relatório das Atividades da Prefeitura Municipal de Campinas para o exercício de 1936 constou: *“Registrou-se neste exercício a construção pelo engº Lix da Cunha do primeiro “arranha-céu” da cidade, edifício em concreto armado com 8 pavimentos”* (CAMPINAS, 1936).

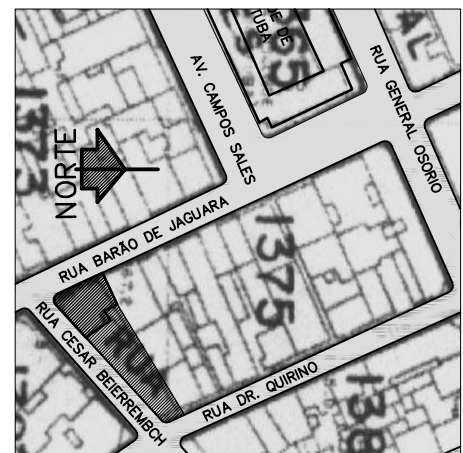
Nota-se que no Ed. Santana a importância do sistema estrutural que auxiliou a elaboração do projeto, uma vez que foi construído um pavimento de escritórios sobre as lojas existentes no térreo, utilizando pilares independente da estruturação existente.

Na distribuição interna do pavimento comercial verifica-se que as salas possuem interligações com a possibilidade de utilização por empresas de diversos tamanhos, aumentando o número de interessados nos aluguéis das salas. Seu aspecto formal demarca a utilização da linguagem moderna – *Art Dèco* que estava em voga na época. Valorização da esquina, linhas puras e arredondadas, a utilização de balcões curvos com acabamentos geométricos demonstram esta característica.

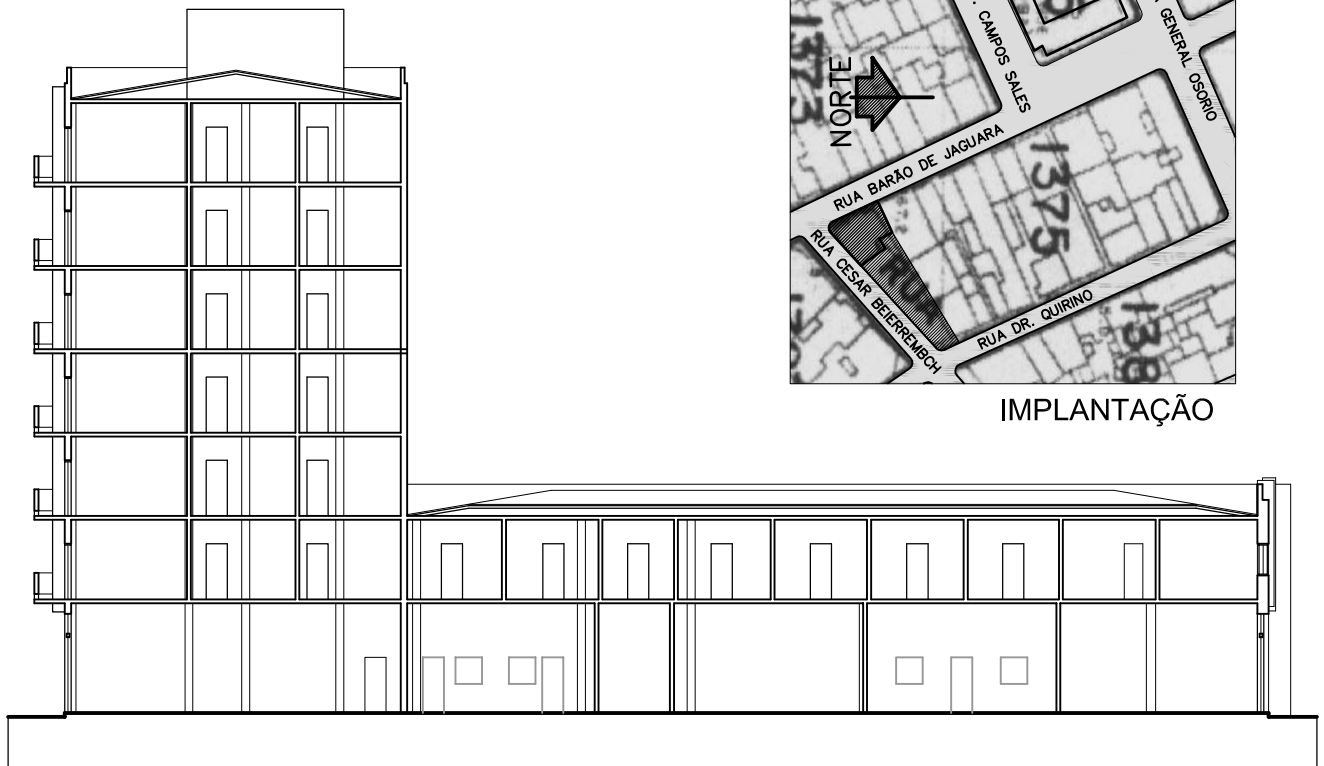
Com o Edifício Santana e, posteriormente, o Edifício Columbia, o engenheiro Lix da Cunha se coloca como pioneiro na construção de edifícios verticalizados na cidade. Estas inovações permitiram que o processo de verticalização da cidade pudesse ser iniciado e utilizado para a mudança da imagem da área central de Campinas.



DESENHO ORIGINAL - LIX DA CUNHA - DETALHE FACHADA



IMPLANTAÇÃO



CORTE ESQUEMÁTICO

Figura 90
EDIFÍCIO SANTANA
CORREIA & LIX DA CUNHA
1935

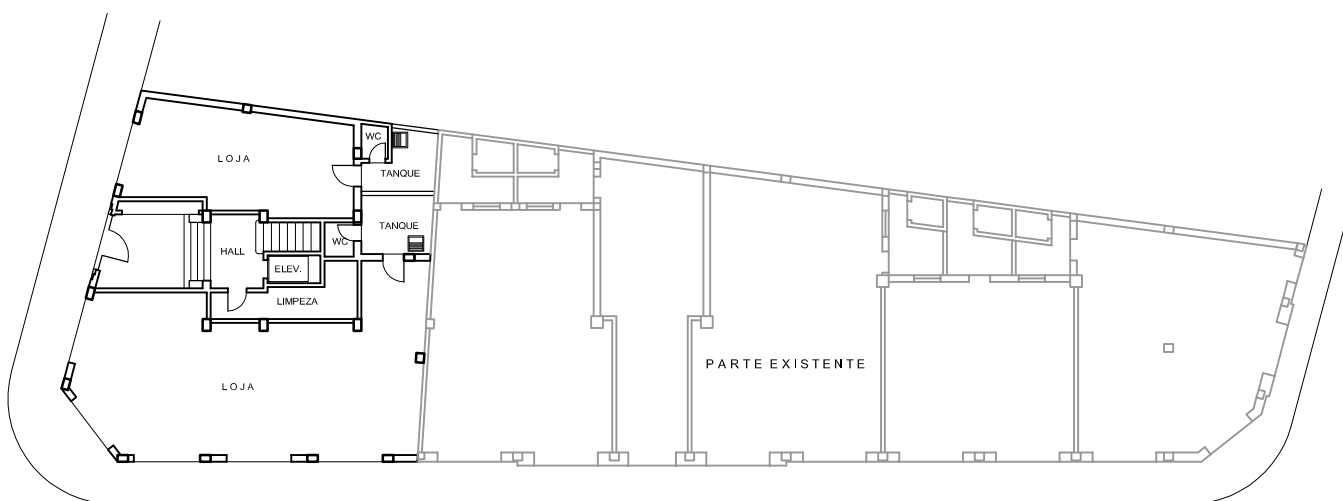
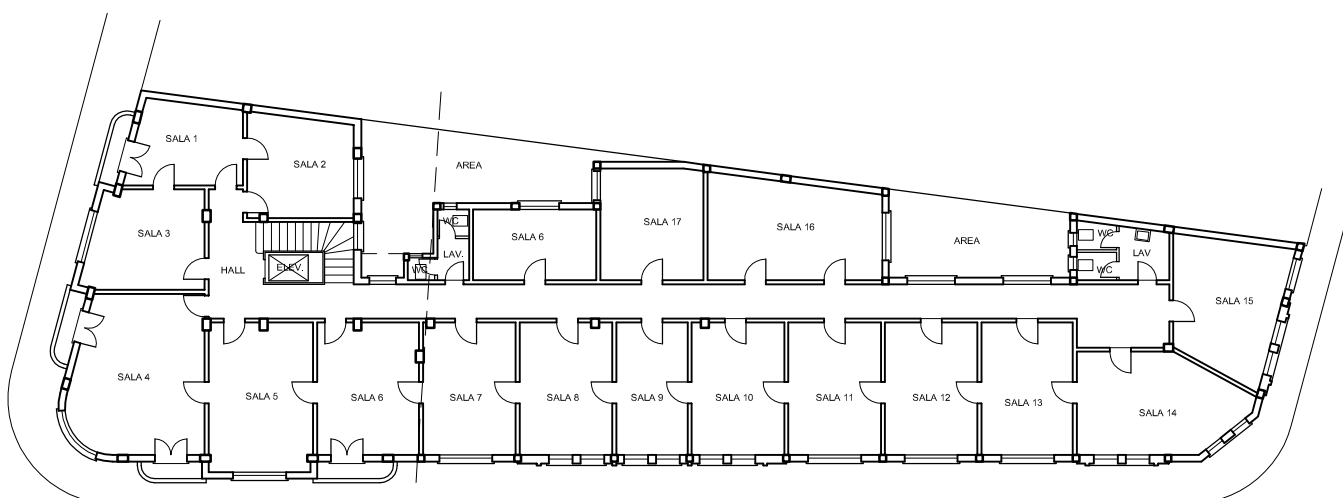
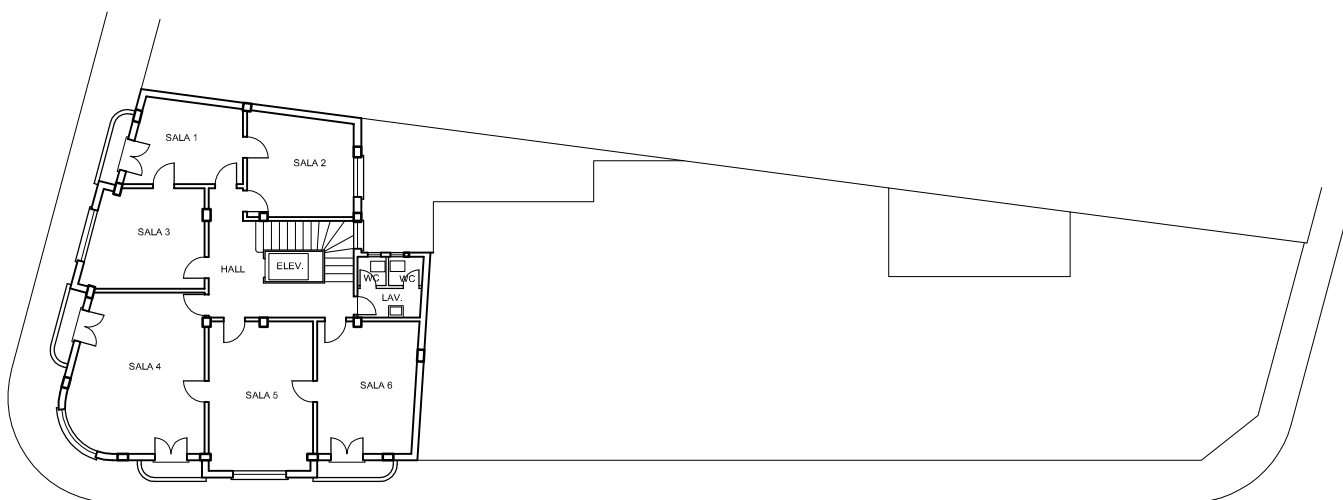


Figura 91
EDIFÍCIO SANTANA
CORREIA & LIX DA CUNHA
1935

Em 1940 foi projetado pelo engenheiro Hoche Segurado o **mais alto edifício comercial** deste período.

Edifício Associação Comercial (Comercial)

Autoria: **Hoche Segurado**

Local: Rua José Paulino, 1111

Data: **1940**



Figura 92 – Ed. Ass. Comercial.
Foto do Autor - 2003

Este edifício com sete pavimentos manteve as características *Déco* que estava sendo utilizada para o período, reforçando os aspectos de modernidade nas construções. Foram utilizadas imagens com linhas limpas, retas e sem ornamentações, com o demarcação das estruturas. No térreo foram projetados espaços para lojas como previsto na legislação. Vê-se a valorização da esquina através de curvas, destaque para a entrada com a execução de um pórtico e o hall de entrada elevado do nível da rua com a porta de entrada em ferro trabalhado, complementam as características utilizadas para os projetos da época.

É possível perceber também o racionalismo da estrutura, com distribuição das salas de bom aproveitamento. Como no Edifício Santana as salas estão interligadas, aumentando o aproveitamento para variados esquemas de empresas ou consultórios.

Chamam a atenção os desenhos apresentados para a aprovação na Prefeitura Municipal, onde a implantação já previa o alargamento da Avenida Campos Sales e rua José Paulino.

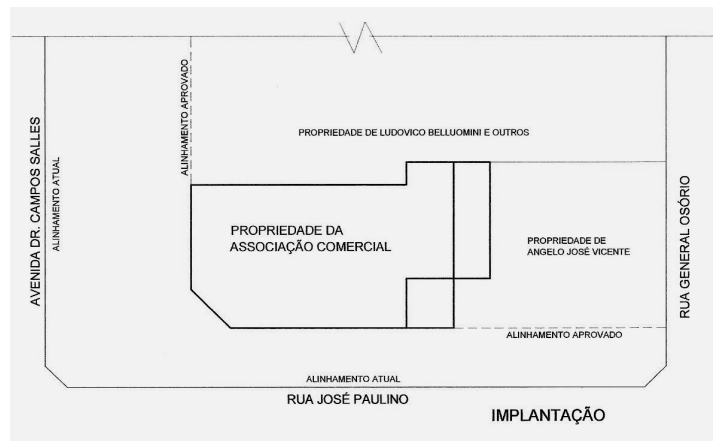
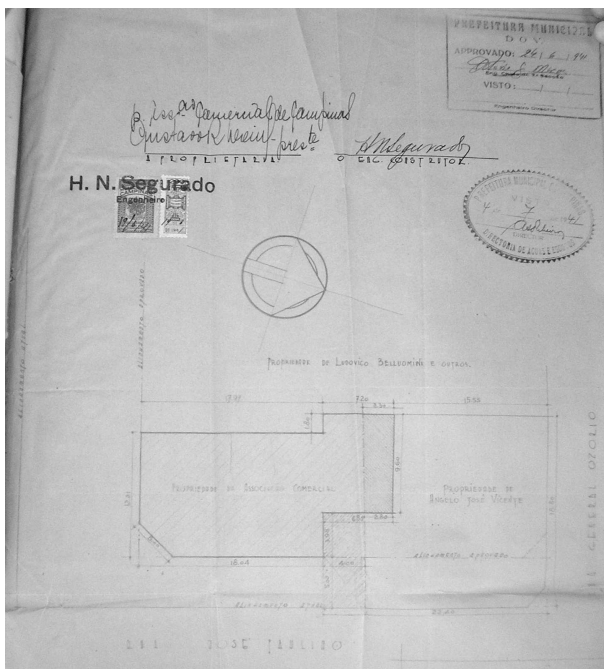
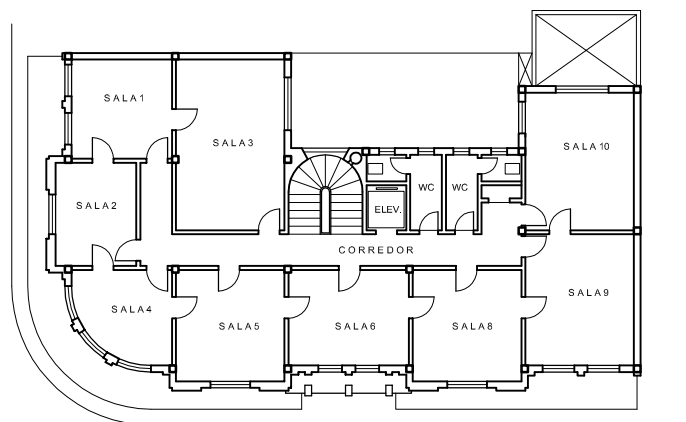
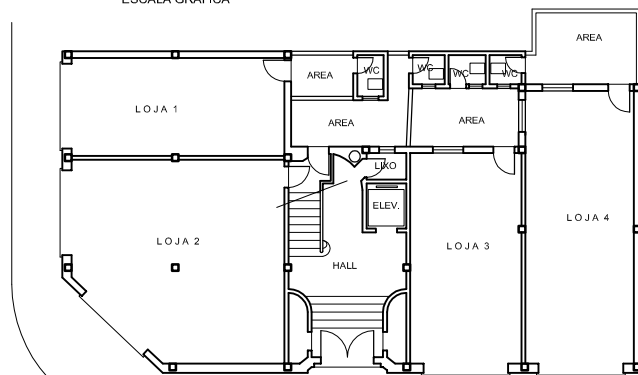
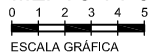


Figura 94
Desenho do Autor em CD

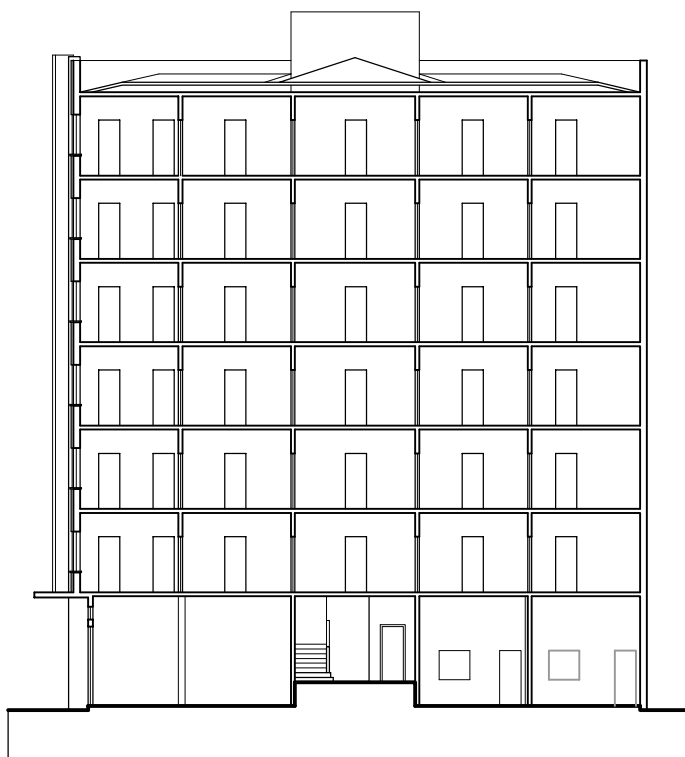
Figura 93 – Foto dos Desenho Original
Processo PM – 1940
Foto do autor



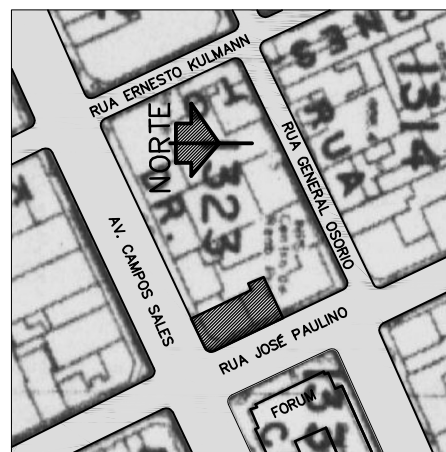
PAVIMENTO TIPO



TERREO



CORTE ESQUEMÁTICO



IMPLANTAÇÃO

Figura 95
ED. ASS. COMERCIAL
HOCHÉ N. SEGURADO
1940

No desenvolvimento da pesquisa foram encontrados outros prédios que merecem destaques pelo programa que adotaram ainda nestes primeiros anos de verticalização de Campinas. É o caso do Edifício Conceição que, apesar de não estar entre os mais altos, foi o primeiro encontrado com projeto de habitação em edificações verticais.

Edifício Conceição (Misto)

Autoria: **Lix da Cunha**

Local: Rua Conceição, 114

Data: **1941**



Figura 96 – Ed. Conceição
Foto do Autor - 2003

Este prédio destaca-se pelo fato de ter um programa multifuncional, possuindo em seu térreo lojas, como o previsto para todas as edificações na área central, escritórios no primeiro piso e habitações do segundo ao quinto pisos. Todos acessados por um único *hall* de elevadores.

Ao entrar com o processo para aprovação na Prefeitura Municipal em maio de 1941, o edifício era totalmente comercial. Alguns meses depois o processo foi substituído, com a intenção de executar os pavimentos com habitações. Isto pode demonstrar a incerteza com a viabilidade deste tipo de empreendimentos neste período na cidade ou o vislumbre de um novo ramo (nicho) de mercado.

O desenho dos escritórios continuou tendo seus espaços interligados entre si, e curiosamente existem portas nos dormitórios dando acessos diretamente ao *hall*, mais uma vez possibilitando a diversidade de ocupações caso não fosse habitacional. De qualquer forma, para as janelas dos pavimentos habitacionais foram colocadas venezianas e atualmente estão ocupadas com mordias.

No processo deste edifício também foi encontrada a previsão de ampliação da rua Conceição, sendo deixada área para futura desapropriação permitindo continuidade ao alargamento previsto.

Formalmente o edifício mantém as linhas retas como o aplicado no período. O projeto de Lix da Cunha segue orientação do Código de Obras mantendo a uniformidade com relação aos prédios vizinhos. Como nesta quadra a maioria dos edifícios foram projetos pelo mesmo autor, pode se perceber o alinhamento das alturas, criando neste local a imagem definida nos desenhos do Plano de Melhoramentos de Campinas, com rua corredor e alturas homogêneas, mantendo as características do pensamento urbanístico moderno defendido por Prestes Maia.

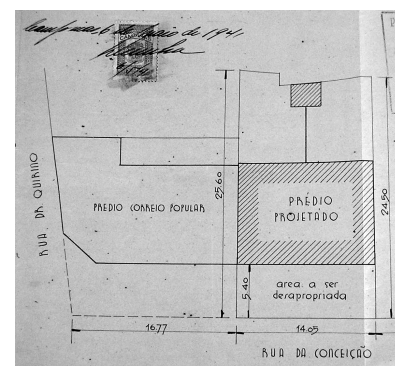
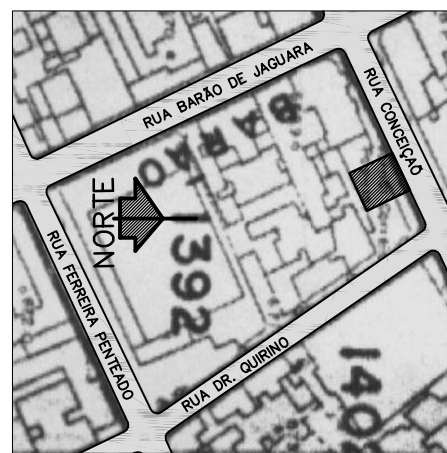
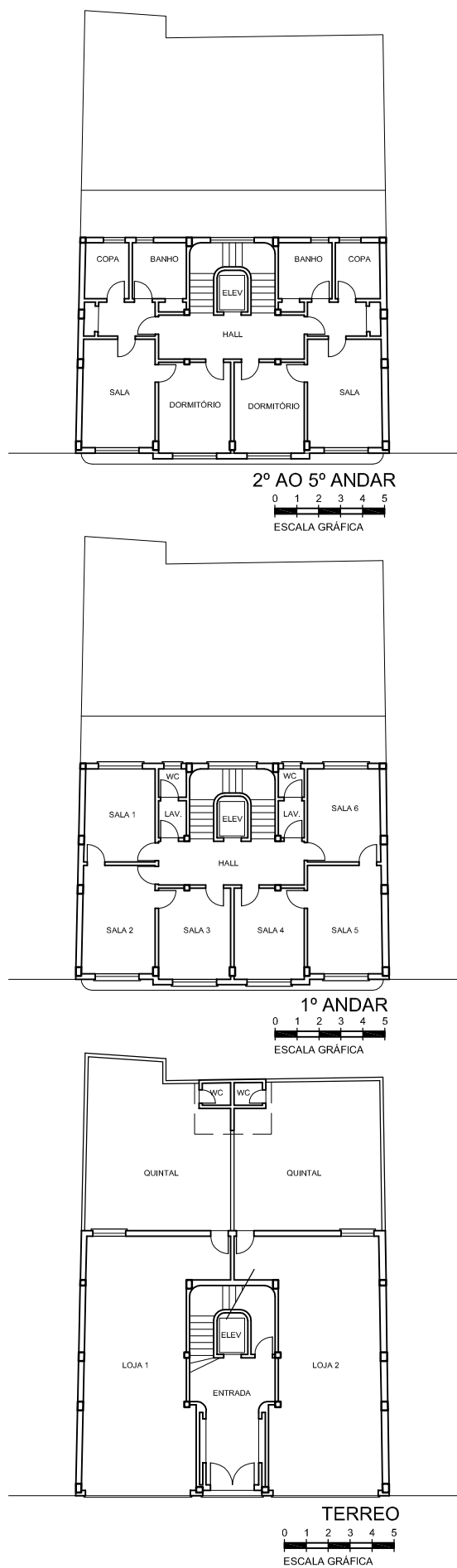


Figura 97 -Desenho Original
Processo PM – 1941
Foto do autor



IMPLANTAÇÃO

Figura 98
EDIFÍCIO CONCEIÇÃO
LIX DA CUNHA
1941

Outro edifício construído neste período ainda merece destaque - o **Edifício Banco Noroeste do Estado de São Paulo**, projeto de Jaques Pilon. Desenvolveu este projeto para sede do Banco nos primeiros pisos e apartamentos quitinetes nos andares superiores, executando um edifício multifuncional com prestação de serviços e habitação.

Edifício Banco Noroeste do Estado de São Paulo (Misto)

Autoria: **Jaques Pilon**

Local: Av. Campos Sales, 968

Data: **1942**



Figura 99 – Ed. Banco Noroeste.
Foto do Autor - 2003

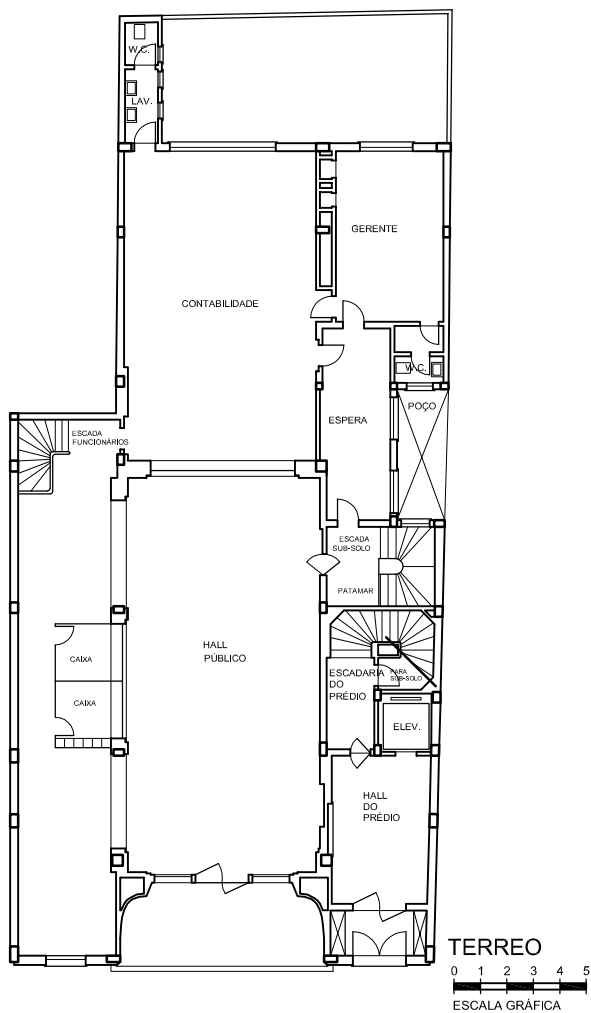
A altura do edifício segue o Ato 118 – Art. 16 onde especificou que somente seriam permitidas construções com até seis pavimentos na praça Visconde de Indaiatuba (Centro Cívico).

A agência bancária ocupou o Térreo para atendimento ao público, caixas, gerências e funcionários, o Sub-solo com caixas-fortes, atendimentos a clientes com guichês, local para o contínuo e vestiário de funcionários e o Mezanino destinado para demais serviços.

Nos demais pavimentos foram projetados quitinetes de diversos tamanhos. Esta tipologia que já era desenvolvida em São Paulo, veio para contribuir com habitações na área central de Campinas.

Percebe-se a liberdade espacial na distribuição dos espaços dos apartamentos. Foi necessário a criação de fossos de iluminação uma vez que o edifício ocupou toda a frente do lote. Como uso coletivo do pavimento, foi localizado no *hall* de circulação um espaço para serviços com banheiro e tanque junto a escada, provavelmente para atender empregados.

Este tipo de empreendimento com apartamentos pequenos, assim como os projetados no Ed. Conceição, foram construídos provavelmente pensando em facilidade de aluguel a pessoas que estão em uma fase de transição de suas vidas, ou mesmo famílias sem filhos e sem capital para adquirir um imóvel maior. Maria do Carmo Vilariño ressaltou ao descrever projetos habitacionais semelhantes em São Paulo: “*Nas áreas centrais, edifícios de uso mistos, com lojas no térreo e diferentes tipos de unidades residenciais, com um ou dois dormitórios e quitinetes eram comuns, ampliando as possibilidades de locação do imóvel*”. (VILARIÑO, 2000).



AV. CAMPOS SALES

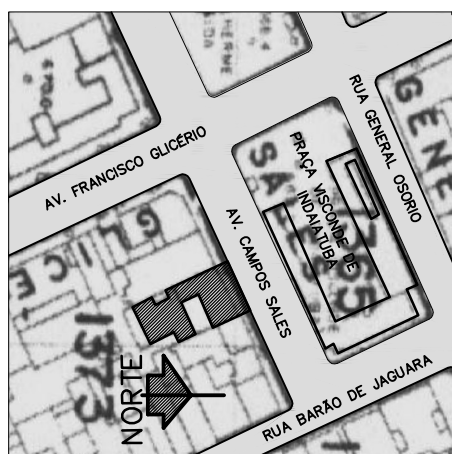
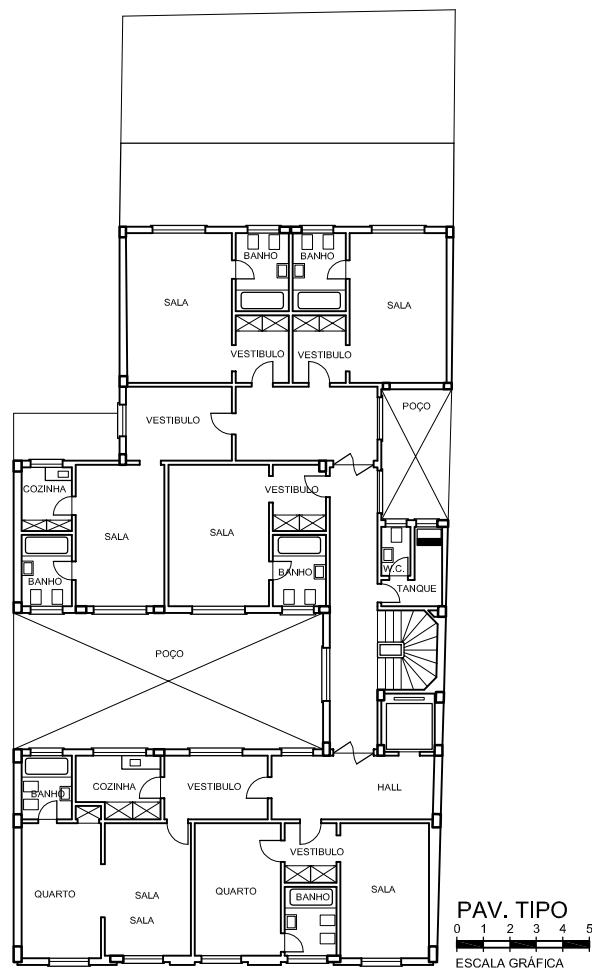


Figura 100
EDIFÍCIO BANCO NOROESTE
JAQUES PILON
1942

No final da 2ª Grande Guerra Mundial, Hoche Segurado desenvolveu o projeto do **Ed. Santa Teresa** o **mais alto edifício residencial** deste período. Conforme informações do escritório, o projeto original era residencial sendo alterado posteriormente para comercial. Mais uma vez percebe-se a instabilidade incertezas quanto ao tipo de empreendimento a ser realizado em Campinas.

Edifício Santa Teresa (Residencial)

Autoria: **Hoche Segurado**

Local: Rua Conceição, 121

Data: **1944**



Figura 101 – Edifício Santa Teresa
Foto do Autor - 2003

Nos foram fornecidos os desenhos do projeto original pelo escritório do autor, fazendo com que este edifício tenha entrado na categoria de residencial, uma vez que seus espaços foram concebidos como tal.

Analisando os desenhos pode-se perceber que a estrutura organizada para o projeto residencial foi totalmente mantida ao serem transformados os espaços para escritórios. Mesmo as distribuições dos cômodos foram praticamente mantidas, suprimindo-se somente os espaços destinados as cozinhas.

Os apartamentos já foram projetados um pouco maiores, com dois dormitórios em cada um dos quatro do pavimento, porém não existiu a preocupação de serem padronizados, quer seja em distribuição, quer seja em metragem quadrada. Não se percebe também a preocupação com a setorização das funções – social, íntimo e serviços que viria a acontecer em anos futuros. Estas observações levam a crer que apesar do aspecto formal (*dèco*) e funcional (habitações verticalizadas) as preocupações e orientações racionalistas ainda não estavam presentes.

Ainda um dado curioso deste edifício é a presença de um abrigo antiaéreo em seu sub-solo, provavelmente em virtude da guerra (figura 102).

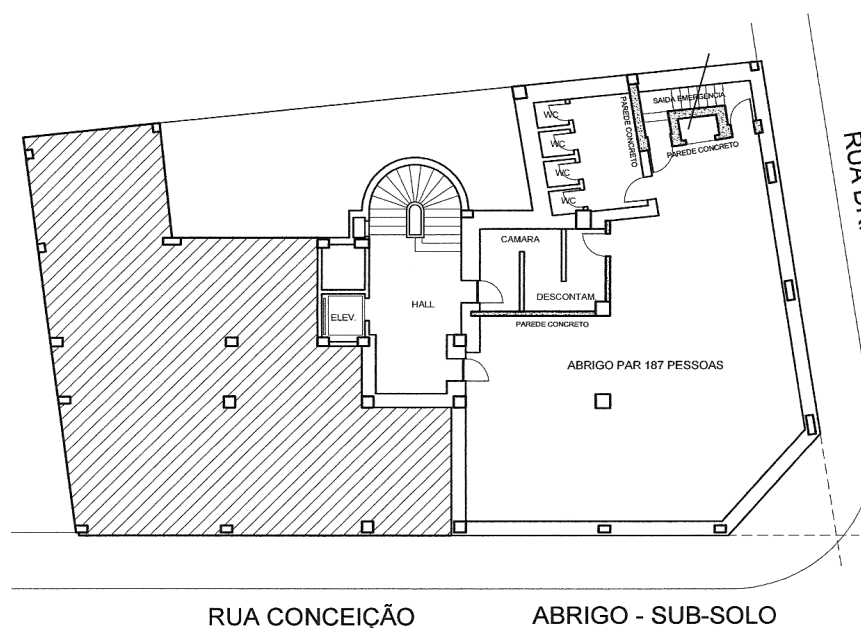
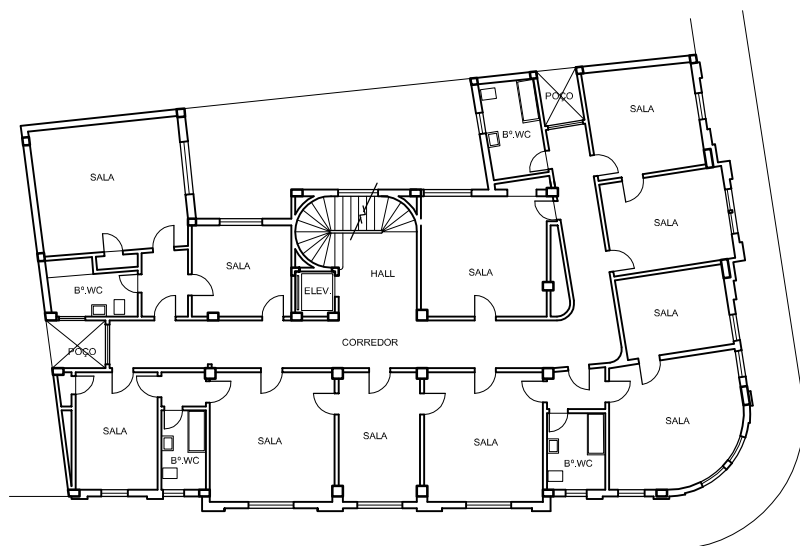


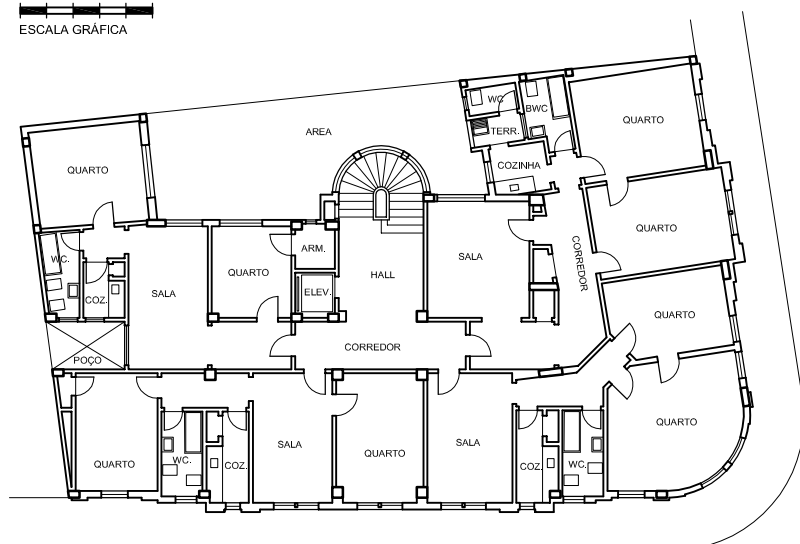
Figura 102 - Desenho do Autor em CAD



PAVIMENTO TIPO - PROJ. COMERCIAL



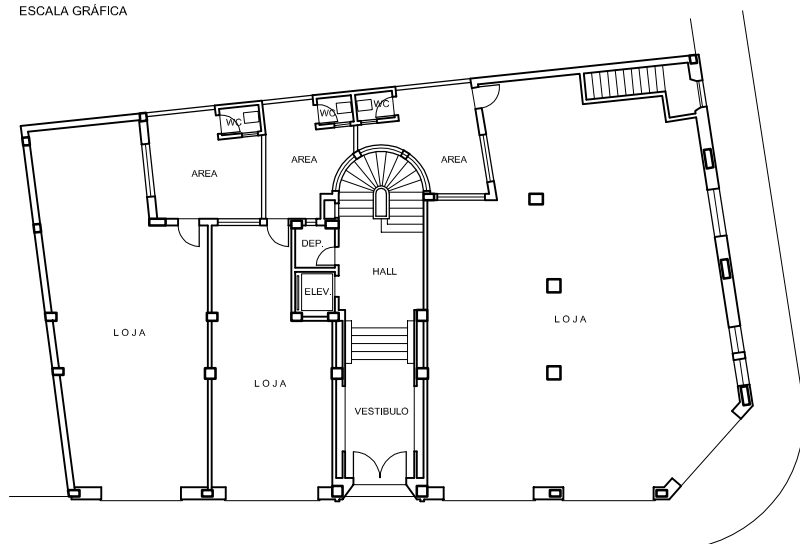
ESCALA GRÁFICA



PAVIMENTO TIPO - PROJ. RESIDENCIAL



ESCALA GRÁFICA

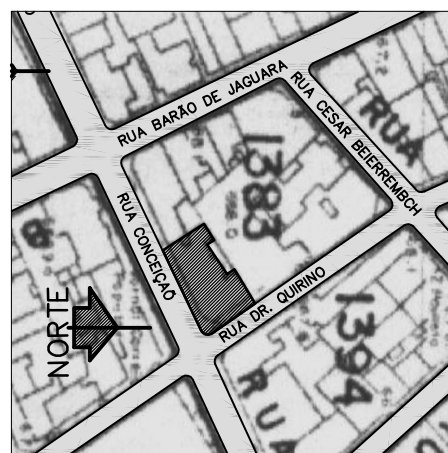


TERREO



ESCALA GRÁFICA

RUA CONCEIÇÃO



IMPLANTAÇÃO

Figura 103
EDIFÍCIO SANTA TEREZA
HOCE N. SEGURADO
1944



ED. ROSÁRIO
R. General Osório, 839
Autor: Const. Lx da Cunha
Data: **1946**



EDIFÍCIO REGINA
R. Tonaz Alves, 10
Autor: Const. Hocht Sequeudo
Data: **1946**



PRÉDIO PIRATININGA
R. César Barenbach, 24
Autor: Hocht N. Sequeudo
Data: **1946**



EDIFÍCIO SÃO PAULO
Av. Francisco Glória, 1101
Autor: Construtora Lx da Cunha
Data: **1946**



EDIFÍCIO R. MONTEIRO
R. Barão de Jaguará, 1091
Autor: Const. Hocht Sequeudo
Data: **1946**



ED. EUCLYDES A. CAMARGO
R. General Osório, 971
Autor: Filipo José Chagas
Data: **1946**



ED. MOISÉS LUCARELLI
Av. Archêla, 19
Autor: Laroni & Batus Ltda
Data: **1946**



EDIFÍCIO ANCHIETA
R. Lima Seara, 1003
Autor: Construtora Lx da Cunha
Data: **1946**



ED. JOSÉ KAUFMANN
Av. Francisco Glória, 1058
Autor: Const. Hocht Sequeudo
Data: **1947**



PRÉDIO SÃO JORGE
R. Alvaras Pereira, 892
Autor: DL Brocheto de Almeida
Data: **1947**



EDIFÍCIO PRUDÊNCIA
Av. Benjamin Constant, 1214
Autor: Moreira e Valbert
Data: **1948**



ED. GALERIA TRABALULSI
R. Barão de Jaguará, 1022
Autor: Const. Hocht Sequeudo
Data: **1948**



ED. COMERCIAL
Av. Campos Sales, 137
Autor: sem informação
Data: consta da foto aérea de 1950



ED. MOREIRA SALLES
Av. Francisco Glória, 1247
Autor: Construtora Lx da Cunha
Data: **1950**



ED. BANDEIRANTES
Av. Francisco Glória, 1249
Autor: Construtora Paulo Izo S/A
Data: **1950**



SOFISA - ED. TRÊS RIOS
R. Tonaz Alves, 46
Autor: Antônio Carlos S. Camargo
Data: **1951**



ED. TONICO RIBEIRO
R. General Osório, 1244
Autor: Construtora Ribeiro Novas
Data: **1951**



EDIFÍCIO IWAÍ
R. General Osório, 1288
Autor: André Luiz / Sérgio R. Romero
Data: **1952**



EDIFÍCIO BANCO ITAÚ
Av. Francisco Glória, 1100
Autor: Luiz D. Ferreira
Data: **1952**



ED. DONA NICOLINA
R. Dr. Quirino, 1329
Autor: Sérgio Romero / Alb. Nasralla
Data: **1952**



EDIFÍCIO ANDORINHAS
Av. Archêla, 41
Autor: Construtora Lx da Cunha
Data: **1952**



EDIFÍCIO RESIDENCIAL
Av. Archêla, 25
Autor: Walter Moreira
Data: **1952**



EDIFÍCIO ITAITIA
R. Lima Seara, 919
Autor: Oscar Niemeyer
Data: **1952**



ED. STA. MARIA GORETTI
R. Cascahy, 142
Autor: Const. Gerdin Gaspur
Data: **1953**



PR. OCTÁVIO NETTO
R. Conceição, 104
Autor: si informação
Data: **1953**



ED. GENERAL OSÓRIO
R. Dr. Quirino, 1319
Autor: S. Romero / Alb. Nasralla
Data: **1953**



EDIFÍCIO CATEDRAL
Av. Francisco Glória, 889
Autor: Construtora S. B. Mendes
Data: **1953**



ED. CAMPOS SALLES
Av. Senador Seara, 618
Autor: Moys M. Rodrigues / Const. Lx
Data: **1953**



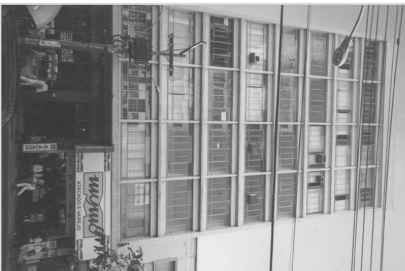
ED. BARÃO DE JAGUARA
R. Barão de Jaguará, 1049
Autor: José Carlos S. Maya / Const. Lx
Data: **1953**



ED. CRUZEIRO DO SUL
R. General Osório, 1212
Autor: J. Carlos Maya / Rlb. Novas
Data: **1953**



ED. BANCO DO BRASIL
R. Costa Aguiar, 642
Autor: Thomaz Barata Ribeiro
Data: **1954**



ED. TOTO VALENTE
Av. Francisco Glória, 1329
Autor: Construtora Lx da Cunha
Data: **1954**



EDIFÍCIO LUNARDI
R. General Osório, 1197
Autor: Construtora Ribeiro Novas
Data: **1954**



ED. ROQUE DE MARCO
R. Cesar Barenbach, 229
Autor: Moys Rodrigues / Rlb. Novas
Data: **1954**



EDIFÍCIO TAMOI
R. José Paulino, 1227
Autor: José Luis Dória Lins
Data: **1954**



BANCO SEGURANÇA
R. Costa Aguiar, 698
Autor: Construtora Lx da Cunha
Data: **1954**

Após o final da 2ª Guerra Mundial (1945) iniciou-se um novo período para os países. O mundo passou a ter outra configuração social, política e cultural. Vencidos os embates contra o Nazi-Facismo iniciaram-se as disputas com o bloco socialista. Foi o início da chamada Guerra Fria que somente terminou na década de 80 do século XX.

As cidades necessitaram serem reconstruídas após as destruições da guerra e a imagem era de olhar para o futuro, possibilitando que a arquitetura funcional e racionalista conquistasse mais espaços para se desenvolver.

Politicamente, terminou o Estado Novo de Getúlio Vargas com a eleição de Eurico Gaspar Dutra (1945) para a presidência da República. Vargas voltou ao poder através de eleições em 1951 e desta maneira consolidando a disputa entre a oligarquia agrícola e a industrial.

Para a arquitetura nacional foi um período de afirmação e reconhecimento internacional, com a exposição *Brazil Builds* em Nova York no MoMa (Museum of Modern Art) em 1943. A arquitetura Moderna, principalmente a proveniente das chamadas Escola Carioca e Escola Paulista passaram a simbolizar a modernização do país. Obras como as desenvolvidas na Pampulha, Minas Gerais por Oscar Niemeyer em 1942/1943 passaram a ser divulgados pela imprensa e se tornaram ícones da arquitetura desenvolvida na época.

Em Campinas continuou a implantação do Plano de Melhoramentos com o alargamento das ruas e avenidas e a construção dos prédios ocupando espaços abertos com as demolições. Culturalmente a cidade continuou sua efervescência, cabendo registrar a 1ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em 1949 ocorrida na cidade.

Com mais vigor que no período anterior avança a verticalização da área central. Em 1946, no Centro Cívico conforme definiu o Plano de Melhoramentos – Praça Visconde de Indaiatuba, foi projetado o Edifício Euclides A. Camargo na esquina da Av. Francisco Glicério.

Edifício Euclides A. Camargo (Comercial)

Autoria: **Plínio José Chagas**

Local: Rua General Osório, 971

Data: **1946**



Figura 104 – Ed. Euclides A. Camargo.
Foto do Autor - 2003

Este edifício veio compor a paisagem do Centro Cívico. Fotos são publicadas nos jornais e revistas comemorativas com textos como: *“Modernos arranha-céus comerciais dão novo aspecto a cidade”* (GUIMARÃES, 1954)

Com um bloco compacto e sólido, de linhas retas e austeras a arquitetura deste edifício lembra as edificações realizadas no período anterior na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini. Procurava passar a imagem de poder e segurança. A simetria conseguida na abertura das janelas e o material de revestimento da fachada também contribuíram para este aspecto.

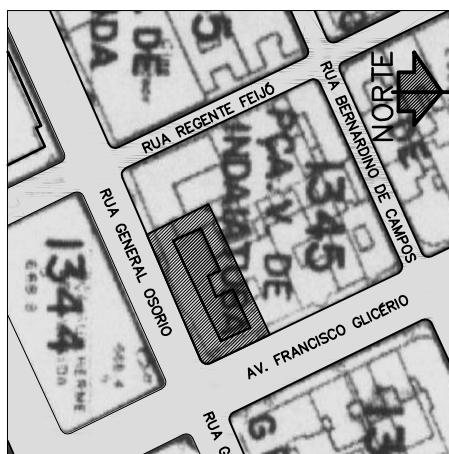


Figura 105
Imagem Campinas, 1954
Livrete PMunicipal

Com seus dez pavimentos (térreo mais nove andares) ultrapassava o limite estabelecido de seis pavimentos para as edificações envoltórias da praça. Conseguiu aumentar a altura utilizando o artigo 16, § 2º do Ato nº 118 de 1938 que determinava: *“As construções de mais de 6 pavimentos deverão obedecer ao tipo torreão, com recuos nas faces aparentes”*.(CAMPINAS, 1939).

Além das lojas no térreo, até o quinto pavimento são construídas salas que possibilitavam agrupamentos em conjuntos comerciais. No sexto pavimento foi criado um terraço, pois a partir deste piso o edifício fica menor, reduzindo a quantidade de salas no andar.

Percebe-se que a organização do pavimento foi projetada racionalmente tanto estrutural quanto espacialmente, demonstrando uma maior organização nas edificações comerciais.



IMPLANTAÇÃO

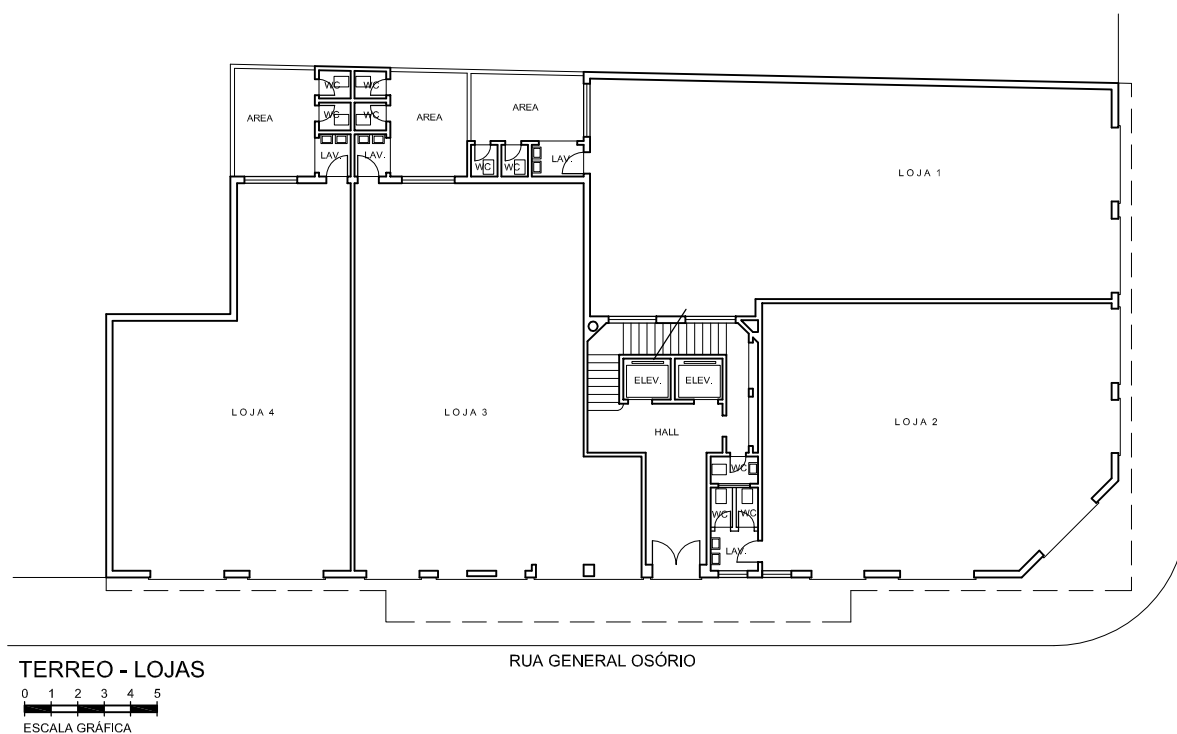
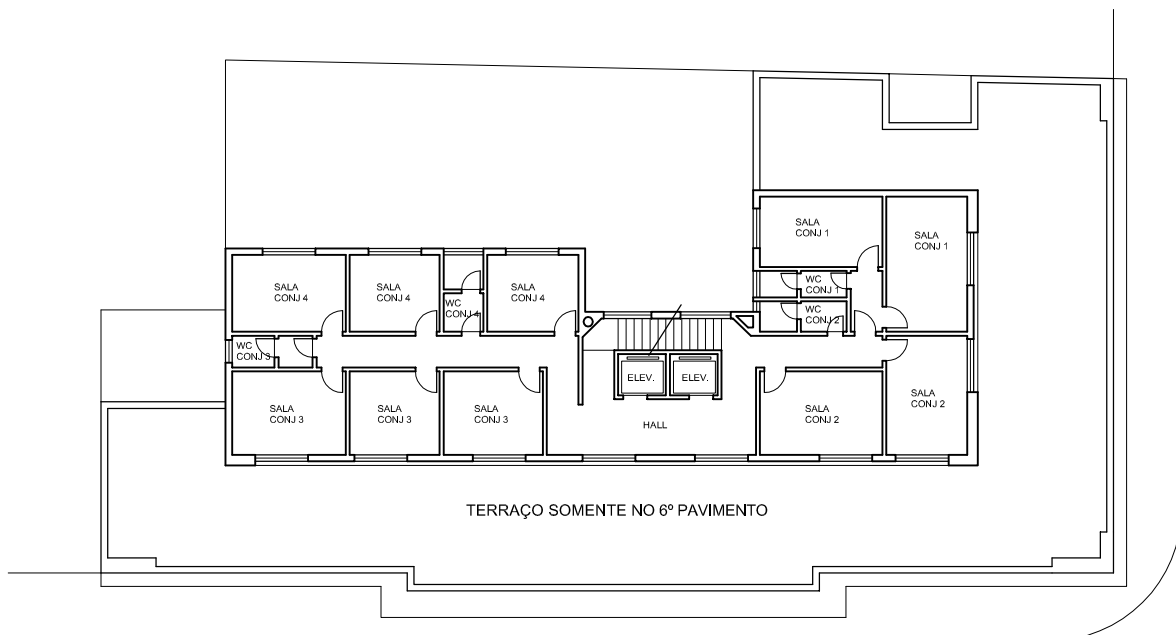
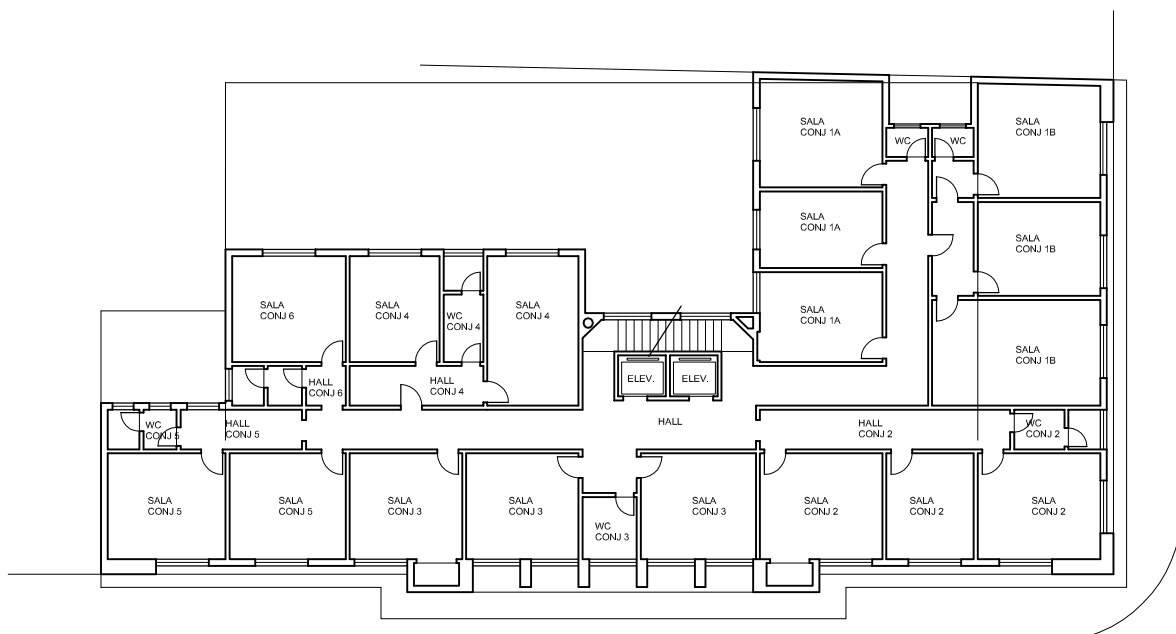


Figura 106
ED. EUCLYDES A. CAMARGO
PLINIO JOSÉ CHAGAS
1946



PAVIMENTO TIPO - ESCRITÓRIOS do 6º ao 9º



PAVIMENTO TIPO - ESCRITÓRIOS DO 1º AO 5º



Figura 107
ED. EUCLYDES A. CAMARGO
PLINIO JOSÉ CHAGAS
1946

Ainda no ano de 1946, além da construção de diversos prédios comerciais também são executados prédios residenciais. Salienta-se o **Edifício Anchieta** que, apesar de sua altura de sete pavimentos, possui uma forma completamente despojada de ornamentação e com um aspecto totalmente racional. Duas construtoras aparecem no processo de aprovação da Prefeitura Municipal: SBMendes e Lix da Cunha.

Edifício Anchieta (Residencial)

Autoria: **S. B. Mendes / Lix da Cunha**

Local: Rua Irmã Serafina, 1003

Data: **1946**



Figura 108 – Edifício Anchieta
Foto do Autor - 2003

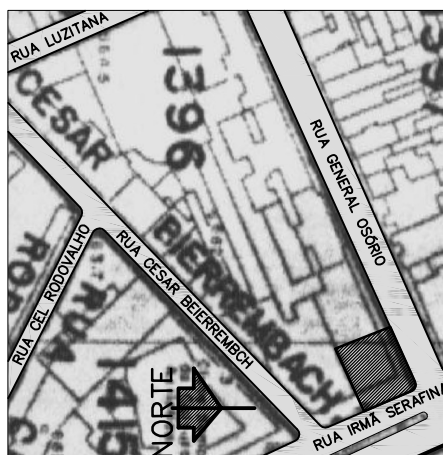
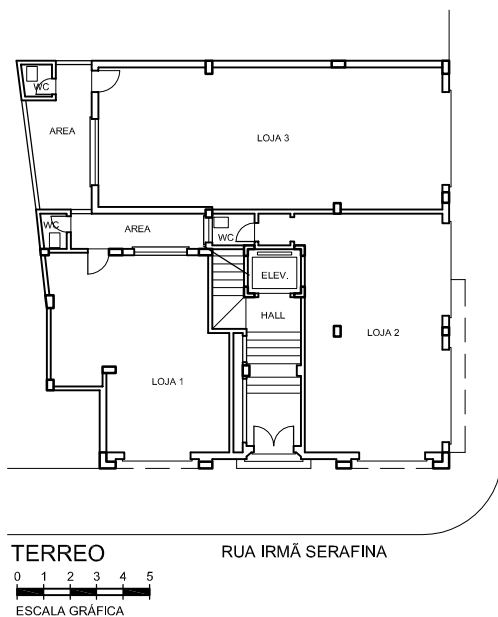
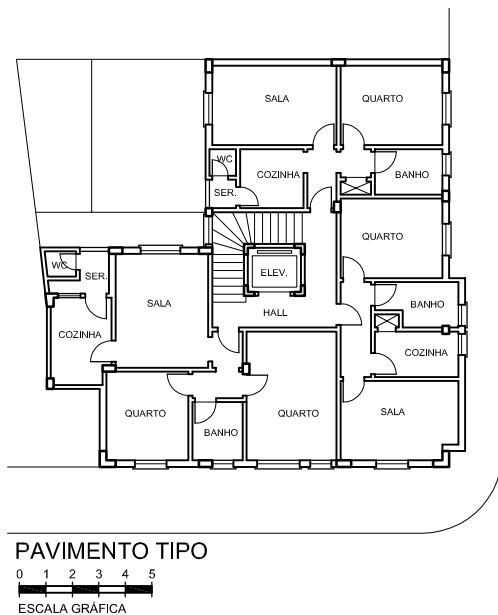
Chamou a atenção neste processo a união de duas construtoras para a realização deste empreendimento – SBMendes e Lix da Cunha.. Provavelmente, mais do que o desenvolvimento individual de cada um dos escritórios, as oportunidades construtivas e a viabilização dos empreendimentos era o que estava em pauta.

O projeto é de apartamentos pequenos, três por andar e possuindo um e dois dormitórios. Tal característica pode ser explicada pelo fato dos investimentos em habitações terem sido refreados após a Lei do Inquilinato de 1942. Apartamentos compactos, feitos para casais em início de vida conjugal, a necessidade de aplicações menores a eventuais compradores e possuírem boa rotatividade nos alugueis possam ser a motivação deste tipo de construção. (VILARIÑO, 2000).

Nas distribuições internas das edificações habitacionais ainda não se percebe a racionalidade construtiva e ou espacial que foi possível verificar nas edificações comerciais até esta data. Como pode se observar toda a racionalidade na volumetria do Edifício Anchieta não se repete internamente. Não há hierarquia entre as áreas sociais, íntimas e de serviços, o que viria a acontecer anos mais tarde. De qualquer forma, este foi um edifício que chamou a atenção da cidade em publicidades e outras publicações definindo-o como importante contribuição para aspectos de modernidade para a cidade.



Figuras 109, 110 Imagens do antes e depois da área, publicado em Monografia Comemorativa de Campinas de 1955.



IMPLANTAÇÃO

Figura 111
EDIFÍCIO ANCHIETA
 S B MENDES / LIS DA CUNHA
 1946

Além das edificações comerciais e habitacionais encontram-se neste processo de verticalização da área central de Campinas edifícios multifuncionais, ou seja, que contemplam em um mesmo espaço áreas de comércio, serviços e moradias. Este dado demonstra uma visão de área central de intensa atividade e permanência de pessoas. Como exemplo desta idéia pode-se citar a construção da **Galeria Trabulsi**, com projeto de Hoche Segurado realizado em 1948.

Trata-se de edificação que atravessa a quadra ligando a rua Barão de Jaguará, tradicional rua da cidade e a rua Dr. Quirino, garantindo uma permeabilidade importante na cidade. Nos desenhos originais que foram apresentados para a Prefeitura Municipal na solicitação do alvará de execução constavam as lojas na galeria do térreo e mais quatro pavimentos de escritórios divididos em duas torres independentes, cada uma voltada para uma das ruas.

Durante o período de construção foi apresentado um projeto de substituição onde ficou apenas uma torre (para a rua Barão de Jaguará) para escritórios e a outra torre (rua Dr. Quirino) de uso habitacional. Provavelmente, o investidor percebeu as tendências do mercado ou mesmo buscou a garantia de retorno para este tipo de investimento.

Formalmente este edifício não teve muito a acrescentar ao que estava sendo construído na área central. Seu programa, no entanto, traz contribuições sobre o olhar à cidade, demonstrando a compreensão da importância da multifuncionalidade, garantia de maiores usos de seu cotidiano, através de atividades diversas.

Galeria Trabulsi (Misto)

Autoria: **Hoche Segurado**

Local: Rua IBarão de Jaguará, 1022 / Dr. Quirino, 1091

Data: **1948**



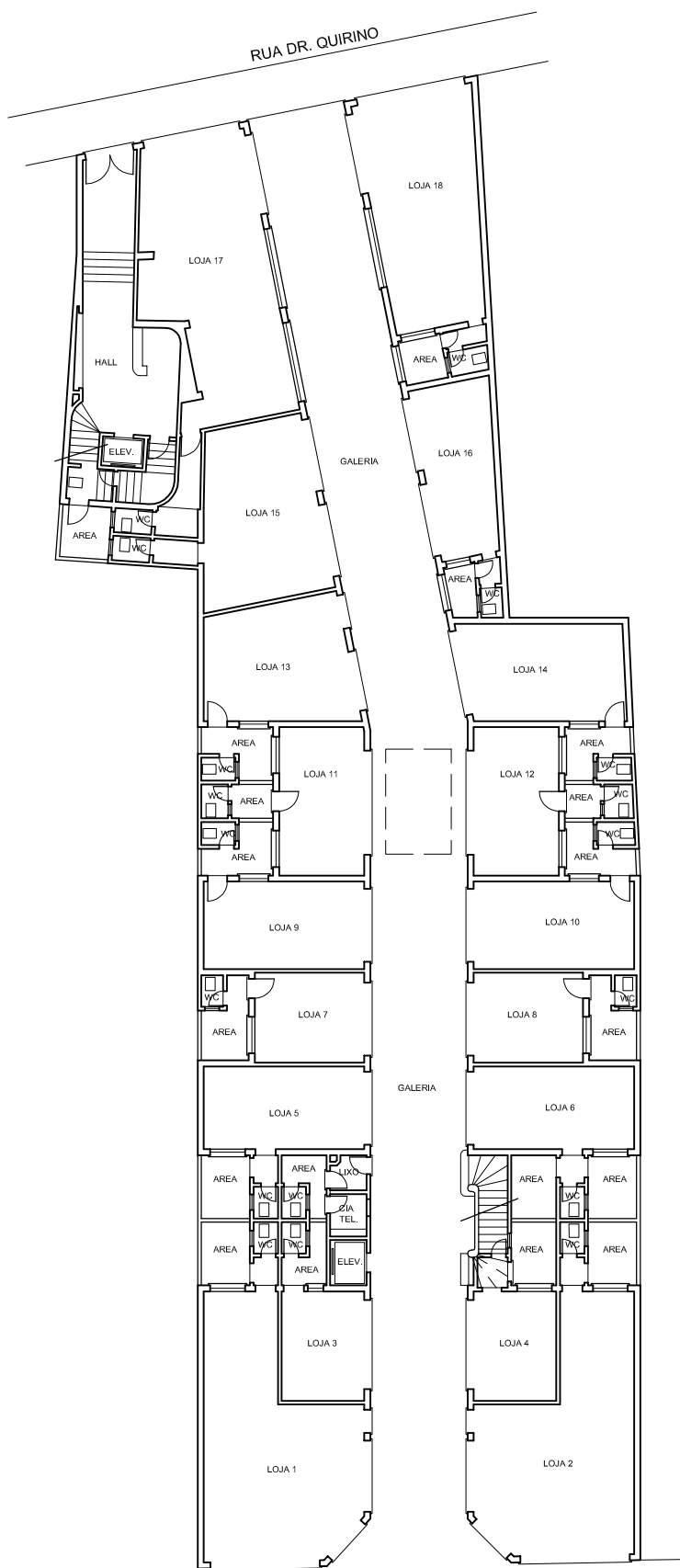
Figura 112 – foto Galeria Trabulsi
Rua Barão de Jaguará
Foto do Autor - 2003

A galeria possui uma diversidade de lojas, garantindo uma maior possibilidade de aproveitamentos. Cabe observar que todas as lojas possuem um quintal externo e banheiros (latrinas) conforme exigia a legislação vigente.

Na torre de habitacional são apresentados apartamentos de dois e três dormitórios, com uma distribuição bastante tortuosa, provavelmente pelo aproveitamento do esquema estrutural definido anteriormente. Também, pelas características do terreno no meio da quadra, foram criados espaços vazios para garantir a iluminação das habitações.

Percebe-se que não houve preocupação com relação a localização dos apartamentos no que se refere a estarem voltados para a fachada. O maior deles, de três dormitórios, está totalmente voltado para os fossos de iluminação sem contato com a rua. Por outro lado, ao analisar a distribuição dos cômodos dentro dos apartamentos já foi possível perceber uma certa hierarquia das funções internas: as áreas íntimas, ou seja, os dormitórios estão localizados em uma galeria desvinculada da área social – sala de entrada.

Na torre de escritórios a percepção é diferente. A distribuição das salas acontece mais ordenadamente e, provavelmente facilitada por estar localizada em um trecho mais regular do terreno, sendo sua organização mais racional. Destaque deve ser dado ao fato de no terceiro pavimento ter sido projetado um salão amplo, possibilitando atividades maiores e eventos coletivos. Este espaço não havia surgido em nenhum outro edifício pesquisado até aquela data, nem mesmo surgiu em posteriores, demonstrando uma visão empresarial bem avançada de seu tempo.



IMPLANTAÇÃO

Figura 113
GALERIA TRABULSI
 HOCHÉ N. SEGURADO
 1948



3º PAVIMENTO
0 1 2 3 4 5
ESCALA GRÁFICA



PAVIMENTO TIPO

Figura 114
GALERIA TRABULSI
HOCHÉ N. SEGURADO

Alguns anos depois, 1952, é projetado por Oscar Niemeyer o **Edifício Residencial Itatiaia**, o mais alto habitacional deste período.

Edifício Itatiaia (Residencial)

Autoria: **Oscar Niemeyer**

Local: Rua Irmã Serafina, 919

Data: **1952**



Figura 116
Detalhe protetores solares



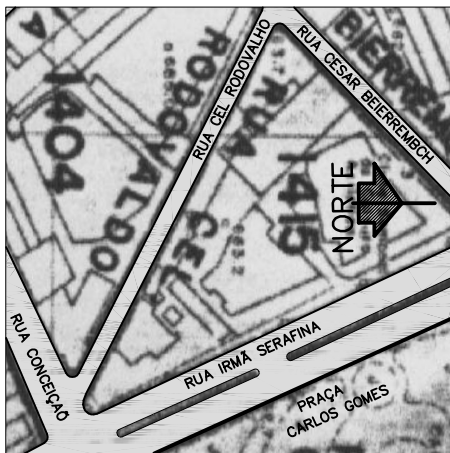
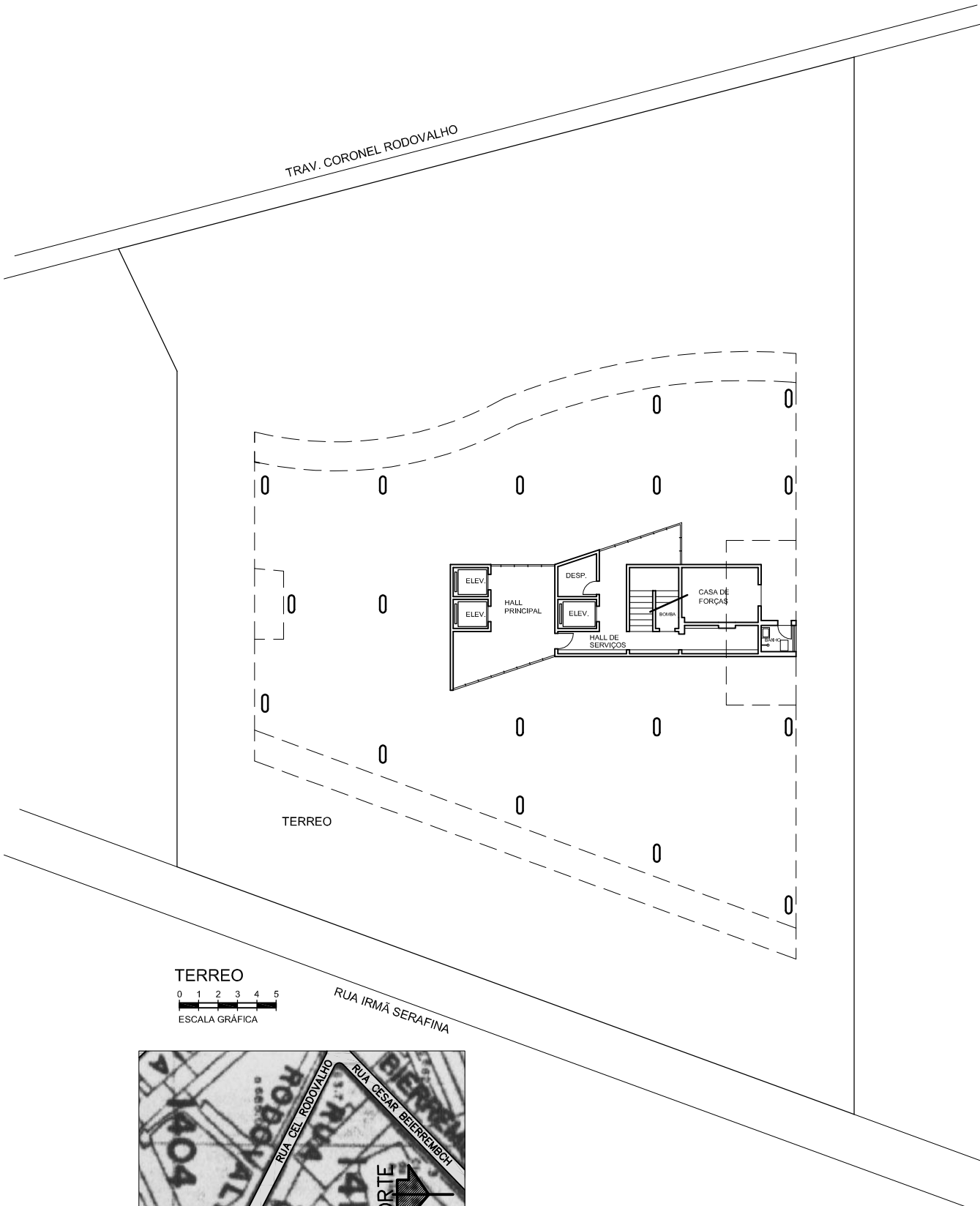
Figura 115
Foto do Autor - 2003

Oscar Niemeyer projeta um edifício habitacional com dezesseis pavimentos que fugiu completamente aos padrões do que foi executado na área central de Campinas. Possuía características do modernismo que praticava, começando pela implantação no lote estando totalmente recuado das divisas, fazendo do prédio foco principal. Deve-se observar que este projeto estava em desacordo como previsto na lei 640 do ano anterior onde previa para construções, a ocupação de toda a frente do lote (Artigo 11º, c-1). O térreo elevado sob pilotis com pilares em formato de “V”, vãos totais nas janelas e colocação de protetores solares externos sobre as aberturas complementam sua volumetria.

As características dos apartamentos também o diferem do que vinha sendo aplicado até então. Nos apartamentos podem ser observadas características modernas para habitação: apartamentos grandes com dois e três dormitórios, a divisão dos setores bem demarcados com a presença de copa e sala de jantar no apartamento maior e acessos independente para social e serviços. Esta presente também a preocupação com alinhamentos bem demarcados e ajustados a estrutura. Fica claro ao se observar este prédio que os investimentos em edifícios habitacionais mudaram o foco, sendo construídos para moradias melhores.

Neste mesmo período o arquiteto desenvolveu o Conjunto Governador Kubitschek (Conjunto JK - 1953) em Belo Horizonte onde também trabalhou esta tipologia com orientação da Arquitetura Modernista. (PASSOS, 1988). Tais características modernistas fizeram deste prédio exemplar único dentre os edifícios da área central, sendo somente retomadas com o projeto do Paço Municipal de Campinas em 1957.

Os construtores responsáveis pela execução da obra foram a Construtora Lix da Cunha e posteriormente Construtora Ruy Novaes.



IMPLANTAÇÃO

Figura 116
EDIFÍCIO ITATIAIA
 OSCAR NIEMEYER
 1952

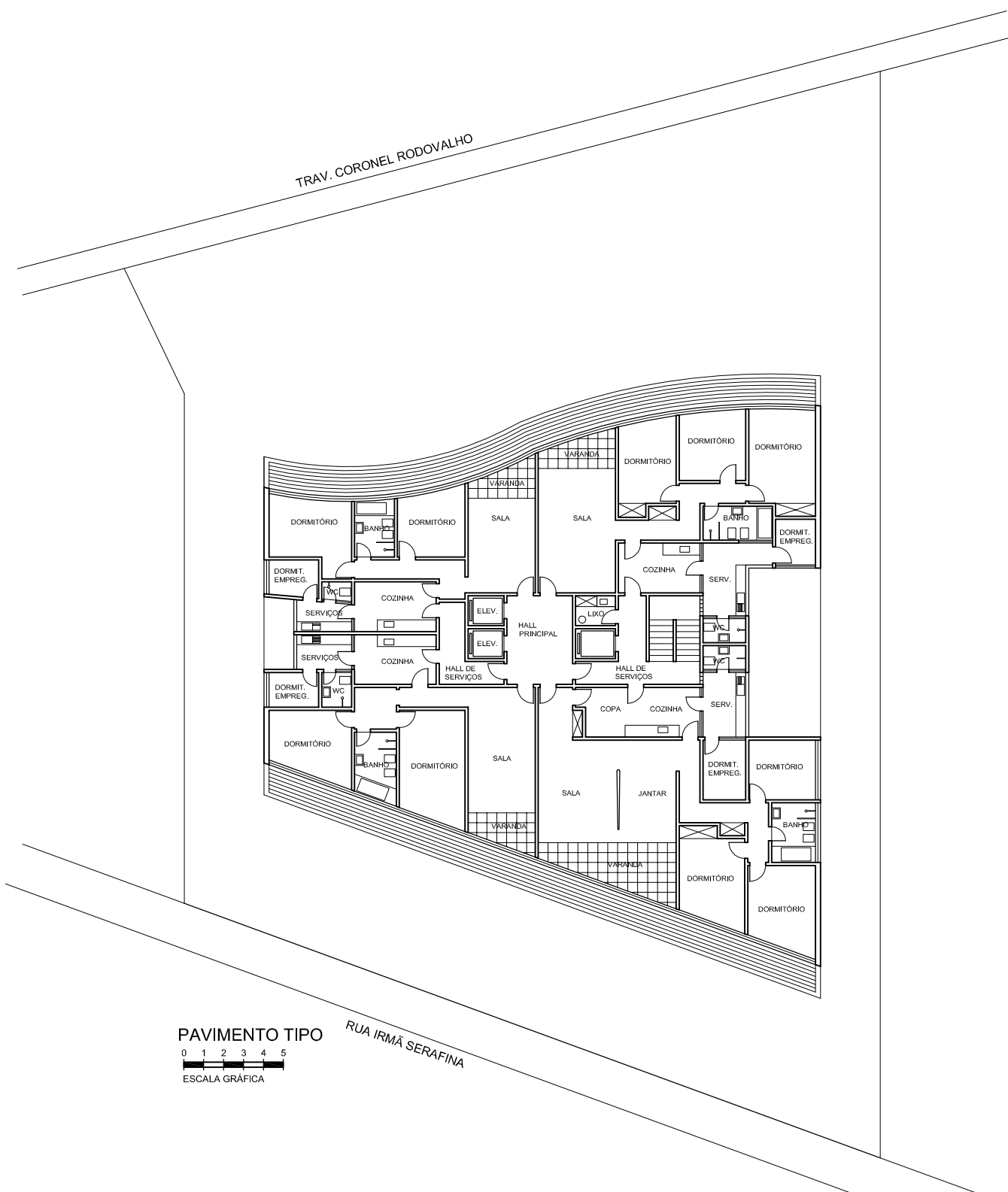


Figura 117
EDIFÍCIO ITATIAIA
 OSCAR NIEMEYER
 1952

A linguagem da arquitetura modernista, apesar do Edifício Itaitaia, não foi aplicada na remodelação da área central de Campinas. Após o final da segunda Guerra Mundial (1946), percebe-se que as edificações começaram a ter as características que poderiam ser chamadas de Protomodernistas. Verificam-se nos prédios a preocupação com a permanência de rua corredor, respeito aos gabaritos vizinhos e com construções nas testadas e divisas dos lotes. A utilização do térreo com lojas, portaria em um plano mais elevado das ruas e revestimentos nobres como mármore e granito nos primeiros pavimentos, também estão presentes, atendendo, inclusive os parâmetros determinados pela lei 640 de 28/12/51 (CAMPINAS, 1951).

Outras características que as diferenciavam das modernistas eram a predominância de cheios sobre vazios, ou seja, as estruturas demarcadas, grandes partes de vedações fechadas e janelas bem definidas e delimitadas.

Um exemplo projetado em 1953 de edifício com as características descritas para o Protomodernismo com predominância de simetria, composição tripartida na vertical, com base, corpo e coroamento, simplificação estrutural e ausência de ornamentação figurativa, preferência por volumes puros e utilização do concreto armado foi o **Edifício Catedral**.

Sua verticalidade foi representativa para a área central da cidade, uma vez que foi construído na Av. Francisco Glicério, esquina com rua Conceição na praça da Catedral. Ocupando toda a testada do lote e com dezesseis pavimentos, sua construção marcou a paisagem demonstrando as alterações visuais em curso na cidade.

Edifício Catedral (Misto)

Autoria: **S.B. Mendes**

Local: Av. Francisco Glicério, 985

Data: **1953**



Figura 118 – Foto Edifício Catedral
Foto do Autor - 2003

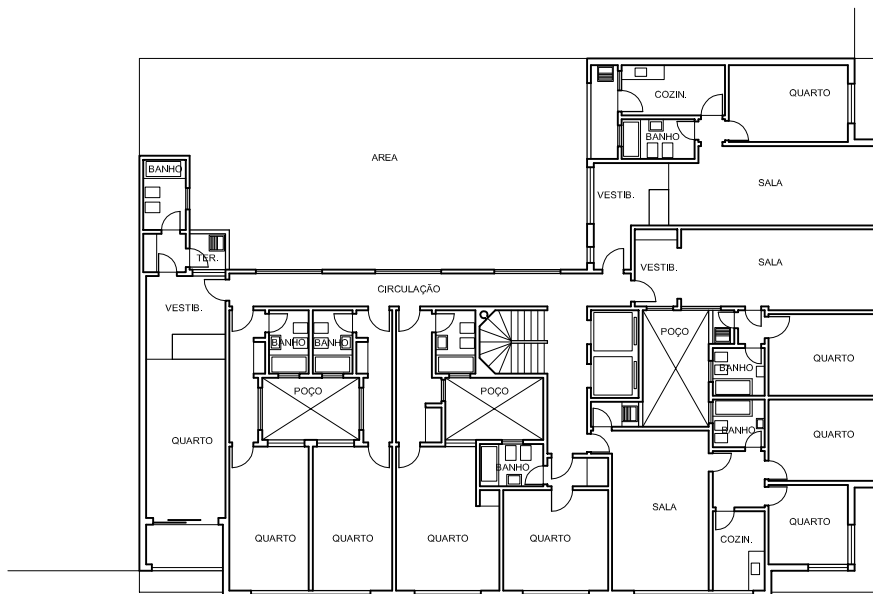
A construção deste edifício foi recebida com euforia na cidade como cita a Monografia editada pela Prefeitura Municipal de Campinas em 1955:

“A evolução se acelera. Grandes edifícios foram levantados na rua Conceição, já alargada..... O local (Largo da Catedral) está profundamente transformado, assinalando a fase da conquista vertical do espaço, que ainda não terminou, como se pode verificar pelas áreas preparadas para novas construções, aliás já iniciadas.” (AMARAL, 1955).

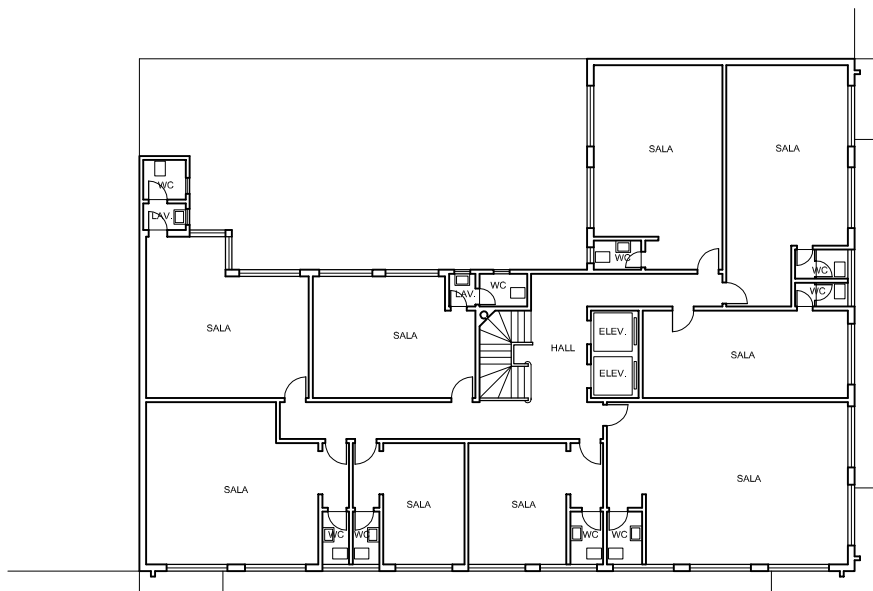
Além da verticalidade, o que deve ser registrado foi o programa adotado. Está presente o que já havia sido sinalizado pela Galeria Trábula, ou seja, a multifuncionalidade que uma edificação poderia adotar. Foram programados para este mesmo edifício lojas no térreo, cinco pavimentos de escritórios e dez pavimentos de moradias, todos em no mesmo corpo, colocando em um único prédio diversas atividades convivendo simultaneamente. Esta diversidade de funções permitiu um resultado formal ao ser demarcada com a volumetria as áreas de comércio, serviços e habitacionais.

Nos apartamentos projetados também percebe-se a amplitude programática e tipológica. Existem quitinetes, apartamentos de um e dois dormitórios convivendo no mesmo pavimento. As unidades habitacionais ainda seguem o raciocínio de serem construídos pequenos apartamentos aumentando as possibilidades de venda e locação. Neste edifício não foram registradas preocupações com garagens, possuindo somente um porão para instalações e serviços.

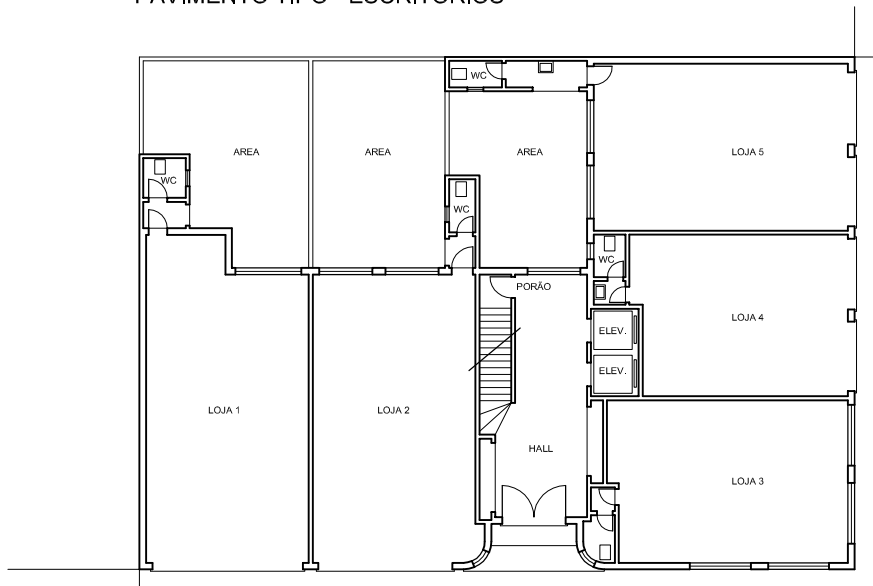
Estruturalmente, o prédio demonstrou maiores cuidados permitindo que as salas comerciais estivessem distribuídas mais racionalmente e sem interferências, fato que também se repete nos espaços destinados ao comércio no pavimento térreo.



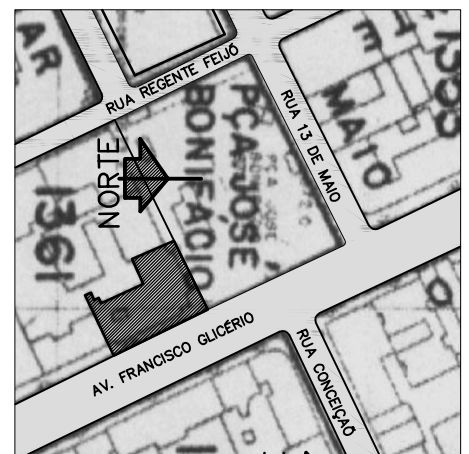
PAVIMENTO TIPO RESIDENCIAL



PAVIMENTO TIPO - ESCRITÓRIOS



TERREO
0 1 2 3 4 5
ESCALA GRÁFICA

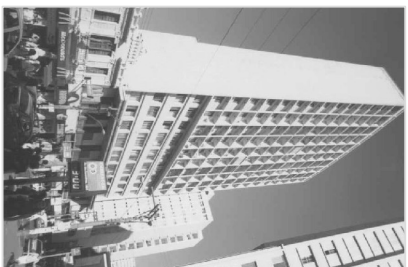


IMPLANTAÇÃO

Figura 119
EDIFÍCIO CATEDRAL
S B MENDES
1953



ED. EST. DE SÃO PAULO
Av. Francisco Góes, 591 /
Avenida das Nações Unidas, 591
Autor: Oscar Niemeyer / Lúcio Costa
Data: 1955



ED. BARÃO RIO BRANCO
R. Gonçalves Dias, 300 /
Avenida Pasteur, 300
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1955



EDIFÍCIO CAMPINAS
R. Curitiba, 300 /
Avenida Pasteur, 300
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1955



EDIFÍCIO IL GUARANI
R. Barão de São Paulo, 300 /
Avenida Pasteur, 300
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1955



EDIFÍCIO COSME
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1955



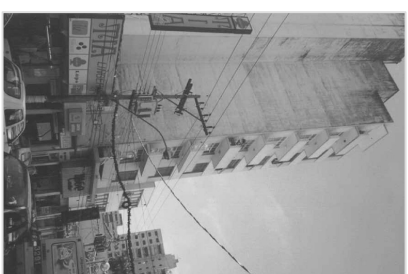
ED. NAIR VALENTE CUNHA
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1955



EDIFÍCIO OURO NEGRO
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1956



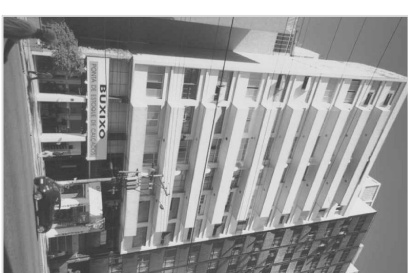
ED. JOSÉ GUERNELLI
ED. MARIA MARIA
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1956



EDIFÍCIO RIVERA
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1956



EDIFÍCIO PARDAL
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1956



ED. FRANCISCO GLICÉRIO
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1956



ED. ANHUMAS / ATIBAIA
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1957



ED. PROGRESSO COM. / PROGRESSO RESID.
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1957



EDIFÍCIO DONA ANTÔNIA
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1957



ED. FELIX DA CUNHA
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1957



EDIFÍCIO AMERICANA
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1957



EDIFÍCIO SÃO LUIS
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1957



ED. HOTEL SAVOY
R. Barão de São Paulo, 200 /
Avenida Pasteur, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1958



EDIFÍCIO DON NERY
Av. Francisco Góes, 1046 /
Avenida das Nações Unidas, 1046
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1958



ED. SILVANO GODOY
Av. General Osório, 80 /
Avenida das Nações Unidas, 80
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1958



EDIFÍCIO OURO VERDE
R. Coronel Rodolfo, 13 /
Avenida das Nações Unidas, 13
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1958



EDIFÍCIO ROMA
Av. Benjamin Constant, 1024 /
Avenida das Nações Unidas, 1024
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1958



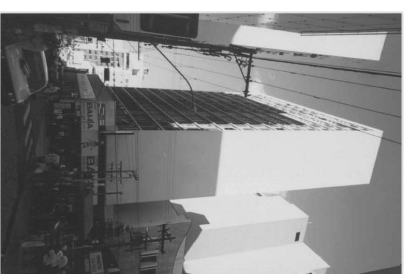
ED. BANLAVOURA
Av. Campos Sales, 204 /
Avenida das Nações Unidas, 204
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1958



EDIFÍCIO GAIVOTA
Av. Torres Alvim, 110 /
Avenida das Nações Unidas, 110
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1958



ED. MIGUEL PASCHOAL
Av. Benjamin Constant, 1133 /
Avenida das Nações Unidas, 1133
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1958



EDIFÍCIO RESIDENCIAL
R. Ferreira Penna, 714 /
Avenida das Nações Unidas, 714
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1958



ED. MARTIA SANTUCCI
R. Ferreira Penna, 714 /
Avenida das Nações Unidas, 714
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1958



EDIFÍCIO ANDES
R. Torres Alvim, 824 /
Avenida das Nações Unidas, 824
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1958



EDIFÍCIO SELAR
R. Costa Aguiar, 200 /
Avenida das Nações Unidas, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1959



ED. 9 DE JULHO
R. Costa Aguiar, 200 /
Avenida das Nações Unidas, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1959



ED. RAQUEL KAPLAN
R. Costa Aguiar, 200 /
Avenida das Nações Unidas, 200
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1959



EDIFÍCIO PRIMAVERA
R. Luzerna, 977 /
Avenida das Nações Unidas, 977
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1959



ED. BENJAMIN CONSTANT
R. Luzerna, 977 /
Avenida das Nações Unidas, 977
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1960



EDIFÍCIO HARMONIA
R. Benjamin Constant, 804 /
Avenida das Nações Unidas, 804
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1960



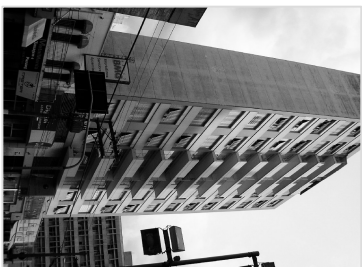
ED. GUILHERME GARGANTINI
R. Benjamin Constant, 804 /
Avenida das Nações Unidas, 804
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1960



EDIFÍCIO DROGASIL
R. Barão de São Paulo, 1121 /
Avenida das Nações Unidas, 1121
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1961



ED. LAUZÍNIO FERREIRA
Av. General Osório, 80 /
Avenida das Nações Unidas, 80
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1961



ED. DONA IZOLUNA
R. Cordeiro, 234 /
Avenida das Nações Unidas, 234
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1961



EDIFÍCIO AMAZONAS
R. Campos Sales, 633 /
Avenida das Nações Unidas, 633
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1961



EDIFÍCIO VITÓRIA
R. Ferreira Penna, 535 /
Avenida das Nações Unidas, 535
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1962



EDIFÍCIO PARANÁ
R. José Paulino, 1168 /
Avenida das Nações Unidas, 1168
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1962



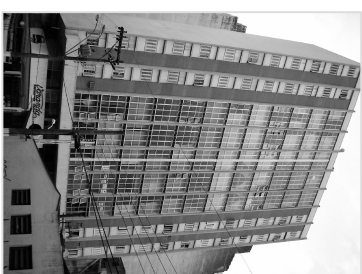
ED. DR. JOÃO PUPO
R. Regente Feijó, 712 /
Avenida das Nações Unidas, 712
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1963



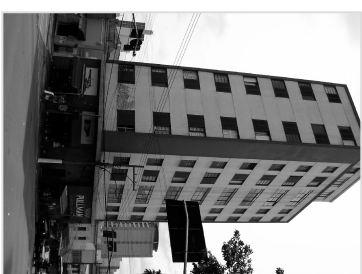
EDIFÍCIO MINAS GERAIS
Av. Campos Sales, 720 /
Avenida das Nações Unidas, 720
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1963



ED. HILÁRIO MAGRO
Av. Benjamin Constant, 7287 /
Avenida das Nações Unidas, 7287
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1963



EDIFÍCIO NINA ROSA
R. Ferreira Penna, 617 /
Avenida das Nações Unidas, 617
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1963



ED. NUNCIO ANTONELLI
Av. Benjamin Constant, 77 /
Avenida das Nações Unidas, 77
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1964



EDIFÍCIO ITAMARATY
Av. Campos Sales, 884 /
Avenida das Nações Unidas, 884
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1964



ED. CIDADE DE CAMPINAS
R. Regente Feijó, 723 /
Avenida das Nações Unidas, 723
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1964



EDIFÍCIO GOIÁS
R. José Paulino, 728 /
Avenida das Nações Unidas, 728
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1964



EDIFÍCIO ZAMA
R. José Paulino, 1244 /
Avenida das Nações Unidas, 1244
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1964



EDIFÍCIO MESBLA
Av. Campos Sales, 715 /
Avenida das Nações Unidas, 715
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1964



EDIFÍCIO FLÓRIDA
R. Ferreira Penna, 874 /
Avenida das Nações Unidas, 874
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1964



EDIFÍCIO MARY ATRÁ
Av. Benjamin Constant, 1465 /
Avenida das Nações Unidas, 1465
Autor: Oscar Niemeyer & Valter
Data: 1964



EDIFÍCIO VERTICAL
Av. Senador Stela, 633 /
Avenida das Nações Unidas, 633
Autor: Oscar Niemeyer
Data: 1964

Este período foi demarcado por grande euforia e mudanças no Brasil e que se refletiram também em Campinas. Tomou posse na Presidência da República Juscelino Kubitschek, um governante incentivador de novas construções. Havia, em seu mandato de governador de Estado de Minas Gerais, construído a Pampulha que passou a ser ícone da arquitetura nacional. Também realizou a mudança da capital nacional para o Planalto Central do país – Brasília (1960).

A arquitetura encontrou espaço para seu desenvolvimento em todo o país. Obras como o Plano Piloto e as edificações realizadas em Brasília que tiveram Lucio Costa e Oscar Niemeyer à frente, os projetos e obras do Aterro do Flamengo e Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro de Affonso Eduardo Reidy entre 1954 e 1959, o projeto do Conjunto Nacional em São Paulo de David Libeskind em 1955 e o projeto do Museu de Artes Moderna de São Paulo (MASP) de Lina Bo Bardi em 1958, são alguns exemplos de obras deste período.

Em Campinas ocorreu esta mesma efervescência nacional. Toma posse como Prefeito Municipal Ruy Novaes (1956/1959) que deu grande impulso às transformações urbanas. Intensificou a aplicação do Plano de Melhoramentos com desapropriações e demolições por toda a área central. Realizou também em 1957, concurso público de projetos para nova sede para a Prefeitura Municipal que foi construída e inaugurado em sua outra administração (1964/1968). Com este edifício, a administração municipal, a exemplo da nacional, assume como linguagem das edificações públicas a arquitetura modernista com sua implantação isolada no lote, seus pilotis com pé direito duplo, lajes planas e torre central revestida com protetores solares.

Neste período, ainda foi registrada a aprovação de outro Código de Obras pela Lei nº 1993 de janeiro de 1959, dando novas diretrizes para a área central (Zona C1).

A transformação da paisagem da área central continuou com maior intensidade e de forma acelerada. Seguindo o exemplo do Edifício Catedral, foi projetado o **Edifício Barão de Rio Branco**, com vinte pavimentos e também um programa multifuncional.

Edifício Barão do Rio Branco (Misto)

Autoria: **Construtora Monetta & Valbety**

Local: Av. Francisco Glicério, 980

Data: **1955**



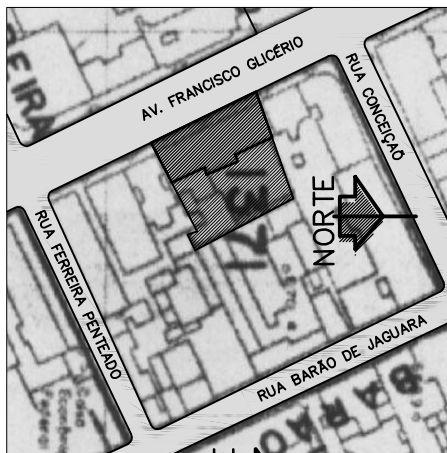
Figura 120 – Edifício Barão do Rio Branco
Foto do Autor - 2003

Este edifício chama a atenção por novamente possuir um programa multifuncional. Percebe-se neste período o entendimento da possibilidade de estar agrupando em um mesmo prédio funções distintas como comércio, serviços e moradias. Tal tipo de empreendimento não estava alinhavado com o pensamento racionalista de setorização e zoneamento defendido pelos preceitos modernistas. Trata-se de uma visão antecipada de cidade afinada com os pensamentos da arquitetura contemporânea discutidos a partir do final do século XX.

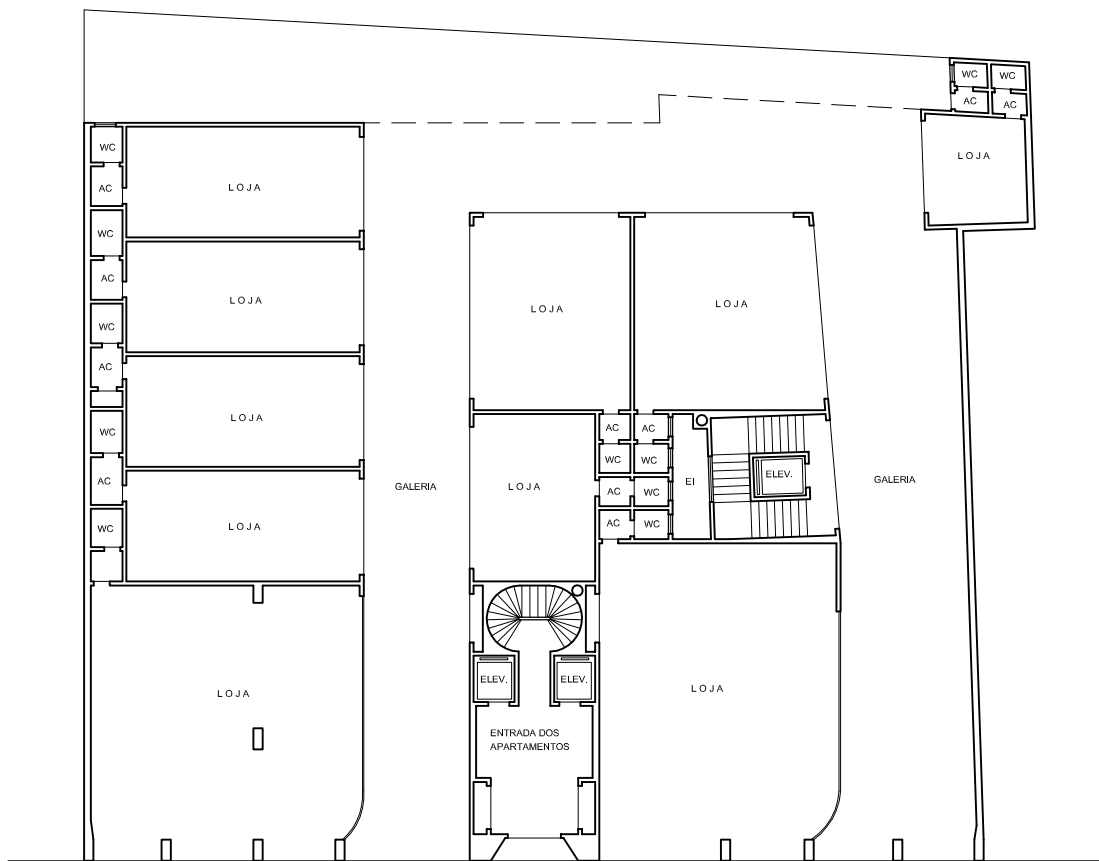
Apesar de estar localizado no meio da quadra, foi projetada uma galeria de loja pela qual se dá o acesso para os pavimentos de escritório, deixando preservada, com acesso direto da avenida, a entrada dos apartamentos.

Fica claro na volumetria da fachada a distribuição das atividades: comércio no térreo, serviços nos próximos quatro pavimentos e habitações nos demais. Para as moradias foram previstos apartamentos de um e dois dormitórios e na distribuição, tanto dos apartamentos quanto dos escritórios, a existência de um eixo central com uma simetria a partir da circulação vertical, demonstrando uma preocupação com a racionalidade construtiva que estava sendo utilizada neste período. Há, no entanto, distinção entre apartamentos frente-fundo, evidenciada pela abertura da sala para a varanda ou área de serviço, reproduzindo a lógica das habitações unifamiliares térreas.

Registra-se que, em meados da década de 50, vários edifícios foram projetados para abrigar conjuntamente serviços e habitações. Este tipo de programa foi desenvolvido ou em uma única torre como, por exemplo, os Edifícios Catedral e Barão do Rio Branco onde alguns pavimentos foram destinados a escritórios e outros para residências, ou divididos em dois setores ou blocos distintos com entradas independentes.



IMPLANTAÇÃO



PAVIMENTO TERREO



ESCALA GRÁFICA

AVENIDA FRANCISCO GLICÉRIO

Figura 121
EDIFÍCIO BARÃO DO RIO BRANCO
 MONETA & VALBERTY
 1955



PAVIMENTO TIPO RESIDENCIAL



PAVIMENTO TIPO - ESCRITÓRIOS



Figura 122

EDIFÍCIO BARÃO DO RIO BRANCO

Ainda como exemplos de edifícios mistos, dois deles foram construídos no ponto central do Plano de Melhoramentos Urbanos, a Praça Visconde de Indaiatuba e disputaram a supremacia de mais alto prédio de Campinas no período. Tratam-se dos **Ed. José Guernelli/Edifício Angela Marta** e **Ed. Anhumas/Ed. Atibaia**.

Edifício José Guernelli e Edifício Angela Marta (Misto)

Autoria: **Luiz Marcelino Guernelli**

Local: Av. General Osório, 1081 / Av. Francisco Glicério, 1228

Data: **1956**



Figura 123 – Edifício José Guernelli / Ângela Marta
Foto do Autor - 2003

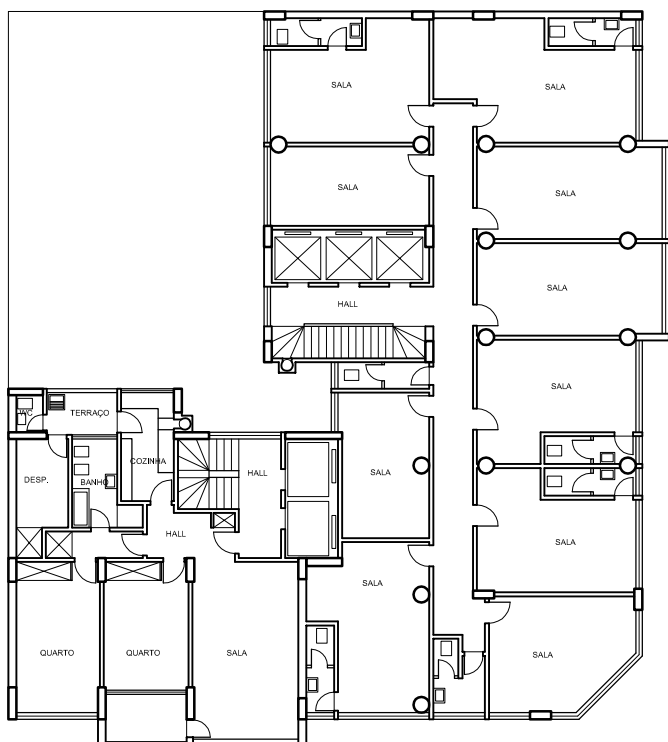
Com um bloco sólido sem ornamentações a não ser volumes ressaltados, este edifício possui salas comerciais voltadas para a R. General Osório como o nome de Edifício José Guernelli, e apartamentos voltados para a Av. Francisco Glicério com a denominação de Edifício Ângela Marta.

O processo de aprovação apresentado à Prefeitura Municipal foi substituído para uma adequação feita no térreo como pode ser percebido pelo seu desenho. Como funcionou uma agência bancária ocupando toda a esquina, provavelmente o espaço comercial precisou ser aumentado, fazendo com que a entrada comercial acontecesse pela parte posterior. No projeto original estavam previstas três lojas neste piso e a entrada comercial estava ligada diretamente à rua.

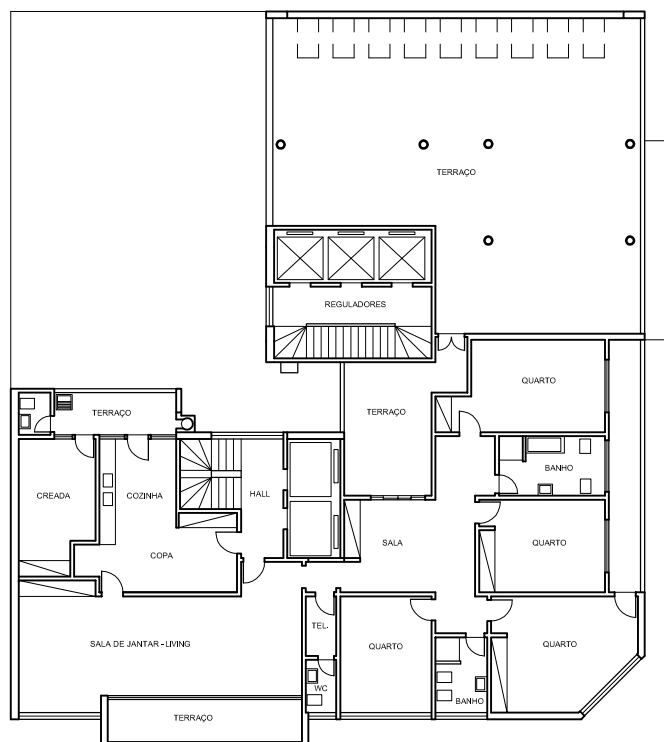
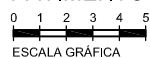
Nos pavimentos superiores estão localizados salas comerciais de tamanhos variados de um lado e um apartamento residencial por andar do outro. Em entrevista com familiar do proprietário Sr. José Guernelli, constatou-se que a intenção foi a de construir o edifício para moradia da família.

Os apartamentos possuem sala de estar com terraço, cozinha, dois dormitórios, banheiro e área de serviços acrescido de dormitório de empregada, uma novidade para as edificações construídas até então. Isto demonstra que habitações verticalizadas passaram a ter outra característica diversa daquela para aluguéis ou mesmo moradias temporárias. Este fato é acentuado ao se verificar a existência de um apartamento de cobertura no vigésimo primeiro andar, constando com duas salas, sala de jantar, lavabo com área para telefone, copa/cozinha, quatro dormitórios, dois banheiros, área de serviços com dormitório de empregada, além de amplo terraço com vista para o centro da cidade.

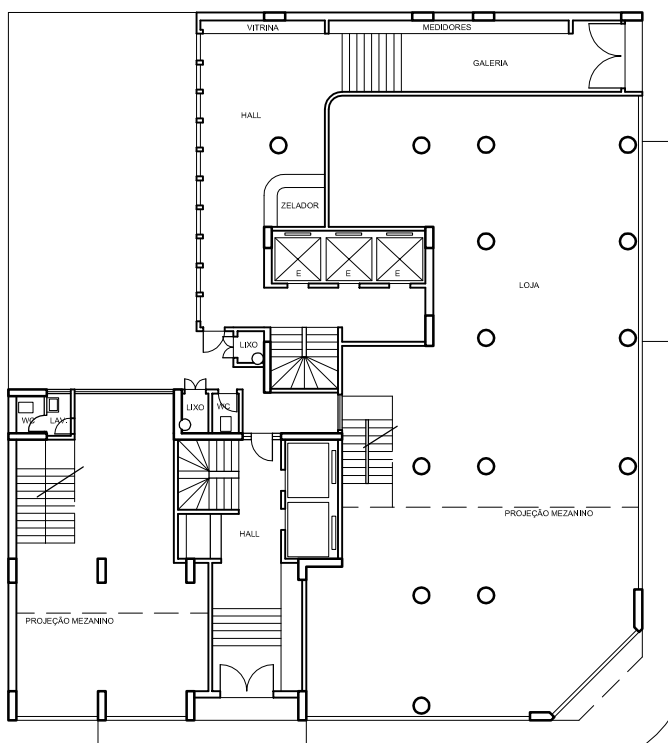
Tal empreendimento demonstra o interesse de morar na área central aproveitando a infraestrutura urbana existente e sinaliza a nova tendência de tipologia para a classe de alta renda.



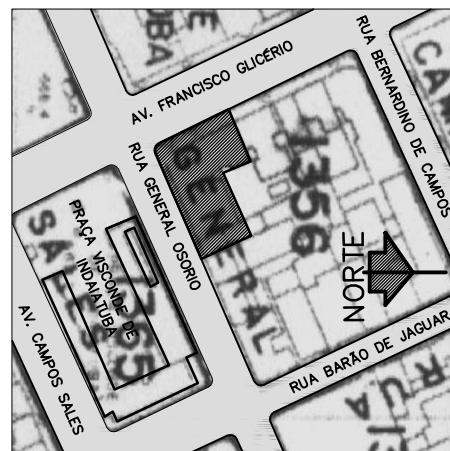
PAVIMENTO TIPO (1º ao 20º)



PAVIMENTO COBERTURA 21º PAVIMENTO



TERREO



IMPLANTAÇÃO

Figura 124
EDIFÍCIO JOSÉ GUERNELLI
LUIZ MARCELINO GUERNELLI
1956

Competindo com O Ed. José Guernelli, do outro lado da praça Visconde de Indaiatuba, o Edifício Anhumas/Atibaia foi projetado por Plínio Crosse em 1957 para o Banco Hipotecário Brasileiro como dois edifícios em um único processo de aprovação junto a Prefeitura Municipal. Trata-se do **Edifício Anhumas**, comercial com entrada pela Av. Campos Sales e **Edifício Atibaia** com acesso pela Av. Francisco Glicério.

Edifício Anhumas e Edifício Atibaia (Misto)

Autoria: **Plínio Crossi**

Local: Av. Campos Sales, 890 / Av. Francisco Glicério, 1121

Data: **1957**



Figura 125 – Edifício Anhumas / Atibaia
Foto do Autor - 2003

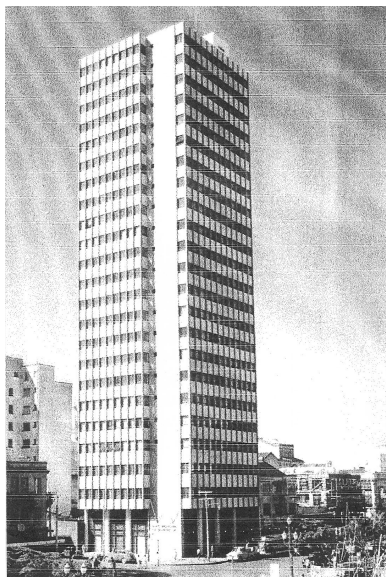


Figura 126
Construção parcial do projeto.

Os dois programas do projeto formaram um único conjunto por terem a mesma linguagem e acabamentos arquitetônicos. Até mesmo estruturalmente foram projetados independentemente, uma vez que foram construídos separadamente e em tempos diferentes (figura 126).

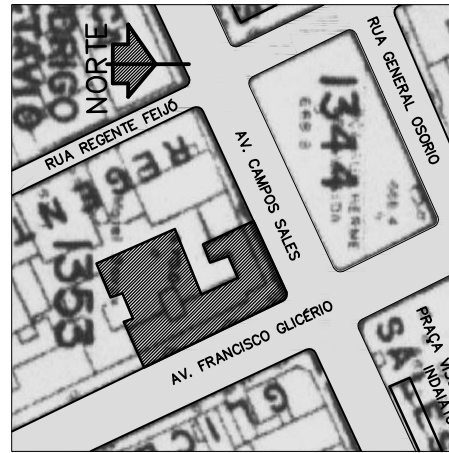
O Edifício Anhumas foi um marco no período de sua construção, sendo divulgado em jornais, revistas comemorativas e guias da cidade:

“Magnífico bloco arquitetônico de propriedade do Banco Hipotecário Lar Brasileiro S. A. - sede própria da Agência de Campinas – compreendendo sub-solo, térreo, 2 sobre lojas e 140 conjuntos de escritórios, consultórios médicos e dentário. Situado no Largo do Rosário, na confluência das Av. Dr. Campos Sales e Francisco Glicério. O orgulho da cidade de Campinas, traduzindo a pujança, o espírito de arrojo, o alto nível de cultura e progresso que atingiu a Princesa D’Oeste”. (GUIA BANYAN DE CAMPINAS, 1959).

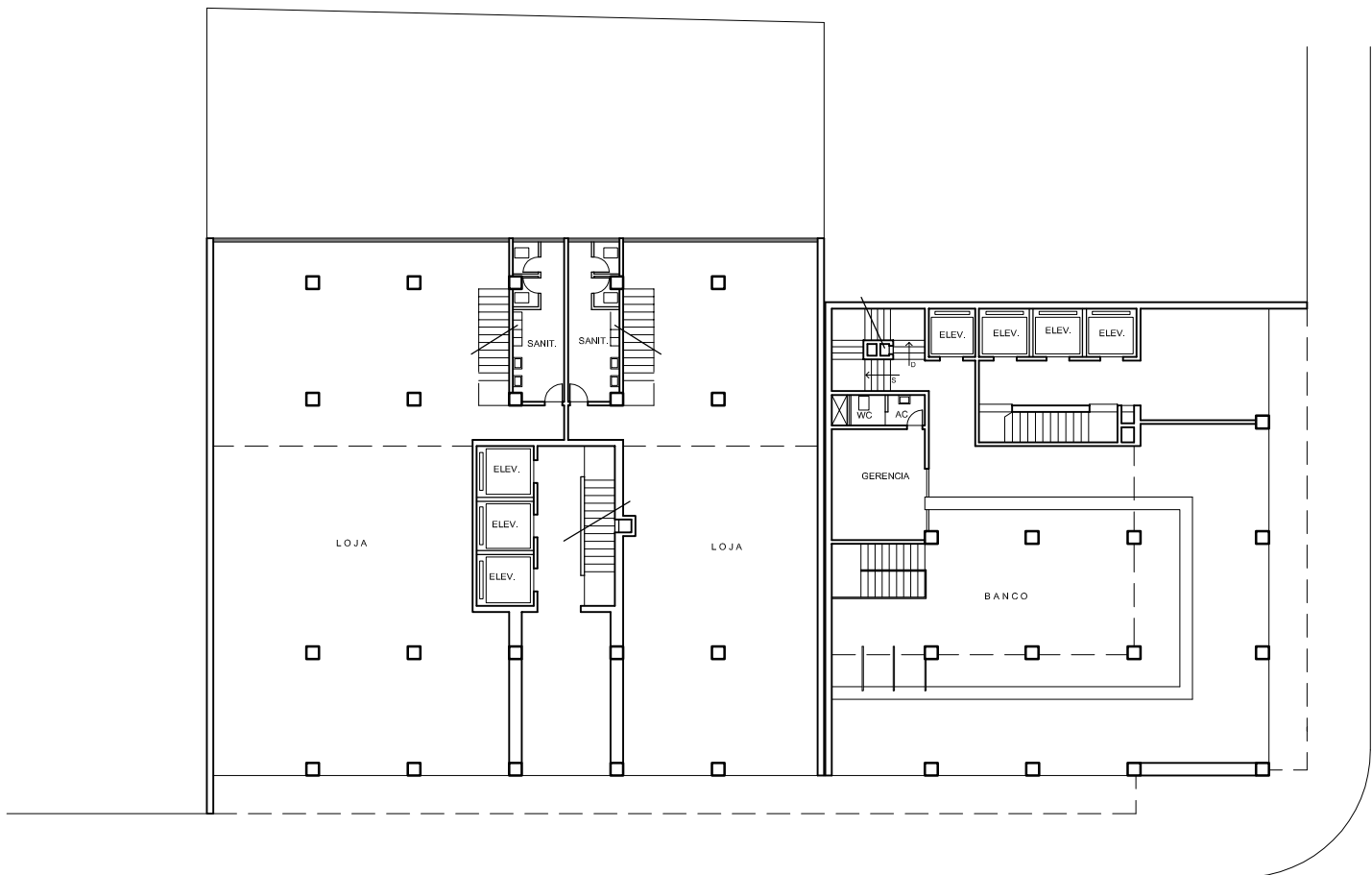
Ao analisar os desenhos do projeto percebe-se o rigor estrutural e a simetria na distribuição utilizada, com rebatimentos a partir de um eixo na busca por apartamentos iguais e padronizados. A modulação se repete em todos os vinte e dois pavimentos formando, do bloco, a imagem de ordem, organização e racionalidade.

Na esquina mais importante dos eixos traçados pelo Plano de Melhoramentos foi instalado o banco investidor do empreendimento. Para o banco ficou destinado a agencia no térreo e mezanino, constando ainda com sub-solo onde se localizaram os vestiários dos funcionários.

Nos pavimentos dos apartamentos foram programadas cinco unidades por andar sendo quatro de dois dormitórios e um de um dormitório. Percebe-se a simetria e distribuição setorizadas para as diversas funções e a racionalidade espacial desenvolvida para as moradias.



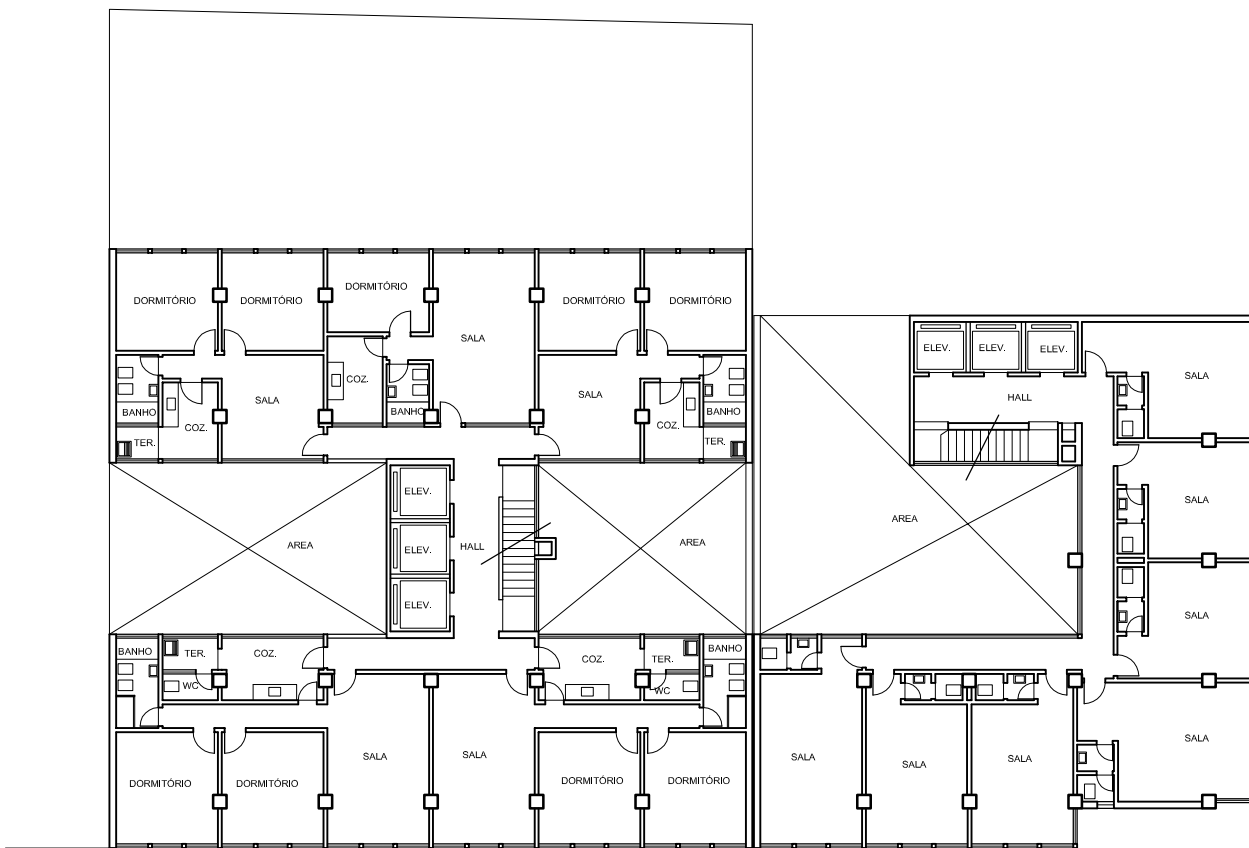
IMPLANTAÇÃO



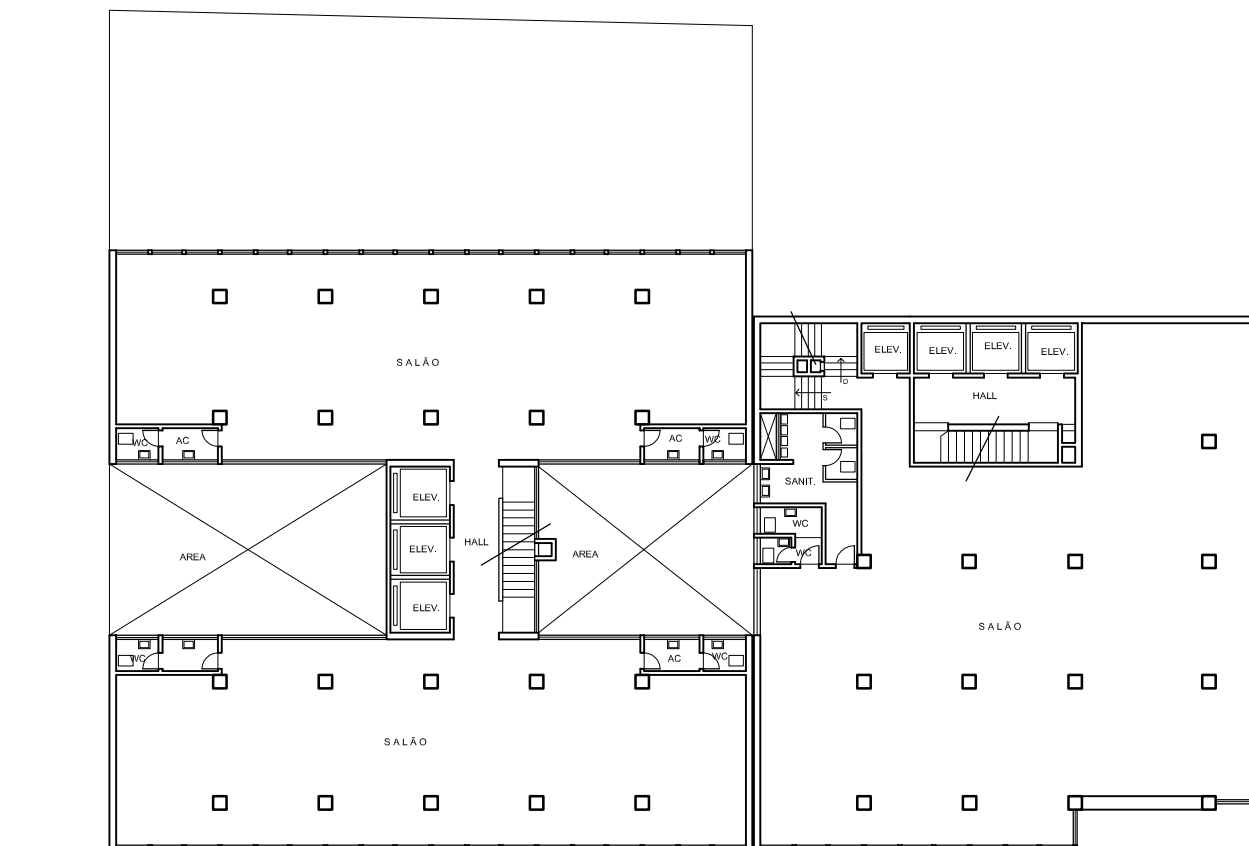
PAVIMENTO TERREO



Figura 127
EDIFÍCIO ANHUMAS
PLÍNIO CROSSI
1957



PAVIMENTO TIPO



3º PAVIMENTO - SALÃO



Figura 128
EDIFÍCIO ANHÚMAS
PLÍNIO CROSSI
1957

A partir de dezembro de 1959 os projetos passaram a ser aprovado por legislação regida por novo Código de Obras e Urbanismo do Município de Campinas. Para observar os projetos desenvolvidos sob o Código de Obras de 1959, foi selecionado edifício mais alto exclusivamente residencial, projetado até 1964.

Edifício Vertical (Residencial)

Autoria: **Construtora José Steimberg**

Local: Av. Senador Saraiva, 633

Data: **1964**



Figura 129 – Edifício Vertical
Foto do Autor - 2003

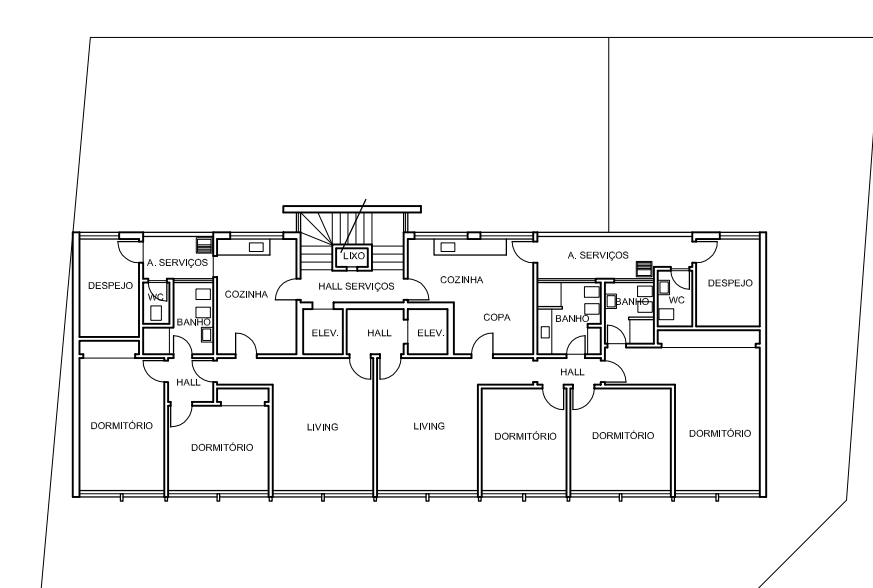
Seguindo as orientações do Código de Obras de 1959, para conseguir mais altura valeu-se da fórmula: $H(\text{altura}) = 1,5 \times L(\text{largura da avenida}) + 2,5 \times r(\text{recuo dos andares superiores})$. Desta maneira, possui térreo e mezanino para áreas comerciais e torre recuada para habitações.

Edificações monofuncionais passam a ser os realizadas nos empreendimentos e os habitacionais adquiriram programas diferenciados. Neste caso, surgiram as áreas de lazer anexadas ao prédio como salões de festas, sala de brinquedos e pátios sociais, revelando uma preocupação de auto suficiência com relação à cidade. Foram presentes também espaços destinados à guarda de veículos surgindo as garagens em sub-solos.

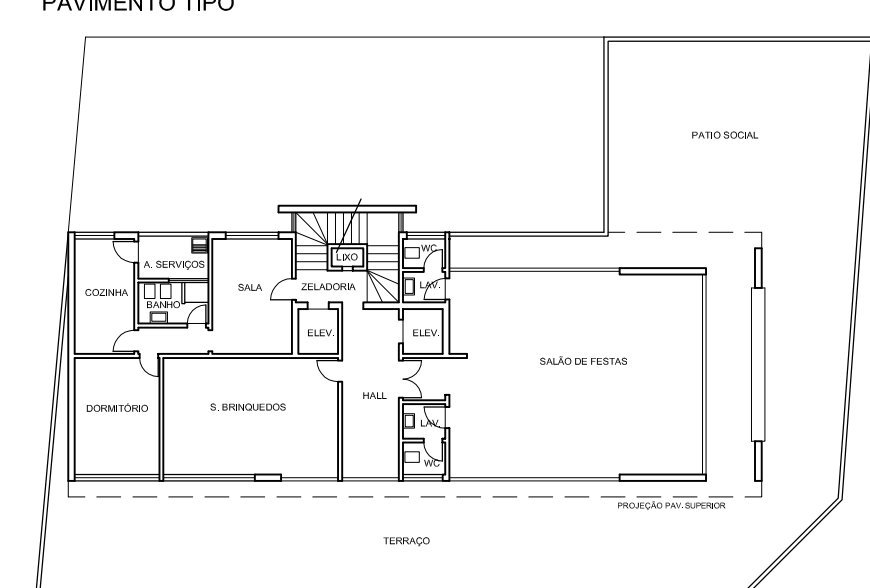
Se firmando com espaço de moradia para camadas mais abastadas financeiramente, viu-se apartamentos com a completa separação das funções sociais, íntimas e de serviços. A sala de estar passou a receber o nome de “living” no intuito de enobrecimento do imóvel, *hall* íntimo para a distribuição dos dormitórios e banheiros, um dos apartamentos contendo dormitório com banheiro exclusivo (o que viria a ser chamado posteriormente de “suítes”), circulações sociais e de serviços distintas e a presença de um cômodo denominado despejo junto à área de serviços, o que provavelmente foi o dormitório de empregados, confirmando a classe social a que se destinou este empreendimento.

Para o Edifício Vertical foram projetados dois apartamentos por andar sendo um com dois dormitórios e outro com três, configurando as habitações verticalizadas como reflexo das construídas horizontalmente.

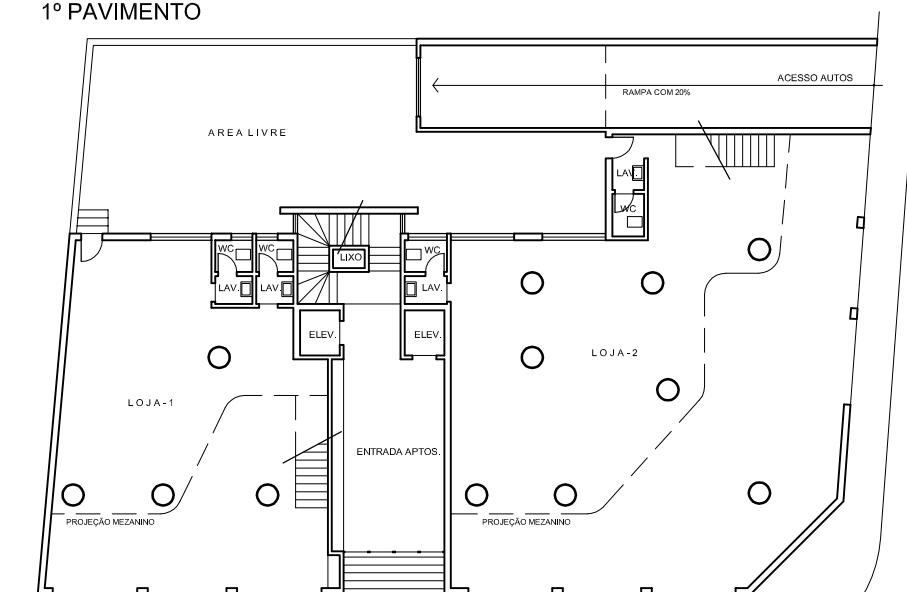
A racionalização construtiva é observada pela simetria e modulações utilizadas na distribuição dos espaços dentro do apartamento, sendo seu eixo central a circulação vertical.



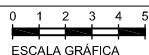
PAVIMENTO TIPO



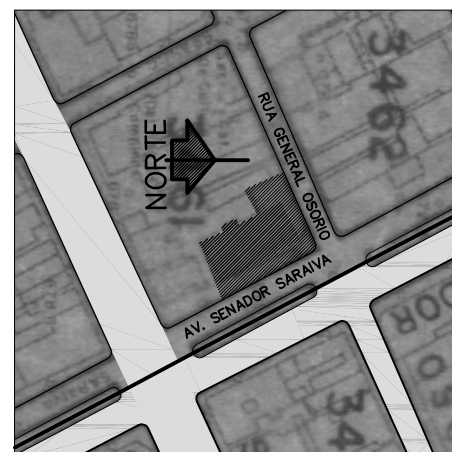
1º PAVIMENTO



TERREO



AVENIDA SENADOR SARAIVA



IMPLANTAÇÃO

Figura 130
EDIFÍCIO VERTICAL
CONSTR. JOSÉ STEIMBERG
1964

O **edifício comercial mais alto** do período (1964), o **Edifício Mesbla** foi programado somente para esta atividade. Com terreno localizado em ponto central de Campinas, praticamente junto a praça Visconde de Indaiatuba, possui frente para duas vias de circulação – Avenida Campos Sales e Rua General Osório.

Edifício Mesbla (Comercial)

Autoria: **Alberto A. Nassralla**

Local: Av. Campos Sales, 715

Data: **1964**



Figura 131 – Edifício Mesbla
Foto do Autor - 2003

Assim com o Edifício Vertical, foi projetado uma base com lojas e sobre lojas comerciais ocupando toda a extensão do lote e pavimentos superiores com corpo central para escritórios, recuando das divisas frontais, possibilitando atingir maiores alturas.

A transposição entre duas ruas lembra a mesma situação da Galeria Trabulsi projetada em 1948, porém o tratamento adotado foi diferente. Se naquela ocasião a permeabilidade urbana foi contemplada, este projeto não utilizou a implantação com esta mesma preocupação, ficando restrito a loja que ocorre em vários pavimentos. Esta postura acusa outra visão de ocupação e vivência urbana, restringindo-se a atender as necessidades comerciais do empreendimento.

Já não se encontram as preocupações com as relações das edificações vizinhas para definições de alturas e composição da rua, mesmo por que este item não estava mais presente no Código de Obras como esteve nos anteriores. Isto fez com que aparecessem empenas cegas altas na paisagem urbana.

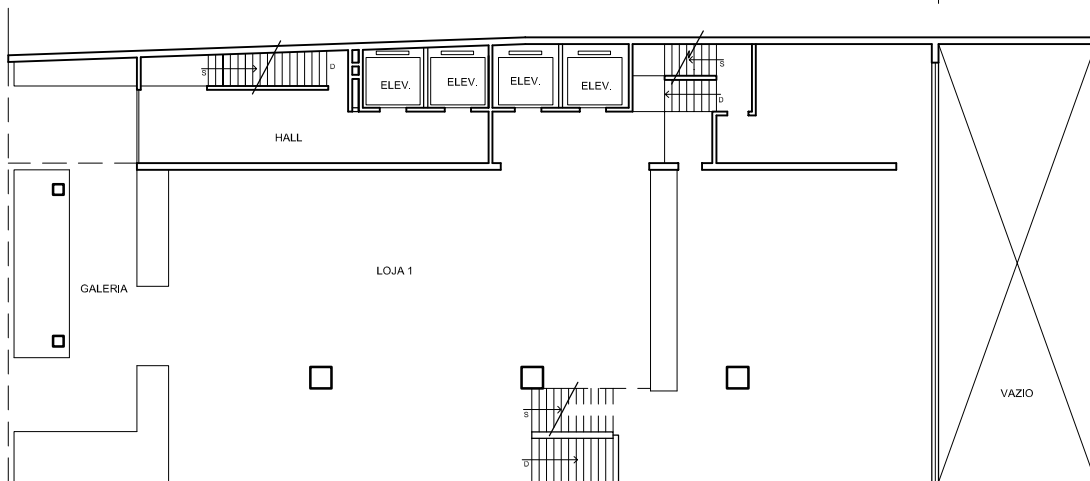
O acesso aos escritórios ficou independente, localizada para a Avenida Campos Sales, mais privilegiada comercialmente, utilizando a galeria de vitrines da loja para passagem até seu *hall* de entrada.

Os escritórios seguem uma distribuição simétrica, buscando atender a uma estrutura racional facilitando a execução da edificação e viabilizando de forma mais comercial o empreendimento.



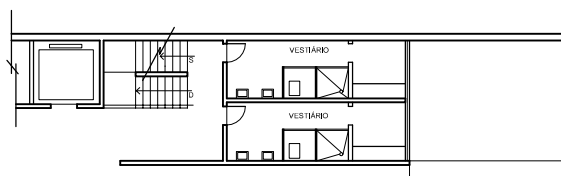
IMPLANTAÇÃO

AV. CAMPOS SALES

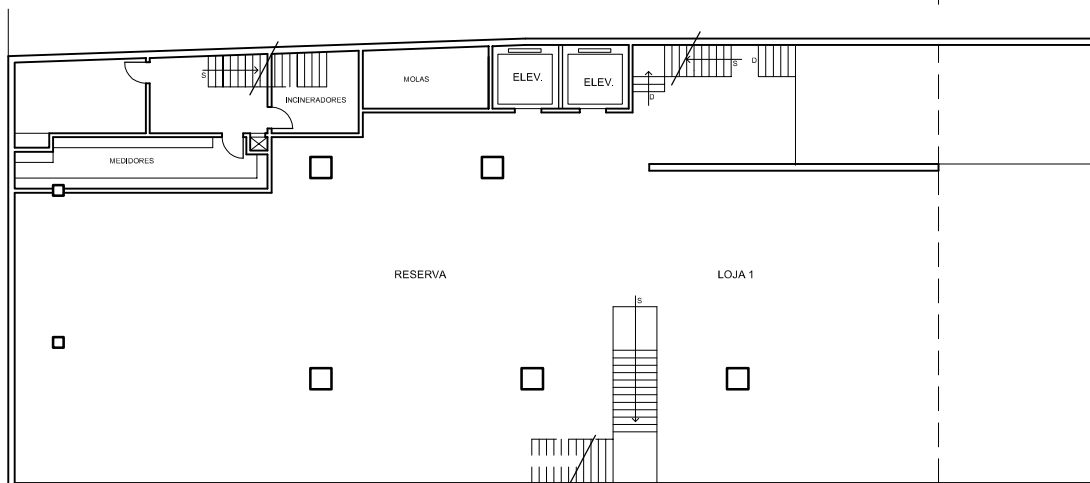


RUA GENERAL OSÓRIO

PAVIMENTO TERREO - AV. CAMPOS SALES



AV. CAMPOS SALES



RUA GENERAL OSÓRIO

PAVIMENTO TERREO - R. GENERAL OSÓRIO

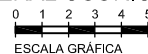
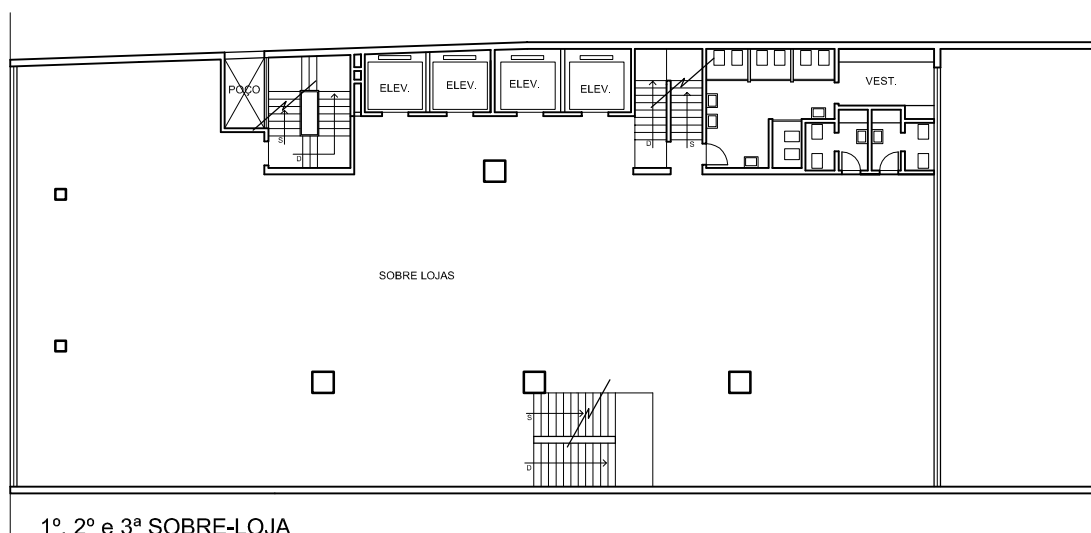


Figura 132
EDIFÍCIO MESBLA
ALBERTO A. NASRRALA
1964

AV. CAMPOS SALES



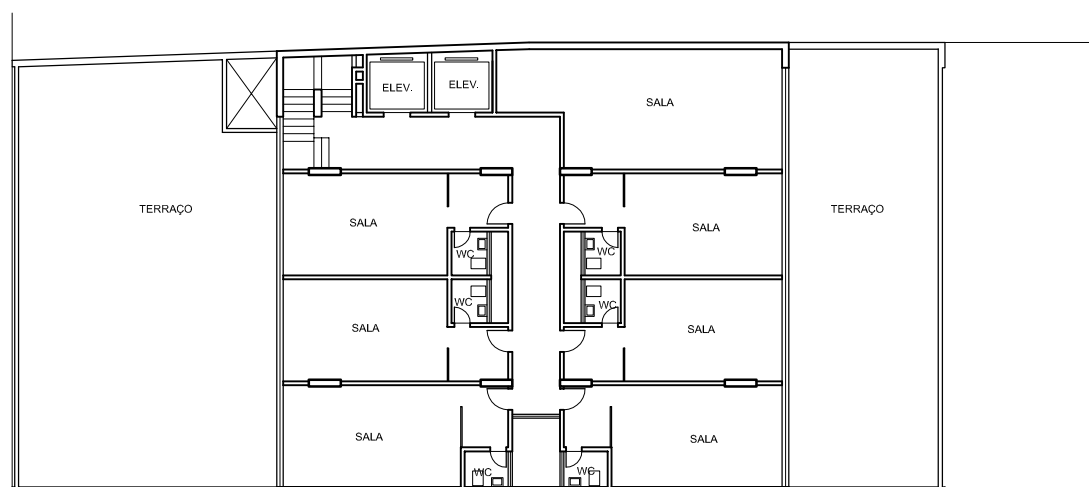
RUA GENERAL OSÓRIO

1º, 2º e 3ª SOBRE-LOJA



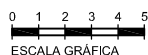
ESCALA GRÁFICA

AV. CAMPOS SALES



RUA GENERAL OSÓRIO

PAVIMENTO TIPO - ESCRITÓRIOS



ESCALA GRÁFICA

Figura 133
EDIFÍCIO MESBLA
ALBERTO A. NASRRALA
1964

O exemplo deste dois últimos edifícios (Ed. Vertical e Ed. Mesbla) mostra que uma nova fase do processo de verticalização da área central de Campinas esteve em curso. Conforme o levantamento, a quantidade de edificações foi reduzindo a partir deste período analisado, principalmente pelo processo de verticalização estar ocupando outras áreas da cidade. A região da Avenida Julio de Mesquita e bairro Cambuí, opostas a barreira da estrada de ferro, foram cenário para edificações residenciais para classes sociais mais ricas. Ao longo das principais avenidas com Francisco Glicério, Moraes Sales, Anchieta na área mais central, foram construídos edifícios com caráter predominantemente comercial. Também as novas centralidades da cidade e zonas periféricas foram os caminhos para os investimentos imobiliários.

Edificações como imagem de modernidade a ser implantada em Campinas já não era o mais importante para a cidade. Seu centro estava consolidado, com as alterações programadas e com avenidas principais emolduradas de edifícios verticais como uma cidade moderna e desenvolvida. O monofuncionalismo, a racionalização construtiva, e a valorização da imagem empresarial passaram a ser as características desenvolvidas a partir de então.

Após 1964 com o Golpe Militar no Brasil, nova organização política passa a dirigir o país e, como ocorreu em 1930 com a substituição da oligarquia agrícola pela industrial, outros interesses políticos e econômicos passaram a ter prioridades. Em Campinas, nos anos seguintes, continuaram os investimentos imobiliários na área central, sem necessariamente seguir alguma lógica ou projeto pré-estabelecido, concluindo a imagem que hoje possui o centro da cidade de Campinas.



EDIFÍCIO
R. 15 de Maio, 725
Autor: Oswaldo Perinotto de Freitas
Data: 1965



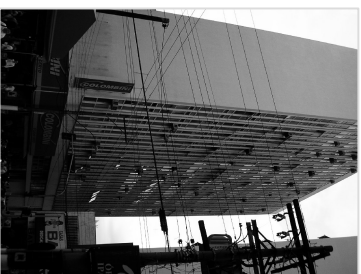
EDIFÍCIO ESKALA
Rua 1 de Maio, 523
Autor: Carlos Mendes & Valbert
Data: 1965



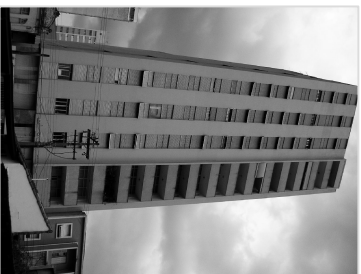
EDIFÍCIO FINASA
R. Barão de Jaguara, 123
Autor: Carlos Mendes & Valbert
Data: 1965



ED. CARLOS GERIN
R. Barão de Jaguara, 7127
Autor: Const. S.B. Mendes
Data: 1965



ED. BANCO SÃO PAULO
R. Barão de Jaguara, 7127
Autor: Arquim F. de Araújo
Data: 1965



EDIFÍCIO TOCANTINS
R. Ferreira F. Mendes, 504
Autor: Carlos Mendes
Data: 1965



EDIFÍCIO CAMPINEIRO
R. Campineiro, 80
Autor: Carlos Mendes
Data: 1965



EDIFÍCIO RUI BARBOSA
R. José Maria, 675
Autor: Milton Luiz Antomelli
Data: 1966



EDIFÍCIO AMAPÁ
R. Barreira, 504
Autor: Umberto Aveniente
Data: 1966



EDIFÍCIO JANGADA
Av. Benjamin Constant, 1023
Autor: Milton H. G. Pacheco
Data: 1966



ED. ANGELO JOSÉ VICENTE
R. João Paulo, 123
Autor: Oswaldo Perinotto de Freitas
Data: 1967



EDIFÍCIO TABATINGA
Av. Francisco Pinheiro, 1328
Autor: Oswaldo Perinotto de Freitas
Data: 1968



ED. MARIS E ROSIRIS
R. Dr. Quirino, 534
Autor: Eng. C. T. Edgner
Data: 1971



EDIFÍCIO JARANDI
R. Dr. Quirino, 1007
Autor: Const. Edison Barreto
Data: 1972



EDIFÍCIO MIRANTE
Av. Moraes Sales, 528
Autor: Carlos Mendes
Data: 1973



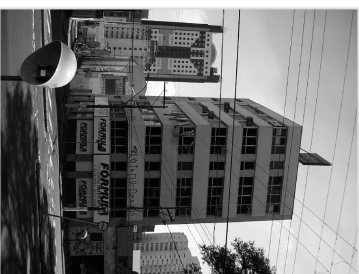
EDIFÍCIO UNIBANCO
R. General Osório, 1041
Autor: Const. Lix da Cunha
Data: 1975



ED. GUAPORÉ
R. Irina Serefinia, 657
Autor: Aldo Ruiz Zappalini/Const.
Perinotto de Freitas
Data: 1975



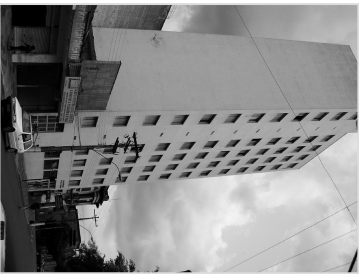
ED. HOTEL CAMPINAS
R. Irina Serefinia, 710
Autor: Renato Alves Correia
Data: 1976



ED. ANTÔNIO S. PEREIRA
R. Lúcia, 794
Autor: Umberto Aveniente
Data: 1978



EDIFÍCIO JANDALA
R. Dr. Quirino, 979
Autor: Armando M. G. Pacheco
Data: 1978



ED. SIZEMANO PINHEIRO
Av. Carlos Sales, 720
Autor: Const. Perinotto de Freitas
Data: 1978



ED. FERREIRA PENTEADO
R. Ferreira Penteadado, 890
Autor: Jurell Jones
Data: 1958



EDIFÍCIO CITIBANK
Av. Moraes Sales, 771
Autor: Ronaldo Nêé
Data: 1981



ED. SEBASTIÃO RUIZ
Av. Benjamin Constant, 1308
Autor: Francisco Antônio G. Zoldan
Data: 1981



EDIFÍCIO NOÊMIA
R. General Osório, 1233
Autor: Hélio Litzardi
Data: 1981



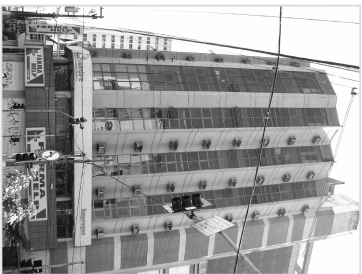
EDIFÍCIO GIBRALTAR
R. Col. Bello, 288
Autor: BBRing e Construção
Data: 1981



EDIFÍCIO MODELO
R. Resgate Papo, 1034
Autor: BBRing e Construção
Data: 1982



EDIFÍCIO CONVÍVIO
R. José de Alencar, 741
Autor: BBRing e Construção Ltda
Data: 1982



ED. PORTO ALEGRE
Av. Moraes Sales, 637
Autor: Constant Eng. e Com. Ltda
Data: 1983



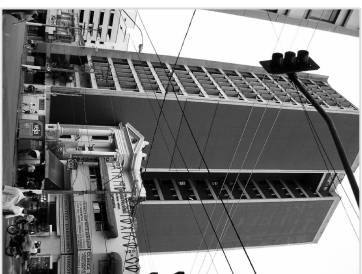
ED. COLÉGIO EVOLUÇÃO
R. General Osório, 807
Autor: Roberto Bulfin
Data: 1983



EDIFÍCIO SADA JORGE
R. Irina Serefinia, 853
Autor: João Souza Coelho Filho
Data: 1983



ED. SHOPPING JARAGUÁ
R. Cornélio, 233
Autor: Eng. J. J. J. J.
Data: 1985



ED. INDEPENDÊNCIA
Av. Moraes Sales, 532
Autor: Alberto A. Nasralla
Data: 1986



EDIFÍCIO C&A
R. 13 de Maio, 520
Autor: Renato Visconti
Data: 1986



EDIFÍCIO RENNER
R. Costa Aguiar, 600
Autor: José Carlos Morato
Data: 1991



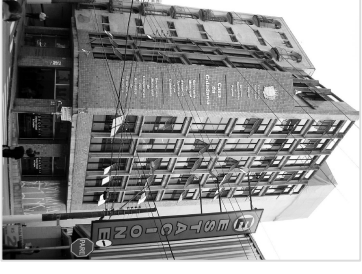
EDIFÍCIO HSBC
Av. Francisco Gilardo, 860
Autor: Const. Lix da Cunha
Data: 1991



ED. CASA ADVOGADOS
Av. Moraes Sales, 560
Documentação não encontrada



PALÁCIO DA JUSTIÇA
R. Cornélio, 150
Documentação não encontrada



ED. CASA DA CIDADANIA
R. Ferreira Penteadado, 890
Documentação não encontrada



ED. IRINA SEREFINIA
R. Irina Serefinia, 885
(Obra inacabada)
Documentação não encontrada

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XX surgiram propostas para a remodelação da imagem da cidade de Campinas com o intuito de transformá-la de uma cidade agrícola para uma moderna e industrial, com largas avenidas e prédios altos (o automóvel e o arranha-céu). O Plano de Melhoramentos Urbanos (aprovado em 1938) deu as diretrizes para o alargamento de ruas e avenidas e as legislações para construções possibilitaram e incentivaram o processo de verticalização. Como o alvo das reformulações foi a área central, este trabalho procurou verificar como e quais edificações surgiram para contribuir com este intento.

As alterações urbanas solicitadas desde as observações sobre o centro da cidade feita por Carlos William Stevenson (STEVENSON, 1933), ocorreram ao longo do século XX, sendo as reformas e edificações em execução, constantemente valorizadas pela imprensa local. (CARPINTERO, 1996). Acredita-se que a existência de Comissões de Urbanismo formadas por dirigentes e empresários locais tenham sido responsável pela implantação do Plano, independente das alterações políticas ocorridas em todo o período.

Com esta pesquisa foi possível verificar os empreendimentos feitos em edifícios habitacionais, comerciais e multifuncionais, refletindo a maneira de como foi entendida a cidade, suas relações e imagem urbana e como as soluções construtivas e programáticas evoluíram incorporando as inovações modernas e racionais do construir, morar e trabalhar no centro da cidade.

No primeiro período analisado - **1935/1944**, ainda com poucos edifícios construídos provavelmente pelas dificuldades impostas pela guerra, pode-se considerar de experimentos e afirmação desta tipologia verticalizada. São construídos edifícios de escritórios interligados entre

si e apartamentos pequenos como quitinetes, um e no máximo dois dormitórios possibilitando as múltiplas possibilidades de uso. Mesmo nas substituições dos projetos nos processos de aprovação junto a Prefeitura Municipal, demonstraram a incerteza quanto aos investimentos que estavam sendo feitos.

Pelas características dos poucos edifícios habitacionais construídos neste período verifica-se que, para Campinas, a intenção não foi a de substituir a casa convencional, mas sim atingir um público de trabalhadores dos escritórios centrais ou pequenas famílias.

As características formais adotadas neste período são de uma volumetria moderna de linhas Dèco sem ornamentações, mas preocupados com ressaltos em suas fachadas e esquinas demarcadas através de curvas e volumetria diferenciada.

Para o período de **1945-1954** o processo de verticalização se consolidou na área central. Um significativo número de edificações comerciais e residenciais foram construídos confirmando a vocação do centro da cidade como local de trabalho e moradia.

A ocorrência de prédios habitacionais foi maior do que os comerciais. O surgimento do Edifício Itatiaia (1952) entre tantos outros, muda a característica dos edifícios habitacionais que passaram a atender famílias de outras classes sociais, verificado pelas suas dimensões e programas.

As edificações destinadas a serviços também se firmaram e acusou-se o surgimento de edificações de uso misto. Programa iniciado com a Galeria Trabulsi (1948) e com o Edifício Catedral (1953) demonstra o pensamento de ser unificado em uma mesma edificação comércio, moradias e serviços, transformando-os em espaços multifuncionais.

Nos edifícios construídos a partir deste período verificou-se a presença em suas fachadas de volumes sólidos e definidos, demonstrando a

presença de uma estrutura mais racional. Se as características do Modernismo já estavam divulgadas através de obras públicas e empreendimentos em outras cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, em Campinas não foi a utilizada. Provavelmente por possuir terrenos pequenos, fruto de uma urbanização antiga ou mesmo de sobras dos alargamentos das ruas e avenidas, e pelas legislações municipais que previa a utilização do térreo para comércio com edificações em toda a frente do lote, percebe-se a presença de obras com características chamadas de Protomodernistas.

Entre **1955 e 1964** foi o período de maior intensidade na verticalização da área central. Seguindo a euforia e desenvolvimento nacional do período da administração Juscelino Kubitschek e a intensificação das reformas urbanas impostas pelo prefeito Ruy Novaes, verificou-se a intensificação do número de edificações na área, sendo as habitações o maior alvo dos investimentos.

Neste período, intensificaram-se o surgimento de edificações com uso misto. Existem exemplos de edifícios que são divididos nos primeiros pavimentos escritórios e nos últimos são residências e outros em que são destinadas umas partes do bloco para cada atividade. Os acessos foram previstos em portarias distintas conforme previa a legislação vigente (diferente do ocorrido com o Edifício Catedral), o que não os descaracteriza como mistos, uma vez que fazem parte do mesmo processo de aprovação.

A ocorrência deste tipo de investimento, a despeito de suas intenções modernizadoras e econômicas, demonstra uma visão de cidade próxima as do urbanismo defendido por Jane Jacobs (JACOBS, 2000), onde a coexistência de diversas atividades permitiria presença de pessoas em horários diferentes, proporcionando uma “urbanidade” na cidade. Diverso das separações urbanas por setores e zonas distintas para comércio, lazer, moradia e trabalho aplicados em anos

posteriores, a ocorrência de atividades múltiplas foi, neste período, incentivada.

No período **pós 1964**, com as reformas na estrutura urbana previstas no Plano de Melhoramentos consolidadas, outras características foram aplicadas para as edificações construídas na área central. Acredita-se que o objetivo inicial havia sido alcançado e, a partir da promulgação do Código de Obras de 1959, as edificações passaram a atender mais às necessidades de investimentos econômicos do que gerarem uma imagem de modernidade para a cidade. Após este período, como se pode perceber pelo levantamento executado, diminuiu progressivamente a quantidade de obras verticalizadas que passaram a ter outras áreas da cidade como interesse e prática.

A área central de Campinas foi, em boa parte do século XX, um canteiro de obras para implantação da imagem do urbanismo moderno. A intenção de ordenação da malha urbana e substituição de suas edificações vinculadas a um passado agrícola foram realizadas. Comércio, serviços e moradia são ativos, distinguindo-o de outras cidades com suas áreas centrais degradadas. A elite campineira através das Comissões de Urbanismo, impôs seus planos e intenções de recuperar a imagem de Campinas como cidade moderna e progressista, superando a estagnação provocada nos períodos de febre amarela do início do século. É fato que toda a intervenção ocorreu especificamente na área central, desconsiderando a cidade da maioria da população que ficou às margens deste perímetro.

Valendo-se da experiência desta reforma urbana aplicada em Campinas, evidencia-se a importância da organização e participação da sociedade em Comissões de Base das Comunidades, assim como foram as Comissões de Urbanismo da elite campineira nas decisões dos rumos desejados para a cidade.

A cidade de Campinas se desenvolveu tornando-se sede da Região Metropolitana, e com isto o surgimento de todos os problemas urbanos decorrentes de seu crescimento e, apesar da base urbanística inicial realizada por meio do Plano de Melhoramentos Urbanos, Campinas não mais se organizou estruturalmente na mesma proporção de sua diversidade cultural, organizacional ou econômica. Torna-se necessário buscar “*legitimar uma idéia de cidade plurarista (multifuncional, multicultural, etc)*”, reconhecendo na cidade as “*novas estruturas urbanas*” para buscar uma melhor condição de vida na cidade para seus cidadãos (MEDRANO, 2004), possibilitando assim realizar melhorias urbanas necessárias que contemplem os diversos interesses e culturas de cada centralidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paulo Raposo; CÂMARA, Andréa Dornelas. Uma outra cultura da Modernidade. **AU - Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 11, p. 73-77, dezembro/1993-janeiro/1994.

AMARAL, Plínio do. **Campinas – Monografia**. Editada sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Campinas 1955. São Paulo: Habitat Editora Ltda, 1955.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Do Universalismo Moderno ao Regionalismo Pós Crítico. In: CARDOSO, Luís Antônio Fernandes e OLIVEIRA, Olívia Fernandes (org.). **(Re)Discutindo o modernismo: Universidade e Diversidade do Movimento Moderno em Arquitetura e Urbanismo no Brasil**. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1997.

BADARÒ, Ricardo de Souza Campos. **O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas 1934-1962**. São Carlos: USP, 1986. Tese (Mestrado) – Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1986.

BENEVOLO, Leonardo. **Historia da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Decretos e Atos promulgados durante o ano de 1931**. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1932.

_____. **Decretos e Atos promulgados durante o ano de 1934**. Campinas: Typographia da Casa Mascotte, 1935 a.

_____. **Código de Construções - “Separata” do Código de Posturas Municipais**. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1935 b.

_____. **Decretos e Atos, Leis e Resoluções da Prefeitura e da Câmara Municipal de Campinas, promulgados durante o ano de 1936**. Campinas: Typ. Paulista, 1937.

_____. **Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas no exercício de 1939**. Campinas: Casa Livro Azul, 1941.

_____. Lei 640 de 1951. Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas. **Encartes da Prefeitura Municipal de Campinas do exercício de 1951**, Campinas: Oficinas Gráficas da Empresa Jornalística "A Tribuna", 1951.

_____. Lei n. 1993, de 29 de janeiro de 1959. **Código de Obras e Urbanismo do Município de Campinas**. Campinas, 1962.

CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Momento de Ruptura: As Transformações de Campinas na década dos 50**. Campinas: Centro de Memória (Coleção Campiniana).– UNICAMP, 1996.

CONDE, Luiz Paulo Fernandez. Art Dèco: Modernidade antes do Movimento Moderno. In: SEMINARIO INTERNACIONAL ART DÈCO NA AMÉRICA LATINA, 1º, 1997, Rio de Janeiro. **Art Dèco na América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/SMU, 1997.

CONDE, Luiz Paulo Fernandez. Protomodernismo em Copacabana. **AU - Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 16, p. 68-75, fevereiro/março 1988.

CORREIO POPULAR. Uma Elegante e Moderna Residência. Campinas: Jornal Correio Popular 12 de Outubro de 1934.

_____. A Primeira Exposição de Arquitetura Moderna. Campinas: Jornal Correio Popular 18 de Junho de 1949.

_____. Encarte Especial: Campinas século XX - 100 anos de história. Campinas: editor Mario Evangelista, 11 de fevereiro de 2000.

DE FUSCO, Renato. **Historia de la Arquitectura Contemporânea**. Madrid: Hermann Blume Ediciones, 1981.

FOLHA DA MANHÃ. O Concurso do Paço Municipal de Campinas. São Paulo: Jornal Folha da Manhã, 27 de Outubro de 1957.

GUIA BANYAN DE CAMPINAS. n. 4. São Paulo: Sociedade Impressora Brasileira, 1959.

GUIMARÃES, Alair Malta. **Campinas em 1954**. Publicado pela Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas: Oficinas Gráficas “A Tribuna”, 1954.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEME, Maria Cristina da Silva. A Formação do Pensamento Urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: _____. **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LIMA, Siomara Barbosa. **Os jardins de Campinas - O surgimento de uma nova cidade**. Campinas: FAU-PUCCampinas, 2000. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.

MAIA, Francisco Prestes. Exposição Preliminar. In: **Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1934**. Anexo 2. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda, 1936.

_____. Relatório do Dr. Francisco Prestes Maia – Rascunho de exposição preliminar. In: **Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935**. Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda, 1938.

MATOS, Odilon Nogueira. Campinas: das origens até 1930. In: **Campinas de Ontem e de Hoje**. Campinas: Empresas Lix da Cunha, 1988.

MEDRANO, Leandro. **Novas Estruturas Urbanas**. Rio de Janeiro: Revista Acervo, v. 17, n. 01, 2004. Disponível em: <http://www.la2.com.br/textos/Novas_Estruturas_Urbanas.pdf>. Acesso em 20 dez. 2006.

MELLO, Anhaia Luis. O Master Plan. In: CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Decretos e Atos promulgados durante o ano de 1931**. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1932, p15.

MENDES, José de Castro. **Efemérides Campineiras: 1739 – 1960**. Campinas: Ed. Palmeiras, 1963.

MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. **Carmo, Rosário e Catedral: Três Grandes Campineiros – histórias e mapas de viajantes**. Campinas: FAU-PUCCampinas, 2001. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2001.

REVISTA COMEMORATIVA do Bicentenário de Campinas. Campinas: Tipografia Comercial Ltda, 1939.

SAMPAIO, Antonio Heliodorio Lima. A Ideologia do Movimento Moderno e a Cidade. In: CARDOSO, Luís Antônio Fernandes e OLIVEIRA, Olívia Fernandes (org.). **(Re)discutindo o modernismo: Universidade e Diversidade do Movimento Moderno em Arquitetura e Urbanismo no Brasil**. Salvador: mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1997.

SANTOS, Antônio da Costa. **Compra e Venda de Terra e Água e um Tombamento na Primeira Sesmaria**. São Paulo: USP, 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SEGAWA, HUGO. **Arquitetura no Brasil 1900 - 1990**. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. Uma Trajetória Dinâmica: Campinas de 1930 aos dias atuais. In: **Campinas de Ontem e de Hoje**. Campinas: Empresas Lix da Cunha, 1988.

SILVA, Kleber Pinto. **A Cidade, uma Região, o Sistema de Saúde**: Para uma história da saúde e da Urbanização em Campinas. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 1996.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo: USP, 1997.

STEVENSON, Carlos Willian. **Conferência a cerca do Urbanismo na cidade de Campinas**. In: CONFERÊNCIA NO ROTARY CLUBE DE CAMPINAS, 1933, Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1934.

TIETZ, Jurgen. **Historia da Arquitetura do século XX**. Colônia: Konemann, 2.000.

VILARIÑO, Maria do Carmo. **Habitação Verticalizada na Cidade de São Paulo dos anos 30 aos 80 – Investigação Acerca da Contribuição dos Arquitetos Modernos ao Tema**. São Paulo: FAU-USP, 2000. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BENEVOLO, Leonardo. **Introdução a Arquitetura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

BRUAN, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

CAMPOS NETO, Candido Malta. **Os Rumos da Cidade: Urbanismo e Modernidade em São Paulo**. São Paulo: USP, 1999. Tese Doutorado em Arquitetura - Faculdade Arquitetura e Urbanismo, USP, 1999.

CARPINTERO, Marisa Varanda. **Em busca da imagem: cidade e o seu figurino**. Campinas: UNICAMP, 1998. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1998.

FERNANDES, Tânia Farias. **A Habitação Verticalizada em Campinas – SP: a evolução dos programas arquitetônicos**. Campinas: UNICAMP, 2005. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. UNICAMP, 2005.

GUIMARÃES, ALAOR MALTA. **Campinas - Dados históricos e Estatísticos**. Campinas: Tipografia Linotipo, 1953.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1997.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAPA, JOSÉ ROBERTO AMARAL. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: USP, 1996.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **Habitação e cidade**. São Paulo: FAUUSP – FAPESP, 1998.

MACEDO, Silvio Soares. Processo de verticalização e a paisagem da cidade. **Sinopses**. São Paulo, 1991.

MINDLIN, Henrique. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

MONTANER, Josep Maria. **La modernidad superada: arquitetura, arte y pensamiento del siglo XX**. México: Gustavo Gili, 1999.

PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. **Edifícios de apartamentos: Belo Horizonte, 1939-1976: formações e transformações tipológicas na arquitetura da cidade**. Belo Horizonte: AP Cultural, 1998.

REIS, NESTOR GOULART. Algumas Experiências Urbanísticas do Início da República: 1890 - 1920. In: **Cadernos de Pesquisa do LAP - Série Urbanização e Urbanismo**, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço - Técnica e tempo - Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo / EDUSP, 2005.

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da metrópole: Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX e XX.** São Paulo: Atelie, 2000.

TRAMONTANO, M. C. Novos modos de vida, novos espaços de morar - São Paulo, Paris, Tokyo. In: **SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO**, 4., 1996, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAU-Ufrj, 1996.

VAZ, Lilian Fessler. **Uma historia da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro - estudo da modernidade através da moradia.** São Paulo: USP, 1994. Tese Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1994.

VERISSIMO, Francisco Salvador. **500 anos da casa no Brasil:** as transformações da Arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

APÊNDICE - A

TABULAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NOS LEVANTAMENTOS POR PERÍODOS

Período de 1935/1944																										
Pavimentos	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	33				
Comerciais	01	02	03																							
Mistos		01																								
Residenciais			01			01																				
Total Parcial	01	03	04			01																				
Total Geral	09 Edifícios (06 Comerciais, 01 Misto e 02 Residenciais)																									

Período de 1945/1954																										
Pavimentos	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	33				
Comerciais		05	03	02	02	01	01	01																		
Mistos	01						01					01														
Residenciais		06	01	01	01	01	01	02	02	01	01	02														
Total Parcial	01	11	04	03	03	02	03	03	02	01	01	03														
Total Geral	37 Edifícios (15 Comerciais, 03 Mistos e 19 Residenciais)																									

Período de 1955/1964																										
Pavimentos	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	33				
Comerciais		02		01	01	01	01	02		01	01	01				01										
Mistos													01			01		01	01							
Residenciais		01	03	01	05	05	03	03	03	07		02	03	01		01										
Total Parcial		03	03	02	06	06	04	05	03	08	01	03	04	01		03		01	01							
Total Geral	54 Edifícios (12 Comerciais, 04 Mistos e 38 Residenciais)																									

Período de 1965/1974																										
Pavimentos	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	33				
Comerciais		01	01	01	01			01	02																	
Mistos																										
Residenciais			01			02					01	02	01													01
Total Parcial		01	02	01	01	02		01	02		01	02	01													01
Total Geral	15 Edifícios (07 Comerciais e 08 Residenciais)																									

Período de 1975/1984																									
Pavimentos	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	33			
Comerciais		01	02	01		01	01	01	01			01													
Mistos																									
Residenciais				02		01		01	01			01		01											
Total Parcial		01	02	03		02	01	02	02			02		01											
Total Geral	16 Edifícios (09 Comerciais e 07 Residenciais)																								

Período de 1985/1994																									
Pavimentos	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	33			
Comerciais	01	01										01								01					
Mistos																									
Residenciais																									
Total Parcial	01	01										01								01					
Total Geral	04 Edifícios (04 Comerciais)																								

QUADRO GERAL DOS EDIFÍCIOS

Períodos	Comerciais	Mistos	Residências	Total
1935/1944	06 Edifícios	01 Edifício	02 Edifícios	09 Edifícios
1945/1954	15 Edifícios	03 Edifícios	19 Edifícios	37 Edifícios
1955/1964	12 Edifícios	04 Edifícios	38 Edifícios	54 Edifícios
1965/1974	07 Edifícios		08 Edifícios	15 Edifícios
1975/1984	09 Edifícios		07 Edifícios	16 Edifícios
1985/1994	04 Edifícios			04 Edifícios
Docum. não encontrados	05 Edifícios			05 Edifícios
	58 Edif. (41%)	08 Edif. (6%)	74 Edif. (53%)	
Total de Edifícios				140 Edifícios

Foto										
	Endereço	R. Barão Jaguara, 1136	R. Barão Jaguara, 1251	R. Dr. Quirino, 1352	R. Conceição, 124	R. José Paulino, 1111	R. Conceição, 114	Av. Campos Sales, 968	Av. Franc. Glicério, 1075	R. Conceição, 121
	Nome Prédio	Ed. Santana	Ed. Columbia	Ed. Caixa E. Estadual	Ed. Correo Popular	Ed. Ass. Comercial	Ed. Conceição	Ed. Banco Noroeste	Ed. Hotel Terminus	Ed. Santa Teresa
	Data	1935	1937	1940	1940	1940	1941	1942	1943	1944
	Autoria	Lix da Cunha e Correia	Constr. Lix da Cunha	José M. Silva Neves	Constr. Lix da Cunha	Constr. Hoche Segurado	Constr. Lix da Cunha	Jacques Pilon Const. Hoche Segurado	José M. Silva Neves	Constr. Hoche Segurado
	Função	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Misto	Residencial	Comercial	Residencial
	Altura	07 Pavimentos	06 Pavimentos	04 Pavimentos	06 Pavimentos	07 Pavimentos	05 Pavimento	07 Pavimentos	07 Pavimentos	10 Pavimentos
	Fontes	Ficha PM	Ver CONDEPHAC	.Processo Arquivo PM .Informação PM	Arquivo Pm Escritório Construtora	.Processo Arquivo PM .Informe PM .Escritório Construtora	Informação PM	.Processo Arquivo PM .Dados - OK	Ficha PM .Escritório Construtora	.Processo Arquivo PM .Escritório Construtora

APÊNDICE - B
PLANILHAS DOS EDIFÍCIOS ORGANIZADOS POR DATA.

Foto										
Endereço	R. General Osório, 939	Av. Tomaz Alves, 10	R. César Bierrembac, 30	Av. Franc. Glicério, 1101	R. Barão de Jaguará, 1091	R. General Osório, 971	Av. Anchieta, 19 - Largo das Andorinhas	R. Irmã Serafina, 1003	Av. Franc. Glicério, 1058	R. Alvares Penteado, 892
Nome Prédio	Ed. Rosário	Ed. Regina	Ed. Piratininga	Ed. São Paulo	Ed. R. Monteiro	Ed. Euclydes A. Camargo	Ed. Moisés Lucarelli	Ed. Anchieta	Ed. José Kaufmann	Prédio São Jorge
Data	1946	1946	1946	1946	1946	1946	1946	1946	1947	1947
Autoria	Chagas e Ferraz Ltda - Constr. Lix da Cunha	Constr. Hoche Segurado	Constr. Hoche Segurado	Constr. Lix da Cunha	Constr. Hoche Segurado	Plínio José Chagas	Laloni & Bartus Ltda	Constr. Lix da Cunha	Constr. Hoche Segurado	DL Brochado de Almeida
Função	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Residencial	Residencial	Misto	Residencial
Altura	06 Pavimentos	06 Pavimentos	07 Pavimentos	08 Pavimentos	09 Pavimentos	10 Pavimentos	06 Pavimentos	07 Pavimentos	11 Pavimentos	06 Pavimentos
Fontes	Ficha PM	Escritório do Autor	Informação PM Escritório	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM Arquivo PM Imprensa	Verificado Ficha PM Dados - OK	Informe PM	Informação PM Ficha PM	Informação PM Arquivo PM

										
Av. Benjamin Constant, 1214	R. Barão de Jaguará, 1022	Av. Campos Sales, 737	Av. Franc. Glicério, 1247	Av. Franc. Glicério, 1249	R. General Osório, 1244	Av. Tomaz Alves, 46	Av. Franc. Glicério, 1100	R. General Osório, 1268	R. Dr. Quirino, 1329	Av. Anchieta, 41 - Largo das Andorinhas
Ed. Prudência	Ed. Galeria Trábulsi	Ed. Policlinicas II	Ed. Moreira Salles	Ed. Bandeirantes	Ed. Tonico Ribeiro	Ed. Três Rios / Bco Safra / Ed. Banco Sofisa	Ed. Banco Itaú	Ed. Ivaí	Ed. Dona Nicolina	Ed. Andorinhas
1948	1948	1950	1950	1950	1951	1951	1952	1952	1952	1952
Constr. Monetta e Valbert	Constr. Hoche Segurado		Constr. Lix da Cunha	Paulo Izzo	Constr. Ribeiro Novaes	Ant. Carlos S. Camargo - Const. Hoche Segurado	Luiz D. Ferreira	Jandovy Lui / S. Romeiro	S. Romeiro/Alb. Nasralla	Constr. Lix da Cunha
Comercial	Misto	Comercial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Comercial	Residencial	Residencial	Residencial
07 Pavimentos	05 Pavimento	08 Pavimentos	08 Pavimentos	12 Pavimentos	10 Pavimentos	13 Pavimentos	07 Pavimentos	06 Pavimentos	06 Pavimentos	06 Pavimentos
Informação PM Ver SBMendes	Ficha PM Arquivo PM Escritório Autor Informação PM	Iconografia	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM	Ficha (regul.) PM	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM	Verificado Ficha PM Dados - OK

										
Av. Anchieta, 25 - Largo das Andorinhas	R. Irmã Serafina, 919	R. Ernesto Kulmann, 152	R. Conceição, 104	R. Dr. Quirino, 1319	R. General Osório, 1212	Av. Franc. Glicério, 985	Av. Senador Saraiva, 618	R. Barão Jaguará, 1049	R. Costa Aguiar, 642 - 626	Av. Franc. Glicério, 1329
Ed. Residencial	Ed. Itatiaia	Ed. Santa Maria Goretti	Ed. Octávio Netto	Ed. General Osório	Ed. Cruzeiro do Sul	Ed. Catedral	Ed. Campos Salles	Ed. Barão de Jaguará	Ed. Banco do Brasil	Ed. Totó Valente
1952	1952	1953	1953	1953	1953	1953	1953	1953	1954	1954
Walter Monetta	Oscar Niemeyer	Constr. Goretti Galpur	Cinemas Cps	S. Romeiro/Alb. Nasralla	José Carlos Maya - Constr. Ribeiro Novaes	Constr. S. B. Mendes	Noyr M. Rodrigues / Lix	José Carlos S. Mya Const. Lix da Cunha	Thomaz Barata Ribeiro	Constr. Lix da Cunha
Residencial	Residencial	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Misto	Residencial	Residencial	Comercial	Comercial
06 Pavimentos	16 Pavimentos	06 Pavimento	06 Pavimentos	12 Pavimentos	11 Pavimentos	16 Pavimentos	09 Pavimentos	13 Pavimentos	06 Pavimentos	09 Pavimentos
Verificado Ficha PM Dados - OK	Ficha PM Arquivo PM	Informação PM	Informação PM	Informação PM	Ficha PM	Informação PM Escritório Construtora	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM

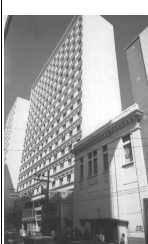
										
R. General Osório, 1197	R. Visc. Rio Branco, 417	R. César Bierrembac, 229	R. José Paulino, 1227	R. Costa Aguiar, 698						
Ed. Lunardi	Ed. Princesa D'Oeste	Ed. Roque de Marco	Ed. Tamoio	Ed. Banco Segurança						
1954	1954	1954	1954	1954						
Constr. Ribeiro Novaes	Constr. S. B. Mendes	Noyr Rodrigues Constr. R.Novaes	José Luis Dória Lins	Wladimir A. Neves Constr Lix da Cunha						
Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial						
11 Pavimentos	12 Pavimentos	14 Pavimentos	15 Pavimentos	16 Pavimentos						
Ficha PM	Informação PM	Processo Arquivo PM	Ficha PM	Informe PM						

Foto										
Endereço	Av. Franc. Glicério, 957	Av. Franc. Glicério, 980	R. Dr. Quirino, 960	R. Bernardino de Campos, 986	Av. Tomás Alves, 206	R. Regente Feijó, 1284	R. Cesar Bierrembhac, 77	R. General Osório, 1081 Av. Fran. Glicério, 1228	R. General Osório, 1259	Av. Anchieta, 11 - Largo das Andorinhas
Nome Prédio	Ed. Estado de São Paulo	Ed. Barão do Rio Branco	Ed. Campinas	Ed. Il Guaraní	Ed. Cosme	Ed. Nair Valente da Cunha	Ed. Ouro Negro	Ed. José Guernelli / Angela Marta	Ed. Riviera	Ed. Pardal
Data	1955	1955	1955	1955	1955	1955	1956	1956	1956	1956
Autoria	José Carlos Maya Constr. Lix da Cunha	Constr. Monetta e Valbert	Constr. Monetta e Valbert	Banco Artur Scatena	Arthur Paes L. Canguru	José Carlos S. Cunha / Lix	Constr. Romeiro Ferraris	Liuz Marcelino Guernelli	Constr. Monetta e Valbert	Constr. Lix da Cunha
Função	Comercial	Misto	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Comercial	Misto	Residencial	Residencial
Altura	16 Pavimentos	20 Pavimentos	06 Pavimentos	11 Pavimentos	13 Pavimentos	07 Pavimentos	06 Pavimentos	22 Pavimentos	09 Pavimentos	09 Pavimentos
Fontes	Ficha PM	Informação PM	Ficha PM	Informação PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM Informação PM Ed. Angela Maria (Av. Fco Glicério)	Ficha PM	Verificado Ficha PM Dados - OK

										
Av. Franc. Glicério, 1458	Av. Campos Sales, 890 Av. Franc. Glicério, 1121	R. Bernardino de Campos, 1039 Av. Franc. Glicério, 1314	R. General Osório, 1280	R. Bernardino de Campos, 1069	R. Bernardino de Campos, 1055	R. Regente Feijó, 926	R. Regente Feijó, 1064	Av. Franc. Glicério, 1046	R. General Osório, 883	R. Coronel Cordovalho, 13
Ed. Francisco Glicério	Ed. Anhumas / Ed. Atibaia	Ed. Progresso Residencial / Comercial	Ed. Dona Antônia	Ed. Felix da Cunha	Ed. Americana	Ed. São Luis	Ed. Hotel Savoy	Ed. Don Nery	Ed. Silvino de Godoy	Ed. Ouro Verde
1956	1957	1957	1957	1957	1957	1957	1958	1958	1958	1958
José Carlos Maya Constr. Lix da Cunha	Plínio Croce	Constr. Lix da Cunha	Noyr M. Rodrigues / Lix	Constr. Lix da Cunha	Constr. Lix da Cunha	Constr. Lix da Cunha	Mário Penteado	Eng. Com. Stec	Edvard de Vita Godoy	Wladimir Santos / S B Mendes
Residencial	Misto	Misto	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Comercial	Comercial	Residencial	Residencial
12 Pavimentos	23 Pavimentos	17 Pavimentos	12 Pavimentos	14 Pavimentos	14 Pavimentos	16 Pavimentos	09 Pavimentos	12 Pavimentos	09 Pavimentos	11 Pavimentos
Ficha PM	Ficha PM Arquivo PM	Informação PM	Informação PM	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM	Informação PM	Informação PM	Ficha PM	Informe PM Ver SB Mendes

										
Av. Benjamin Constant, 1024	Av. Campos Sales, 864	Av. Tomás Alves, 116	Av. Benjamin Constant, 1133	R. Ferreira Penteado, 714	R. José Paulino, 1195	R. Irmã Serafina, 824	R. Costa Aguiar, 566	R. Dr. Quirino, 950	R. Ferreira Penteado, 850	R. Lusitana, 977
Ed. Roma	Ed. Banlavoura	Ed. Gaivota	Ed. Miguel Pachal	Ed. Residencial	Ed. Martya Santucci	Ed. Andes	Ed. Seller	Ed. 9 de Julho	Ed. Rachel Kaplan	Ed. Primavera
1958	1958	1958	1958	1958	1958	1958	1959	1959	1959	1959
Constr. Monetta e Valbert	Vital Brazil - Constr. Monetta Valbert	Constr. Lix da Cunha	José Carlos S. Cunha / Lix	Alberto R. Botti	Constr. Monetta e Valbert	Noyr M. Rodrigues / Lix	Walfrido de Carvalho & Filhos	Constr. Monetta e Valbert	Constr. Monetta e Valbert	Samuel Rubinsky Neto
Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Comercial	Residencial	Residencial	Residencial
11 Pavimentos	12 Pavimentos	13 Pavimentos	14 Pavimentos	16 Pavimentos	17 Pavimentos	17 Pavimentos	06 Pavimentos	07 Pavimentos	09 Pavimentos	09 Pavimentos
Ficha PM	Ficha PM Literatura	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Arquivo PM	Ficha PM

										
R. Lusitana, 1375	R. Bernardino de Campos, 884	Av. Franc. Glicério, 1395	R. Barão de Jaguará, 1121	Av. Campos Sales, 341	R. Conceição, 234	R. Campos Sales, 633	R. Ferreira Penteado, 535	R. José Paulino, 1168	R. Regente Feijó, 712	Av. Moraes Sales, 720
Ed. Benjamin Constant	Ed. Harmonia	Ed. Guilherme Gargantini	Ed. Drogasil	Ed. Lauzinho Ferreira	Ed. Dona Izolina	Ed. Amazonas	Ed. Vitória	Ed. Paraná	Ed. Dr. João Pupo	Ed. Minas Gerais
1960	1960	1960	1961	1961	1961	1961	1962	1962	1963	1963
	José Ferreira Dias	Constr. S. B. Mendes	Morse & Bierrenbach	Constr. Lix da Cunha	Constr. Lix da Cunha	Mariano Ziggiatti	Droghetti & Seabra	Ziggiatti / Umb. Aveniente	Noyr M. Rodrigues Const. Lix da Cunha	Umberto Aveniente
Residencial	Residencial	Residencial	Comercial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Comercial	Residencial
10 Pavimentos	10 Pavimentos	10 Pavimentos	11 Pavimentos	07 Pavimentos	14 Pavimentos	14 Pavimentos	17 Pavimentos	08 Pavimentos	12 Pavimentos	10 Pavimentos
Esq. Gal Osório	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM	Informação PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM

										
Av. Benjamin Constant, 1287	R. Ferreira Penteado, 611	Av. Benjamin Constant, 717	Av. Moraes Sales, 884	R. Regente Feijó, 1251	R. José Paulino, 1248	R. José Paulino, 1244	Av. Campos Sales, 715	R. Ferreira Penteado, 874	Av. Benjamin Constant, 1465	Av. Senador Saraiva, 633
Ed. Hilario Magro	Ed. Nina Rosa	Ed. Nuncio Antonelli	Ed. Itamaraty	Ed. Cidade Campinas	Ed. Goiás	Ed. Zama	Ed. Mesbla	Ed. Flórida	Ed. Mary Atra	Ed. Vertical
1963	1963	1964	1964	1964	1964	1964	1964	1964	1964	1964
Constr. S. B. Mendes	Rubens Pinho	S.B. Mendes Ltda	SOCAMPO	Wladimir M. Santos	A.P.E.C. S/A - Adm. P. S/A	Noyr Rodrigues Constr. Lix da Cunha	Alberto A. Nasrrala	Marcia Nadir Machado Grosso - Vitaly Kalko	Geraldo M. da Silveira	Constr. José Stemberg
Residencial	Residencial	Residencial	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Residencial	Residencial	Residencial
13 Pavimentos	14 Pavimentos	10 Pavimentos	08 Pavimentos	10 Pavimentos	14 Pavimentos	15 Pavimentos	20 Pavimentos	14 Pavimentos	18 Pavimentos	20 Pavimentos
Informação PM	Informação PM	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM	Ficha (regul.) PM	Ficha PM	Informação PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM

Foto										
Endereço	R. 13 de Maio, 735	R. 13 de Maio, 492	R. Barão de Jaguará, 1251	R. Barão de Jaguará, 1127	R. Ferreira Penteadó, 709	R. Ferreira Penteadó, 954	R. Ernesto Kulmann, 80	R. José de Alencar, 675	R. Irmã Serafina, 804	Av. Benjamin Constant, 1023
Nome Prédio		Ed. Eskala	Ed. Finasa	Ed. Carlos Gerin	Ed. Banco São Paulo	Ed. Tocantins	Ed. Campineiro	Ed. Rui Barbosa	Ed. Amapá	Ed. Jangada
Data	1965	1965	1965	1965	1965	1965	1965	1966	1966	1966
Autoria	Oswaldo Penteadó de Freitas	Moneta e Valbert Ltda	Constr. Lix da Cunha	Constr. S. B. Mendes	Joaquim P. de Araújo	Jamil Jonas	Samuel Rubinsky Neto	Milton Luiz Antonialli	Umberto Aveniente	Armando M. G. Pacheco
Função	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial	Residencial
Altura	06 Pavimentos	09 Pavimentos	06 Pavimentos	08 Pavimentos	13 Pavimentos	16 Pavimentos	16 Pavimentos	15 Pavimento	10 Pavimentos	10 Pavimentos
Fontes	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM Substitui Ed. Columbia	Ficha PM	Ficha PM Esquina Fco Glicério, 932	Ficha PM	Ficha PM Esq. Av. Campos Sales	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM

										
R. José Paulino, 1123	Av. Franc. Glicério, 1326	R. Dr. Quirino, 959 e 941	R. Dr. Quirino, 1001	Av. Moraes Sales, 326						
Ed. Angelo José Vicente	Ed. Tabatinga	Ed. Maris e Rosiris	Ed. Jarandi	Ed. Mirante						
1967	1968	1971	1972	1973						
Contr. Penteado de Freitas	Penteado de Freitas e Cia	Ant. C. Q. T. Eigenheer	Constr. Edson Barreto	Hugo Marengo						
Comercial	Comercial	Residencial	Residencial	Residencial						
13 Pavimentos	12 Pavimentos	17 Pavimentos	07 Pavimentos	33 Pavimentos						
Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM	Ficha PM						

Foto										
Endereço	R. General Osório, 1041	R. Irmã Serafina, 657	R. Irmã Serafina, 710	R. Lusitana, 794	R. Dr. Quirino, 979	Av. Campos Sales, 120	R. Ferreira Penteado, 890	Av. Moraes Sales, 711	Av. Benjamin Constant, 1308	R. General Osório, 1233
Nome Prédio	Ed. Unibanco	Ed. Guaporé	Ed. Hotel Campinas Palace	Ed. Antônio S. Pereira	Ed. Jandaia	Ed. Sizenando P. Pinheiro	Ed. Ferreira Penteado	Ed. CitBank	Ed. Sebastião Ruiz	Ed. Noêmia
Data	1975	1975	1976	1978	1978	1978	1979	1981	1981	1981
Autoria	Lix da Cunha e Correia	Aldo Rui Zapellini Const. Penteado de Freitas	Reinaldo Alves Correia	Umberto Aveniente	Armando M. G. Pacheco	Constr. Penteado de Freitas	Jamil Jonas	Ronaldo Noé	Fco Antônio G. Zoldan	Helcio Lizzardi
Função	Comercial	Residencial	Comercial	Comercial	Residencial	Residencial	Residencial	Comercial	Comercial	Residencial
Altura	07 Pavimentos	12 Pavimentos	11 Pavimentos	07 Pavimentos	08 Pavimentos	13 Pavimentos	08 Pavimentos	16 Pavimentos	08 Pavimentos	16 Pavimentos
Fontes	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM	Informação PM	Informação PM	Ficha PM	Ficha PM	Informação PM	Ficha PM

										
R. Conceição, 286	R. Regente Feijó, 1034	R. José de Alencar, 747	Av. Moraes Sales, 637	R. General Osório, 807	R. Irmã Serafina, 863/877/871					
Ed. Gíbaltrar	Ed. Modelo	Ed. Convívio	Ed. Porto Alegre	Ed. Colégio Evolução	Ed. Sada Jorge					
1981	1982	1982	1983	1983	1983					
BBN Eng ^a e Constr.	Moacyr José M. Martins	Bacini P. P. Construtora Ltda	Cionstarc Eng ^a e Com. Ltda	Roberto Baldin	João Souza Coelho Filho					
Residencial	Comercial	Residencial	Comercial	Comercial	Comercial					
18 Pavimento	06 Pavimentos	10 Pavimento	10 Pavimentos	12 Pavimentos	13 Pavimentos					
Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM					

Foto										
Endereço	R. Conceição, 233	R. Campos Sales, 532	R. 13 de Maio, 520	R. Costa Aguiar, 500	Av. Franc. Glicério, 860					
Nome Prédio	Ed. Shopping Jaraguá	Ed. Independência	Ed. C&A	Ed. Renner	Ed. HSBC					
Data	1985	1986	1986	1991	1991					
Autoria	ENCOL	Alberto A. Nasrrala	Renato Visonti	Jose Carlos Nonato	Lix da Cunha e Correia					
Função	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial	Comercial					
Altura	24 Pavimentos	16 Pavimentos	06 Pavimentos	05 Pavimentos	20 Pavimentos					
Fontes	Informação PM	Ficha PM	Ficha PM	Ficha PM	Informação Local					

Foto										
Endereço	Av. Moraes Sales, 580	R. Conceição, 150	R. Ferreira Penteado, 890	R. Irmã Serafina, 885						
Nome Prédio	Ed. Casa dos Advogados	Ed. Palácio Justiça do Trabalho	Ed Casa da Cidadania	Ed.						
Data	2000	2000	2000	2000						
Autoria										
Função	Comercial	Comercial	Comercial	Misto 1 Torre Obras						
Altura	09 Pavimentos	07 Pavimentos	08 Pavimentos	18 Pavimento						
Observação	Documentação não Encontrada	Documentação não Encontrada	Documentação não Encontrada	Documentação não Encontrada						

APÊNDICE -C - DESENHOS CAD 3D DAS EDIFICAÇÕES POR PERÍODO

Fonte: Desenhos do Autor

